

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----
-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 4 DE JANEIRO DE 2005.**-----
-----**ACTA NÚMERO SETENTA E SETE**-----

----- No dia 4 de Janeiro de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelas Excelentíssimas Senhoras Dona Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino e Dona Rosa Maria Carvalho da Silva, respectivamente Primeira e Segunda Secretárias em exercício, no impedimento dos Secretários efectivos, respectivamente, Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto, que faltou à reunião, e a Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho que tendo estado presente não ocupou o seu lugar na Mesa por se encontrar doente. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Levi Marques Santos, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel

Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso da Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, João Gordo Martins, Sérgio Rui Lopes Sintra, José Dimas Bernardes Salsinha, Manuel Filipe Correia de Araújo, Rui Manuel Santos Matos Alves, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, José Domingos Pereira Gonçalves, Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Bravo Martins de Campo, António Alfredo Delgado Silva Preto, António da Silva, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Ricardo Posser de Andrade Chaves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Salsinha. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- António Ferreira Pereira (PPM), por 10 dias, sendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Silva. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Manso Pinheiro (PEV) relativamente às reuniões realizadas nos dias 21 e 28 de Setembro, 2, 16 e 23 de Outubro, 30 de Novembro e 7 e 14 de Dezembro de 2004. ----

----- João Jofre Costa (PS), às últimas reuniões que não pôde estar presente por motivo de doença e às que vier a faltar no futuro por esse mesmo motivo. -----

----- António Silva (PS), às reuniões que vier a faltar posteriormente por motivo de acidente que sofreu. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, depois de desejar um Bom Ano de 2005 a todos, solicitou ao PS e ao PSD que indicassem membros para a composição da Mesa, o que os dois Grupos

Municipais fizeram ficando então a Mesa com a composição já descrita no início desta acta, após o que declarou aberta a reunião e de seguida entrou-se no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Francisco Varandas Martins**, morador na Rua Xavier Cordeiro, n.º 6, 1000-296 Lisboa, disse que há mais de seis meses foi encerrada a esquadra da PSP do Bairro do Arco do Cego, uma esquadra que sempre existiu, com a promessa de que iria para obras e que após as obras seria novamente ali instalada, e até então seria feita na zona uma vigilância policial de automóvel que até aumentaria o policiamento. -----

----- Mas era pura mentira! Têm corrido tudo, desde a Câmara ao Governo Civil, até mesmo ao Parlamento, mas ninguém lhes dava resposta. A única coisa que tinham era panaceias: que o policiamento aumentou, era mentira, e que a esquadra iria ser reaberta era também mentira porque nem sequer as obras ainda começaram. -----

----- O resultado que tinham era que numa freguesia que hoje podia dizer-se que era o centro de Lisboa, que era extremamente visitada e onde existiam liceus, universidades, ministérios e vários infantários, os assaltos à mão armada, e sem ser à mão armada, eram contínuos, quer de dia, quer de noite, o aliciamento à droga junto ao Liceu Filipa de Lencastre e noutras escolas era imenso, os assaltos à noite eram mais que muitos e o policiamento nem se via. Viam-se de vez em quando uns carros a passar, mas o policiamento não existia. Era uma situação extremamente degradante e ninguém dava solução a isso. -----

----- Daí perguntar para quando uma esquadra da PSP, como devia ser, no Bairro do Arco do Cego que servisse toda aquela área, porque a ausência dessa esquadra só fazia com que toda a marginalidade ali fosse parar já que, por um lado, a população tinha desafogo e assistia com comidas, roupas etc., o que levava a que se concentrassem ali, e, por outro, a acumulação de lixo era cada vez mais em toda a área. A freguesia estava degradada, aliás como toda a cidade no que dizia respeito ao asseio e à limpeza. Cada vez o asseio e a limpeza eram piores em Lisboa. -----

----- Bastava ver, por exemplo, os novos parques de estacionamento subterrâneo que foram abertos, como o da Praça de Londres, que ficou ajardinado por cima, tudo muito bem feito por engenheiros e arquitectos, mas depois a assistência não foi nenhuma e deixaram degradar esse espaço imediatamente. E a mesma coisa acontecia com o jardim existente em frente à Casa da Moeda, que também foi muito bem feito mas depois a assistência não era nenhuma. -----

----- De facto, os jardins degradavam-se, cheios de lixo, cheios de plásticos, cheios de tudo e mais alguma coisa, o que era impressionante. Queriam que filhos e netos fossem brincar nesses jardins, mas era evidente que quando iam vinham de lá como todos sabiam. -----

----- Por outro lado, tendo a freguesia uma imensa concentração automóvel, os passeios normalmente estavam cheios de carros, pelo que velhos, crianças e as pessoas em geral tinham que andar nas ruas. Tudo isso era uma vergonha que acontecia no centro de Lisboa! -----

----- Não adiantava promessas e panaceias de dizerem que o policiamento aumentou, porque era mentira já que os assaltos eram cada vez mais e não adiantava darem desculpas. O que adiantava, isso sim, era reconstruir e restituir a esquadra aos habitantes, como restituir-lhe a limpeza, os jardins, mas sobretudo a segurança que não existia, que não era nenhuma. -----

----- **O Sr. Paulo Rodrigues Barreto**, morador na Rua Barbosa Colen, n.º 10, 1000-069 Lisboa, disse que reside e é comerciante na freguesia há 44 anos, o seu estabelecimento é na Rua Oliveira Martins, e sempre procuraram, sem fazer qualquer publicidade, ter um espaço digno e agradável de modo a poderem atender a clientela nas melhores condições. -----

----- Gostariam que da parte dos autarcas houvesse também o cuidado e a preocupação de fazer o possível para que as ruas estivessem limpas, sem buracos e sem a sujidade dos cães. -----

----- Disse que o município anterior focara problemas aos quais dava toda a sua adesão, mas queria acrescentar, ainda, que tinha por experiência própria a questão dos roubos e dos assaltos porque sentia isso na pele, já que entravam pessoas no seu estabelecimento que pegavam em mercadoria e saíam com a maior das calmas sem que tivessem alguém a quem recorrer. Aliás, conhecia casos concretos de clientes, principalmente pessoas de idade, que eram roubadas quando saíam com as mercadorias nos sacos do estabelecimento. -----

----- Esses roubos, na sua maior parte, não eram comunicados porque as pessoas não tinham uma esquadra de proximidade, não encontravam uma autoridade policial nas redondezas e, portanto, não tinham a quem recorrer. -----

----- Disse, ainda, que escreveu ao Sr. Presidente da Câmara no dia 3 de Dezembro de 2004 sobre a esquadra do Arco do Cego e recebera uma resposta célere, concretamente no dia 6 do mesmo mês, onde lhe era dito que a sua carta tinha sido remetida pela Câmara à Polícia Municipal. Isto porque no dia anterior tinha ouvido uma notícia na rádio, precisamente na Antena 1, em que se dizia que a Câmara Municipal de Lisboa estava empenhadíssima em abrir novas esquadras em determinados locais. Ora, se estava empenhadíssima nisso achava muito estranho que se encerrasse uma esquadra como a do Arco do Cego que já tinha tantos anos e em relação à qual lhes foi dito, numa reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de São João de Deus, outros moradores e o Chefe da Esquadra, que a esquadra encerrava para ir para obras e que o tempo, embora não se dissesse quanto, não iria ser muito. ---

----- Só que, passados muitos meses, continuava lá a placa a dizer PSP, continuava o letreiro a dizer que ia para obras, e de obras nem nada, nem sonhar. -----

----- Portanto, não precisavam em Lisboa de grandes esquadras, não precisavam de polícias a andar nas ruas de automóvel, o que precisavam era de um policiamento de proximidade, que conhecessem, em quem tivessem confiança e a quem pudessem apresentar todos os dias os seus problemas. -----

----- **A Sra. D. Maria da Luz Jerónimo**, moradora na Rua São Boaventura, n.º 61 – r/chão dtº, 1900 Lisboa, falando em nome dos moradores do Bairro da Picheleira, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “Ao Ex.mo Presidente da Assembleia Municipal e a todos os presentes, em nome dos moradores do Bairro da Picheleira, passo a expor os nossos problemas relacionados com o corte da estrada de acesso ao nosso Bairro. -----

----- 1) No passado dia 15/12/2004 foi-nos fechado pela C.M.L. o acesso directo de entrada e saída do Bairro para a rotunda das Olaias. -----

----- 2) O corte desta estrada causa bastante transtorno à população do Bairro por inúmeras causas, algumas das quais passo a listar: -----

----- a) O acesso a este bairro é efectuado por esta estrada não havendo alternativa viável; -----

----- b) Efectuado o corte da estrada os veículos mais pesados, como autocarros e veículos de socorro terão imensa dificuldade em aceder ao interior do Bairro; -----

----- c) A acontecer um acidente no interior do Bairro o acesso de veículos de bombeiros fica extremamente limitado pois as estradas que ficam disponíveis ou passam por debaixo de prédios ou são demasiado estreitas ou com demasiado trânsito; -----

----- d) Neste Bairro vivem cerca de 5.000 pessoas na sua maioria idosos com dificuldade de deslocação. Esta população acede frequentemente ao Centro de Saúde da Alameda, se a rua for fechada os autocarros não percorrerão as ruas do Bairro e deixam de servir esta população envelhecida e necessitada; -----

----- e) O único acesso que fica disponível ao trânsito do Bairro passa pelo cruzamento da Av. Engº Arantes de Oliveira, junto ao Centro Comercial Olaias Plaza, esta avenida tem duas faixas em cada sentido, já tem uma grande afluência de trânsito e encontra-se sem sinais luminosos. Prevêem-se bastantes acidentes e complicações de tráfego; -----

----- f) Segundo nos foi dado a conhecer na reunião que tivemos na Junta de Freguesia e pelo que pudemos apurar no Plano do Vale de Chelas, o nosso Bairro ficará cercado por uma cintura de prédios e vias-férreas que impedirão o pouco acesso disponível actualmente. -----

----- Existem muitas mais preocupações, como a qualidade de vida da população que será afectada, mas alerta para que as casas do Bairro têm mais de 50 anos pelo que o risco de incêndio é considerável. Como tal os acessos serão muito importantes, para evitar erros antigos como o que sucedeu na Rua do Carmo. -----

----- 3) Sabemos que o lote que provocou o corte da rua não consta do Plano do Vale de Chelas, na maneira que está para ser executado, ocupando uma zona que estava reservada a ser Espaços Verdes. -----

----- 4) Como é que um terreno de utilidade pública é vendido a um privado, e segundo nos parece não foi discutido em Assembleia Municipal esta cedência? -----

----- 5) Para construir um prédio de 8 andares, no mínimo (porque pode ter mais alguns recuados), ficando o Bairro completamente emparedado. O prédio em questão não tem projecto e a sua implantação fica inestética. -----

----- Também nos foi informado pela C.M.L. que esta construção a ser verdade está inserida no Plano do Vale de Chelas, e nós perguntamos, como é que o Bairro da Picheleira ou antes esta fracção de terreno pertence a este plano. Nós somos Picheleira desde 1918 e não Chelas. -----

----- 6) Pensamos que deve haver alguma falta de legalidade ao longo do processo de alteração ao Plano do Vale de Chelas que estava previsto para esta zona. -----

----- 7) Concluindo pedimos a esta Assembleia e aos Srs. Executivos da Câmara Municipal de Lisboa para reavaliar a situação, avaliar as preocupações aqui mencionadas e que nos devolvam a estrada de acesso ao Bairro bem como alguma qualidade de vida que os cidadãos deste Bairro estão a perder.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Mesa tomou devida nota daquilo que referiram os três munícipes que intervieram neste período, e seriam enviadas à Câmara as matérias que apresentaram. -----

----- Seguidamente, deu por terminado o período de intervenção do público, declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** deu as seguintes informações: -----

----- Que em relação à continuação das Sessões, a segunda reunião desta Sessão Extraordinária seria no próximo dia 11, e em Conferência de Representante foi agendada a Sessão Ordinária de Fevereiro para o dia 1 desse mês, continuando depois no dia 22. -----

----- Que no período de Antes da Ordem do Dia, por proposta que ele próprio apresentara na Conferência de Representantes, em Dezembro, dadas as dificuldades da intervenção da Câmara nesse período, foi aprovado que a Câmara, se assim o entendesse, disporia de 15 minutos para responder às questões colocadas na intervenção do público e disporia desse tempo após as primeiras intervenções dos Grupos Municipais. Nesse tempo, para além do Presidente da Câmara e do seu substituto legal, poderiam intervir os Vereadores responsáveis pelas áreas em questão.

----- Que foram apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes moções: -----

----- **MOÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Voto de Pesar -----

----- “Em 29 de Dezembro de 2004, faleceu o Engº Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, primeiro Presidente da Câmara Municipal de Lisboa após 25 de Abril de 1974. -----

----- Nasceu em 1925, em Torres Vedras. Foi dirigente associativo e, desde muito cedo, empenhou-se nas frentes cívica e política, aderindo ao MUNAF em 1942, ao MUD Juvenil em 1947 e ao Movimento para a Paz em 1950. Foi preso pela PIDE em 1947 e em 1951. -----

----- Após a obtenção da licenciatura no Instituto Superior Técnico, iniciou a sua actividade em empresas de consultoria em engenharia, integrando, entre 1955 e 1962, a Hidrotécnica Portuguesa e, mais tarde, foi convidado para ingressar na Companhia das Águas de Lisboa. Nos anos subsequentes da sua vida profissional, as pressões políticas, apesar do apoio dos seus superiores hierárquicos, e o envolvimento crescente num projecto empresarial próprio, conduziram-no a enveredar exclusivamente pela actividade no sector privado. -----

----- Tal ocorre com base na empresa de consultoria em Engenharia COBA – Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, S.A., que havia fundado em 1962.

As múltiplas frentes de trabalho desenvolvidas por esta empresa no país e no estrangeiro e a sua rápida expansão vêm colocá-la num lugar cimeiro dos serviços portugueses de consultoria em engenharia. -----

----- Com o 25 de Abril de 1974, após este percurso em que se destacou nas frentes profissional, cívica e política, o Engº Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues foi convidado para assumir as funções de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, que exerceu de Agosto de 1974 a Novembro de 1975. Durante este período de viragem histórica em Portugal, procurou capacitar a Câmara para acorrer aos problemas mais prementes que então emergiram em grande extensão, nomeadamente nos domínios da habitação social, dos transportes e do equipamento social. -----

----- Durante a sua longa experiência profissional de consultoria em Engenharia Civil, coordenou diversos estudos e projectos multidisciplinares, em particular nas áreas do Planeamento e das Estruturas Hidráulicas. Em virtude do reconhecimento do seu mérito profissional e empresarial, assumiu em 1989/90 o cargo de Director da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores, da qual veio a ser eleito Presidente para o período de 1991 a 1993. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 4 de Janeiro de 2005, presta sentida homenagem ao Homem íntegro e Cidadão exemplar que o foi o Engº Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, manifestando as mais profundas condolências à sua Excelentíssima Família, guardando um minuto de silêncio em sua memória e propondo à Câmara Municipal que seja atribuído o seu nome a um local condigno de Lisboa, ficando para sempre connosco na história e na vida da nossa Cidade.” -----

----- (Apresentada pelo Sr. Presidente mas também subscrita pelos Deputados Municipais Dias Baptista, do PS, Carlos Marques, do BE, Martinho Baptista, do PCP, Anacoreta Correia, do CDS-PP e Pedro Portugal, do PSD) -----

MOÇÃO NÚMERO DOIS

----- “Considerando que o Plano de Urbanização Vale de Chelas, aprovado em 1987, é um plano que permitiu criar perspectivas na zona oriental de Lisboa, com vista à liquidação dos bairros de barracas aí existentes e à criação de infra-estruturas viárias, permitindo um acesso rápido nas suas ligações; -----

----- Considerando que o Plano de Emergência de Realojamento (PER) concretizou essa perspectiva, pondo fim aos vários bairros de barracas existentes, Picheleira, Casal do Pinto, Quinta dos Embrechados, Quinta da Curraleira, etc., o que consideramos extremamente positivo para o Bairro da Picheleira; -----

----- Considerando que estas medidas positivas não têm sido acompanhadas pelo desenvolvimento de infra-estruturas viárias, já que se mantiveram as mesmas vias de ligação ao Bairro da Picheleira, apesar do crescimento da população, com a nova urbanização do Bairro Carlos Botelho e João Nascimento Costa; -----

----- Considerando que o Bairro da Picheleira desde a sua construção, sempre teve a sua ligação pela Calçada da Picheleira, Rua Veríssimo Sarmento, Rua Barão de Sabrosa, Areeiro, Alameda D. Afonso Henriques. -----

----- A CML a 15 de Dezembro/04 autorizou o fecho do arruamento de ligação da Rotunda das Olaias ao Largo Honório Barreto, obrigando assim a desviar o trânsito para a Rua Eng.º Arantes de Oliveira; -----

----- O procedimento da CML já levou à concentração dos moradores, em sinal de protesto pelo encerramento daquela via, exigindo a abertura da mesma e a resolução deste problema a fim de que haja uma solução de interesse público. -----

----- O grupo de eleitos do PCP na Assembleia Municipal propõe: -----

----- 1º- Que a ligação da Picheleira feita através do Largo Honório Barreto às Olaias, Rua Barão Sabrosa, Alameda D. Afonso Henriques, Areeiro, seja colocada em funcionamento, já que este acesso à Picheleira sempre existiu. -----

----- 2º - Que a Junta de Freguesia do Beato e moradores, sejam consultados aquando da apresentação de qualquer projecto que envolva a ligação da Picheleira com as Olaias, Rua Barão Sabrosa, Alameda e Areeiro. -----

----- 3º- Que qualquer projecto a ser apresentado na CML, para efeitos de construção, não inviabilize o acesso ao Bairro da Picheleira, tendo em conta o interesse público já demonstrado pelos moradores e reconhecido pelo responsável da Unidade de Projectos de Chelas. -----

----- 4º- Que a CML encontre com o proprietário uma forma de compensação caso venha a considerar-se necessário para que o interesse público não venha a ser prejudicado.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Joaquim Cunha, do PCP) -----

MOÇÃO NÚMERO TRÊS

----- Recomendação -----

----- “RECOLHA SELECTIVA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS PARA A PRODUÇÃO DE BIODÍSEL E A SUA UTILIZAÇÃO NA FROTA MUNICIPAL. --

----- O ambiente e a energia são assuntos absolutamente fundamentais nas sociedades modernas. Nesta matéria, o interesse público, pelo qual respondem em primeiro lugar os órgãos do Estado e os seus responsáveis, tem que ser urgentemente objecto de medidas activas no sentido de ser salvaguardado. -----

----- A Assembleia Municipal aprovou já diversas recomendações apresentadas pelos representantes de “Os Verdes” relativas às questões energéticas, ao seu uso racional e à promoção e valorização de fontes alternativas – como sejam as conducentes a um Plano Energético Municipal ou à da instituição de um prémio municipal para investigação e aplicações de energias renováveis – que se tivessem sido efectivadas pela Câmara Municipal poderiam representar já hoje uma situação substancialmente diferente nos respectivos consumos, custos e práticas e assegurariam uma coerência que se exige, com vantagens para o Município e ao nível global. -----

----- A evolução tecnológica permite hoje a conversão de óleos alimentares usados em “biodisel”, que misturado com o gasóleo, representa uma poupança ao nível do consumo do combustível tradicional e redução dos impactos ambientais pelo tipo de emissões associadas. -----

----- Aliás, Portugal deverá também tomar as diligências necessárias para o cumprimento das metas definidas na Directiva 2003/30/CE relativa à promoção de

biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes, devendo assegurar a incorporação de 2% de biocombustíveis em toda a gasolina e gasóleo do mercado até 2005 e 5,75% até final de 2010. Em boa verdade, os proponentes consideram que o esforço e a ambição expectável seria a de que se propusesse ultrapassar tais objectivos e que estes fossem antes considerados como valores mínimos. -----

----- Por outro lado, são diariamente despejados milhares de litros de óleo alimentar usados na rede de esgotos domésticos, que têm, na melhor das hipóteses, que ser posteriormente tratados nas Estações de Tratamento de Águas Residuais, com todos os problemas que isso acarreta sobretudo na eficiência e funcionamento das ETAR's.--

----- Lisboa tem uma escala que a todos os títulos – pela concentração, dimensão dos hospitais, cantinas escolares e de empresas e restaurantes, mas também pela própria frota municipal de viaturas – justifica o desenvolvimento de um projecto de recolha de óleos alimentares usados e a sua utilização como biodisel (aliás, já em desenvolvimento em outros municípios), associando-se à sua tripla dimensão: redução de emissão de poluentes (ao nível das águas e do ar), substituição e redução de combustíveis fósseis por biocombustíveis (com a respectiva redução da dependência externa, o cumprimento das metas e directivas Comunitárias, etc.) e o impacto económico (com o desenvolvimento e dinamização de um novo mercado também ambientalmente útil, redução de consumos, etc.). -----

----- Face ao exposto, os eleitos em representação de “Os Verdes” na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem que este Órgão delibere no seguinte sentido: -----

----- A Assembleia Municipal reafirma o seu empenho na melhoria ambiental, quer ao nível da qualidade das águas (com a sua contaminação e da cadeia alimentar, etc.) quer do ar (nos seus efeitos sobre a saúde e bem estar, na preocupação com os gases de efeito de estufa e as alterações climáticas, entre outros), bem como na eficiência e racionalidade energética (pela redução das energias fósseis e a valorização de fontes alternativas, redução dos custos e consumos para um mesmo ou melhor padrão de qualidade de vida), recomendando, nesse sentido, o empenho do Executivo em: -----

----- 1. Desenvolver um projecto de recolha selectiva de óleos alimentares usados – envolvendo para o efeito os principais produtores e respectivas entidades representativas – com vista à sua valorização energética e ambiental; -----

----- 2. Estabelecer um plano de progressivo crescimento das quantidades assim recolhidas e valorizadas; -----

----- 3. Estabelecer um plano de progressivo crescimento da utilização de biocombustível na frota municipal (aumentando e dinamizando também o respectivo mercado).” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sérgio Manso Pinheiro e José Luís Ferreira, do PEV) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Utilização Abusiva de Meios Municipais -----

----- “Considerando que serviços da Câmara Municipal de Lisboa, designadamente do Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, teriam sido utilizados para promover um jantar de campanha de um Partido Político. -----

----- Considerando que é inadmissível pressionar os trabalhadores, através de campanhas absolutamente vergonhosas, em que se utilizam meios municipais para fins partidários. -----

----- Considerando que os factos reportariam a 23 de Dezembro, é razoável que já esteja concluído o inquérito que o Executivo terá ordenado. -----

----- Nestes termos, os Deputados Municipais do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida delibere: -----

----- - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa o envio urgente do inquérito realizado sobre a eventual utilização de meios municipais para a convocatória de um jantar de campanha do PSD.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Miguel Coelho, do PS) ---

MOCÃO NÚMERO CINCO

----- A Tragédia natural que assolou o Sudeste Asiático -----

----- Voto de Solidariedade e Pesar -----

----- “Infelizmente, as populações da Ásia do Sudeste são daquelas que em todo o Mundo têm piores condições de vida. As paisagens paradisíacas que se conhecem dos roteiros turísticos são apreciadas por turistas de todo o Mundo mas são um mundo de carências e de pobreza para os próprios naturais. -----

----- Foi neste quadro que aconteceu a tragédia natural de uma sucessão de cataclismos com um resultado de todos conhecido: mais de 150 mil mortos confirmados oficialmente, mais de cinco milhões de pessoas levadas ao extremo da sobrevivência, milhões de pessoas em risco de contaminação e de perigos derivados de epidemias ainda nem sequer avaliados pelas autoridades sanitárias dos países e das organizações internacionais envolvidas. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua primeira reunião após este drama, no dia 4 de Janeiro de 2005, delibera: -----

----- 1. Manifestar o seu pesar profundo pelas mortes e pelas tragédias humanas ocorridas no Sudeste Asiático neste fim de ano; -----

----- 2. Apelar ao povo de Lisboa para que manifeste por todos os meios a sua maior solidariedade; -----

----- 3. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que se envolva mais directamente nas campanhas de solidariedade em curso; -----

----- 4. Que este voto seja entregue nas embaixadas dos Países envolvidos;-----

----- 5. Que este voto seja publicado em dois Órgãos da Comunicação Social Nacional e publicitado nos restantes. -----

-----6. Guardar um minuto de silêncio em memória das vítimas desta tragédia.” -----

----- (Apresentada e subscrita pelo Deputado Martinho Baptista, do PCP, mas também subscrita pelos Deputados Municipais Dias Baptista, do PS, Carlos Marques, do BE, Anacoreta Correia, do CDS-PP e Pedro Portugal, do PSD). -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Nesta intervenção, a primeira do ano, queria deixar um voto pessoal de bom ano a todos, e um outro de boas perspectivas para o trabalho desta Assembleia, para que as suas decisões dêem resposta e correspondam aos anseios e às justas expectativas do povo de Lisboa. -----

----- Terminou o ano de 2004, com a infelicidade e a catástrofe que se abateu sobre o Sudeste Asiático, os povos que ali vivem e para os turistas que lá estavam, incluindo portugueses. -----

----- Fala-se já em mais de 150 mil mortos, é uma calamidade que nos consterna e exige a solidariedade efectiva e material de todo o Mundo, dos povos e em primeiro lugar isso tem que ser feito pelos governos de cada País, e também dos poderes económicos que têm explorado as riquezas naturais destas zonas do planeta, colocando à frente de tudo o lucro desenfreado, como sempre os interesses públicos e colectivos, a começar pela defesa e respeito pelos equilíbrios ecológicos desta aldeia global que é a Terra são relegados para segundo plano. -----

----- Mas 2005 também se inicia com a continuidade das profundas chagas sociais que atingem largas manchas da humanidade – a pobreza, a fome e a doença. Neste Mundo de grandes conquistas Técnicas e Científicas morrem milhões de pessoas, e crianças em especial, de má nutrição, de falta de água potável e de saneamento, de doenças e epidemias que a ciência e outras políticas económicas podem resolver. O Mundo está pior, com uma superpotência os EUA, e seus aliados imperiais, a impor a sua hegemonia militarista e ditatorial, a implementar guerras ditas preventivas, a subjugar povos e a espoliar intensamente as suas riquezas. -----

----- Mas esta ordem vigente confronta-se com as suas próprias contradições, e com a luta que levantam muitos povos e trabalhadores em todo o Mundo contra este sistema e pela Paz. -----

----- Essa luta levará a uma alternativa, a um Mundo melhor, para que se irradiem estas chagas sociais e se distribua a riqueza com justiça social. -----

----- Esta é a nossa esperança e os nossos votos, no início de um novo ano. -----

----- Iniciamos este novo ano no nosso País com um quadro político marcado pela realização de eleições legislativas no próximo dia 20 de Fevereiro e pela realização das eleições autárquicas em Outubro. -----

----- A realização de eleições legislativas antecipadas vêm de encontro às exigências que há muito o PCP, largas camadas da população e os trabalhadores vinham fazendo, e que só posteriormente outros seguiram. Embora sendo um acto tardio face à necessidade de interrupção das políticas neoliberais e ruinosas para o País e para as famílias portuguesas, é um facto muito positivo que poderá e deverá trazer a esperança de uma significativa viragem à esquerda na política nacional. -----

----- Meus Senhores e minhas Senhoras -----

----- Não basta vir aqui brandir hipocritamente, tal como se passou na última Assembleia, acusando outros da situação e do desmascaramento da suposta bondade das suas intenções. Isto tem sido feito ao longo de 28 anos por quem tem governado o

País. O Povo não quer mais do mesmo e é preciso que haja consciência do que está em causa e dos perigos que corre a Democracia Portuguesa. -----

----- O País carece de uma mudança política urgente, uma política que inverta a grave situação económica e social que atravessa. Que melhore as condições de vida dos trabalhadores, que estimule e mobilize para a superação da crise num grande esforço nacional. Que aumente efectivamente os salários e as pensões e reformas, que fomente o emprego com direitos, que acabe com os benefícios fiscais ao grande capital e descomprima a carga fiscal sobre os rendimentos de trabalho e os pequenos e médios empresários. -----

----- Uma política que erradique as manchas de pobreza (Portugal tem mais de 2 milhões de pobres), que combata o desemprego (Portugal tem novamente mais de meio milhão de desempregados e o número continua a crescer). -----

----- Portugal é o País da UE com maior desigualdade social, com os mais baixos salários da Europa. -----

----- Os grandes grupos financeiros, o grande capital estrangeiro subordina o País aos seus interesses estratégicos. O Poder Político está subordinado ao Poder Económico. --

----- É preciso assumir corajosamente um modelo económico próprio e não estar subjugado ao PEC-Pacto de Estabilidade e Crescimento, é urgente renegociar este pacto. -----

----- Não são as mesmas receitas dos últimos governos que ultrapassarão as dificuldades financeiras, como é exemplo o que já se fala de um novo aumento do IVA, imposto cego que incide toda a sua carga no essencial sobre quem trabalha, aqueles que tudo têm suportado. Também o Património do Estado já se está a esgotar e poucas já são as privatizações a fazer. As ditas grandes reformas estruturais, mais não visam que atacar direitos inalienáveis e universais, a Segurança Social, a Saúde, a Educação e toda a Função Social do Estado, e com isso proporcionar ao grande capital lucros fabulosos à custa do empobrecimento geral do povo. -----

----- É preciso promover um modelo de desenvolvimento industrial, agrícola e de pescas. Portugal tem que desenvolver o seu aparelho produtivo e não continuar a desmantelá-lo. É preciso investir na superação dos nossos défices estruturais principalmente o energético e o alimentar. -----

----- É esta a chave para a criação de emprego e de combate ao desemprego. Portugal tem que finalmente realizar uma verdadeira regionalização do País, acabar com as assimetrias e promover o desenvolvimento regional. -----

----- Os fundos estruturais devem servir para este desígnio e não para o contrário. Os grandes da UE não têm sido contribuintes por acaso, e as contas têm que ser bem feitas. Portugal tem por isso de defender a sua soberania num quadro de pé de igualdade e cooperação com os outros povos e não de subalternização. -----

----- Meus Senhores e minhas Senhoras -----

----- A estabilidade não é um objectivo em si, já foi provado que alternâncias e a bipolarização só têm trazido a instabilidade, mesmo com maiorias absolutas como foi o caso dos últimos governos. -----

----- O que é preciso é uma alternativa política que só é possível com uma política alternativa, sendo este desde sempre o pressuposto para que o PCP se tem batido e está disponível para dar o seu contributo. -----

----- Quanto ao Município o ano de 2005 trará a possibilidade de nas próximas autárquicas a direita ser arredada da Câmara Municipal, poder-se-á fazer uma analogia com o que se está a passar no Governo do País. -----

----- O “Fadinho” da vítima que PSD e CDS-PP fazem para escamotear as responsabilidades que têm na ruínoza situação em que se encontra a coisa Pública, que fizeram muito mas não deixaram fazer mais, esquecem a sua incapacidade e incompetência, e as políticas ruínozas que têm levado a cabo. -----

----- Ao mesmo tempo e ao seu velho estilo está em marcha a epopeia eleitoralista. ----

----- O recente episódio, fazendo fé no que foi denunciado publicamente na comunicação social e pelo STML, em relação à utilização abusiva dos serviços da Câmara para arregimentar pessoal para o jantar em 23 de Dezembro de promoção eleitoral do PSD e do seu Presidente Santana Lopes, é a prova de que vale tudo para alcançar os seus objectivos. Exigimos também que seja dada aqui nesta Assembleia uma explicação para o sucedido e o apuramento e punição dos responsáveis pela situação criada. -----

----- Quanto às grandes questões do Município continuaremos a pugnar pelos interesses dos lisboetas e da Cidade, mas a este ritmo e com esta política da Coligação PSD/CDS-PP a cidade está adiada, parada e a degradar-se... -----

----- 2005 é assim um ano muito importante para uma viragem nos caminhos do País e de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que se ia iniciar mais um ano, 2005, um ano que não se iniciava com bons augúrios já que aquele que terminara, 2004, principalmente no seu final trouxe uma catástrofe de dimensões incalculáveis, uma catástrofe que efectivamente os deveria fazer reflectir sobre a precaridade da natureza, a precaridade dos elementos e aquilo que lhes podia surgir em qualquer altura. Uma catástrofe que deveria também fazer reflectir em Lisboa sobre a possibilidade da sua ocorrência, na cidade e na região, de algo idêntico e como estariam preparados para a poder enfrentar. -----

----- Era um desafio que teriam que ter sempre como a Espada de Dâmocles permanentemente sobre as suas cabeças, já que poderia sempre ocorrer em qualquer circunstância e em qualquer altura. Era um desafio para o qual deveriam estar preparados antes, na altura e depois. -----

----- Por isso, essa era uma reflexão que deveriam fazer na Assembleia Municipal de Lisboa como em todas as câmaras e assembleias da Área Metropolitana de Lisboa. ----

----- Portanto, as perspectivas para o ano de 2005 não eram as melhores. A nível internacional verificavam, para além daquilo que acabava de referir, que a economia não estava a arrancar da forma mais conveniente, que havia instabilidade no Médio Oriente, que havia pobreza, como foi referido pelo orador anterior, em grandes países, nomeadamente na África Sub-sariana e também na América Latina, portanto,

verificavam um mundo que estava numa situação que não diria caótica mas bastante difícil e com uma perspectiva não muito boa em relação ao futuro. -----

----- Verificavam, também, situações de falta de democracia em muitas regiões do mundo, a existência de regimes opressores como a Coreia do Norte e Cuba, onde os direitos humanos não eram minimamente respeitados. -----

----- E verificavam, ainda, situações em países onde havia grande expansão económica, como era a grande China, que agora os Deputados Municipais iam visitar, mas que de facto a democracia também ainda aí não teve lugar. A repressão continuava, as condições de trabalho eram as piores possíveis, a competitividade era feita à custa da mão-de-obra barata, pretendendo-se inundar o mundo com novos produtos feitos nesse grande país à custa do sacrifício de milhões de trabalhadores. ----

----- Portanto, o mundo não estava agradável, o mundo estava difícil para todos, tinham que ser solidários para, dentro do possível, fazer com que neste rincão, neste canto da Europa, as coisas acontecessem da melhor maneira possível. -----

----- No ano de 2005, já em Fevereiro, iriam ser confrontados com eleições legislativas por força de um propósito com o qual naturalmente muitos estariam de acordo e também muitos em desacordo, mas realmente foi um propósito, pelo menos na perspectiva dos social-democratas, que não foi o melhor. No entanto, iam mesmo ser confrontados com eleições legislativas e com uma probabilidade de não haver maiorias absolutas, portanto não se melhorar em relação àquilo que era a situação que, em termos de estabilidade, existia neste momento. -----

----- Portanto, cada vez mais era necessário ter consciência e mais responsabilidade enquanto políticos. Teriam que deixar de pensar naquilo que eram os interesses mesquinhos, individuais e de cada um dos respectivos partidos, para começarem a pensar, de uma vez por todas, naquilo que eram os interesses nacionais, colectivos, naquilo que os unia, porque aquilo que os unia era muito mais que aquilo que os separava, porque todos, independentemente das opções partidárias, desejavam o bem dos seus semelhantes. -----

----- Desejavam o bem dos seus semelhantes e queriam que eles fossem felizes, que todos os concidadãos tivessem direito às melhores condições possíveis de qualidade de vida. O que normalmente não queriam era que fossem os outros partidos a fazê-lo, e isso é que estava mal! Cada partido desejava ser ele próprio o protagonista da melhoria da qualidade de vida dos concidadãos, porque quando era outro partido a tomar essa atitude ficavam logo contra desde o princípio, e isso, de facto, era um defeito que ensombria a democracia. Todos deviam comungar do mesmo interesse, mas o que viam era que cada um queria ser protagonista daquilo que de bem se podia fazer pelos concidadãos. Teriam que estar sempre de acordo com aquilo que pudesse ser de bom para todos, e não podiam de maneira nenhuma continuar a estar contra só porque assim era melhor para o partido. -----

----- Portanto, em 2005 teria que haver uma maior unidade, uma maior congregação de esforços no sentido de que se unissem, para que dessa unidade e da capacidade política de todos saíssem benefícios reais e palpáveis para aqueles que juraram servir.

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, depois de desejar a todos, Deputados Municipais, membros da Câmara, comunicação social, público em geral e funcionários da Assembleia, um óptimo ano de 2005, disse que se ia referir a duas questões. -----

----- A primeira tinha a ver com uma matéria já referida pelos oradores anteriores, Deputados Municipais Martinho Baptista e Victor Gonçalves, e dizia respeito aos terríveis acontecimentos no Sudeste Asiático, com as nefastas proporções que todos sabiam, e que, como era bom de ver, lamentavelmente iria aumentar bastante ainda o número de vidas perdidas e também o número de vidas completamente desgraçadas, e isso numa zona que já de si tinha tantos problemas. Era realmente uma situação catastrófica. -----

----- Por isso, desde já, visto que iam ter oportunidade de votar uma Moção sobre essa tragédia, permitia-se sugerir à Mesa que no final da votação fizessem um minuto de silêncio em memória dos muitos milhares de vidas que foram ceifadas, porque isso era o mínimo que podiam fazer. Era evidente que não se ia alongar sobre o drama que todos têm tido oportunidade de acompanhar e de lamentar, apenas em relação àquilo que aconteceu e diariamente continuava a acontecer àquelas pessoas dizer que era um acontecimento catastrófico. -----

----- A segunda questão era para situar um acontecimento que se verificou na Cidade de Lisboa, um acontecimento de esperança que queria trazer à discussão da Assembleia. Tratava-se uma organização católica, portanto era manifestamente insuspeito para tratar esse tema, mas realmente era um tema que merecia a maior relevância pela dimensão que teve esse acontecimento, o Encontro de Taizé. -----

----- Portanto, trazia essa questão à colação para referenciar a importância que teve para a Cidade de Lisboa, para o País e para a cultura portuguesa aquele Encontro de tantos milhares de jovens que vieram obviamente passear e trazer a sua esperança, mas, sobretudo, vieram confraternizar e estimular os laços da sua religião. -----

----- E esta questão era importante para a Cidade de Lisboa porque, como sempre, Lisboa recebeu bem, teve capacidade para fazer aquilo que tanto quanto sabia não tinha acontecido noutras cidades onde tem sido organizado o Encontro, e conseguiu dar resposta à recepção e capacidade de realojamento a todos esses jovens que vieram até ela. Portanto, ficava bem à Assembleia Municipal registar e congratular-se com esse facto. -----

----- Nessa matéria estava perfeitamente à vontade porque não é crente, é ateu, mas apesar disso registava o facto porque ele marcava a civilização e marcava a Cidade de Lisboa. -----

----- Seguidamente, disse que o PS iria votar favoravelmente o voto de pesar pelo falecimento do Eng^o Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, que foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Lisboa após o 25 de Abril. Como era evidente havia sobre essa matéria uma unanimidade total pelo que nem sequer valeria a pena referenciar isso, mas de qualquer maneira entendia que era importante fazê-lo sobretudo pelo facto simbólico de estarem em presença do desaparecimento daquele que foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Sobre as moções em apreciação, começou por dizer que iriam votar favoravelmente a apresentada pelo PCP sobre o problema da Freguesia do Beato, que era uma questão que entendiam que a Câmara Municipal certamente iria conseguir resolver a contento. De facto, tratava-se de uma questão que lhes merecia a maior preocupação, entendiam os esforços que os moradores dessa freguesia estavam a fazer para defenderem aquilo que, no fundo, era um direito seu, quase lhe apetecia dizer um direito de cidadania, e certamente que mesmo na conflitualidade dos direitos existentes entre aquilo que eram eventuais direitos do construtor e os direitos adquiridos pela população, certamente seria possível ao Executivo encontrar aí uma forma de dirimir esse conflito e encontrar uma boa solução. Aliás, tanto quanto sabia mesmo em termos arquitectónicos ela era perfeitamente possível, diria mesmo que desejável e certamente que iria acontecer. -----

----- Por outro lado, o PS votaria também favoravelmente a recomendação apresentada pelo PEV, aliás na senda daquilo que vinham fazendo sempre no que respeitava a esse tipo de matérias que o PEV tem trazido à Assembleia e que têm merecido quase diria uma aceitação unânime. -----

----- Quanto à Moção que apresentaram, disse que ela pretendia, no fundo, chamar a atenção para um acontecimento que caiu no domínio público, e que tinha a ver com o facto de, eventualmente, terem sido utilizados meios municipais para a divulgação e angariação de apoios para um jantar de campanha que o PSD realizou no final do ano passado e que foi muito comentado na comunicação social. Ouviram todos, quer representantes dos trabalhadores, portanto sindicalistas, quer também o Sr. Presidente da Câmara, dizer que sobre essa matéria iria ordenar a realização de um inquérito urgente para saber o que se passara, e o que o PS agora pretendia saber era exactamente o que resultara desse inquérito. -----

----- Portanto, ao apresentarem a referida Moção pretendiam que a Câmara Municipal viesse dizer o que resultara desse inquérito, porque, a confirmar-se que se verificou a utilização dos meios municipais, estariam em presença de uma situação grave, uma promiscuidade absolutamente inaceitável, e, manifestamente, a Câmara teria que ter uma posição e a confirmarem-se esses factos teria que agir sobre quem foram os seus autores. E sendo a Assembleia Municipal o órgão fiscalizador do Executivo municipal teria também obrigação de saber o que se passou e sobre os resultados do inquérito tomar as devidas consequências. -----

----- E de ponto de vista do PS, certamente que a Câmara Municipal, que tinha também a noção da importância desse facto, seria ela própria a ter a primeira preocupação em resolver e esclarecer o que se passou, sobretudo porque nenhum dos presentes pensava ou queria dizer que foram os eleitos municipais que estiveram na origem dessa situação. Não era isso que estava na Moção, não era essa a preocupação que tinham, o que queriam saber era o que realmente se tinha passado e com certeza o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores eram os mais interessados em esclarecer a situação, até porque a honorabilidade dos próprios eleitos municipais também ficava posta em causa, e o PS não queria isso. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a Moção começava logo no primeiro parágrafo por dizer: “Considerando que o PSD utilizou ...” e depois na parte deliberativa dizia: “Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa o envio urgente do inquérito realizado sobre a utilização de meios municipais ...”. Mas depois parecera-lhe ouvir da parte do Deputado Municipal Dias Baptista um “eventualmente”, um “eventual” e algumas dúvidas sobre essa questão. Portanto, a intervenção oral parecia ter um conteúdo distinto sobre o texto apresentado no Moção. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que realmente utilizara o termo “eventualmente” porque como resultava da própria Moção o PS não tinha a certeza do que é que aconteceu, e como não tinham a certeza não o afirmava. -----

----- Por isso pretendiam ser esclarecidos do que se passou, e era óbvio que para serem esclarecidos cabalmente nada melhor que o resultado do próprio inquérito. Sabiam aquilo que ouviam dizer e liam, agora queriam confirmar, ou não! -----

----- **O Deputado Municipal Anacoreta Correia (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que sendo esta a sua primeira intervenção no ano de 2005, desejava apresentar aos Srs. Deputados Municipais votos para que este ano que estavam a iniciar fosse um ano para deixar saudades, um ano para deixar boas recordações e que também neste ano a Cidade de Lisboa pudesse conhecer os avanços que todos certamente, de todas as cores e de todas as bancadas, desejavam que ela tivesse. -----

----- Seguidamente, referindo-se às moções apresentadas, disse que o CDS-PP votaria favoravelmente o Voto de Solidariedade e Pesar pelas vítimas dos trágicos acontecimentos do Sudeste asiático e subscrevia por inteiro o apelo que era feito à Câmara Municipal, às organizações cívicas da cidade e à população de Lisboa para que ajudassem a resolver as muitas dificuldades que existiam para muitos milhões de pessoas. -----

----- E ao mesmo tempo que a solidariedade aí se deixava expressa, o CDS-PP não gostaria de deixar de lembrar que este era um bom momento para, sem atropelos e sem nervosismos, pensarem sempre nas questões da protecção da população perante acontecimentos deste tipo, acontecimentos da força da natureza, vulgarmente tidos como tarefas de protecção civil, tendo presente que o melhor de todos os investimentos era aquele que esclarecia a população e aquele que educava comportamentos da população face a desastres naturais e desastres de outro tipo. -----

----- Portanto, esta era uma muito boa ocasião para dali apelar à Câmara Municipal para que com muita calma, com muito tempo, porque estes acontecimentos eram imprevisíveis e a pressa era má conselheira, fosse feita, de facto, uma actividade de prevenção e, sobretudo, que essa actividade de prevenção não fosse uma actividade de gabinete mas fosse, principalmente, sentida e vivida pela população que era, no fim de contas, a grande beneficiária. -----

----- Disse, depois, que registava também com muito agrado a referência ali feita pelo representante do PS ao facto de Lisboa ter sido palco de um acontecimento importante pela paz, que foi o Encontro dos 40.000 jovens de Taizé. Pessoalmente teve ocasião

de falar com alguns deles e havia uma opinião unanime sobre a beleza da cidade! Mais tarde, noutras intervenções, teriam oportunidade de falar sobre a capacidade enorme que Lisboa tinha como destino turístico e que continuava em larga medida por explorar, porque o que era interessante revelar nas conversas que teve com esses jovens foi a descoberta que Lisboa constituiu para eles porque excedera largamente as expectativas que eles tinham sobre a cidade. -----

----- De facto, enquanto a maioria dos destinos turísticos ou correspondiam ou então frequentes vezes eram surpreendidos porque a realidade era inferior àquilo com que pensavam encontrar nesses destinos, neste caso, com todos os jovens que teve oportunidade de falar, o que encontrou foi uma palavra de surpresa porque Lisboa constituía uma agradabilíssima surpresa. -----

----- Relativamente às demais moções, disse que era evidente que votariam favoravelmente – como subscritores, de resto – a referente ao voto de pesar pelo falecimento do Engº Caldeira Rodrigues, o que faziam não apenas por uma questão de hábito ou de ritual, mas conscientes de que se tratava de um grande cidadão, um grande nome da engenharia e uma pessoa que se empenhara a fundo a tentar resolver problemas de Lisboa numa altura em que nada estava definido e em que era preciso muito bom-senso para que as questões não derrapassem, em que era preciso efectivamente governar quase com mais entusiasmo do que com regras. O Engº Caldeira Rodrigues foi uma pessoa que serviu a Cidade de Lisboa, e por isso votavam com muita consciência esse voto de pesar. -----

----- Na votação da Moção do PCP relativa ao Vale de Chelas, disse que o CDS-PP se ia abster, todavia desejava distinguir o seguinte: o apelo que na Moção se fazia à Câmara no sentido de encontrar uma solução que fizesse a harmonização dos interesses em presença merecia o acordo do CDS-PP, mas havia uma deliberação que o seu grupo parlamentar tomou no sentido de que não votaria favoravelmente moções que estivessem escritos equívocos ou que contivessem em si mesmo contradições. E o CDS-PP entendia que não prestigiava a Assembleia Municipal de Lisboa a votação de uma Moção em que se dizia a certa altura: “Como é possível uma rua que sempre existe há dezenas de anos ser privada?” e depois, mais adiante, referia: “Que a Câmara Municipal de Lisboa encontre com o proprietário uma forma de compensação caso venha a considerar-se necessário para que o interesse público não venha a ser prejudicado”. -----

----- Compreendiam e sabiam exactamente a história, simplesmente essa forma de redacção não favorecia o prestígio que deveria presidir às decisões tomadas pela Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à Moção apresentada pelo PEV, disse que estavam obviamente de acordo, entendiam que era preciso fazer uma séria educação dos cidadãos porque tinham que viver com metas de exigência ambiental e que isso se prendia com questões que ao CDS-PP era caras, como por exemplo o turismo. Portanto, estavam inteiramente de acordo, apenas desejava dois esclarecimentos: -----

----- Primeiro, em que ponto estavam as Directivas da CE que julgava que estavam para ser transcritas sobre essa matéria para a legislação portuguesa? -----

----- Segundo, se havia alguma ideia de suporte económico para as medidas que se propunham? Mas pareciam-lhe ser das tais medidas que estavam no estrito campo de uma Assembleia Municipal. -----

----- Por fim, sobre a Moção do PS relativa aos acontecimentos ou não acontecimentos do dia 23 de Dezembro, disse que desejavam que o PS desse aos Grupos Municipais explicações cabais, completas, sobre essa questão, porque não podiam votar uma Moção que logo no primeiro considerando dizia: “Considerando que o PSD utilizou” e depois o promotor, no seu discurso, dizia que o PSD teria utilizado e queria ser esclarecido. -----

----- Por conseguinte, pelas mesmas razões que se iriam abster na Moção do PCP, neste caso concreto, porque entendiam que a Moção não só estava mal redigida como também era feito acintosamente um juízo de valor, votariam contra porque entendiam que entre o primeiro e o último parágrafo havia uma pesada e grave contradição. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o orador anterior não pôs em causa a matéria versada na Moção por si subscrita mas levantara algumas questões quanto à forma como estava redigida, pelo que lhe perguntava se estava disponível para poder apreciar alterações quanto à forma com a finalidade de encontrarem uma solução unânime, porque era muito importante a resolução do problema a que a Moção se referia. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Anacoreta Correia referiu que o CDS-PP votaria contra a Moção apresentada pelo PS devidos aos termos utilizados no primeiro parágrafo, pelo que lhe perguntava se mudassem a redacção para: “Considerando que terão sido utilizados pelo PSD os serviços ...”, o CDS-PP votaria a favor. -----

----- **O Deputado Municipal Anacoreta Correia (CDS-PP)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, começou por dizer que não era pessoa que fugisse aos problemas e em relação ao primeiro interpelante desde já lhe dizia muito claramente que em relação ao problema do Vale de Chelas estavam dispostos a discutir com os promotores da Moção outra redacção. -----

----- Depois, relativamente à proposta feita pelo PS, disse que estava pronto a discutir outra redacção porque aquela que agora foi proposta não lhe agradava muito mas não tinha o monopólio da vontade do seu Grupo Municipal. Mas encontrariam outra, talvez mais condicional, mais hipotética, porque o grau de certeza que o Deputado Municipal Dias Baptista afirmava ainda não lhe agradava. Gostava das hipóteses mais abertas quando não se tinha a certeza. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, depois de desejar um bom ano de 2005 a todos, disse que o PEV se associava como subscritor, embora não tivesse participado na Conferência de Representantes, aos votos de pesar apresentados, quer no que dizia respeito ao falecimento do Eng^o Caldeira Rodrigues, quer no que tinha a ver com a tragédia ocorrida no Sudeste asiático. E sobre esta última pretendia dizer que a resposta portuguesa não sendo ainda óptima representava

já significativas melhoras em relação àquilo que foi a reacção ao que ocorreu na Escola Berlen em que se disse que não se prestava apoio porque não tinha havido pedidos. Portanto, registava essa melhoria. -----

----- Em relação à questão ali levantada pela munícipe Sra. D. Maria da Luz quanto à rotunda das Olaias, disse que, de facto, era um bocadinho duvidosa a fórmula como foi possível encerrar uma das saídas dessa rotunda obrigando a afunilar numa única saída todo o tráfego automóvel da rotunda para a Freguesia do Beato, para o Bairro das Olaias e para a Av. Eng^o Arantes de Oliveira que no seu seguimento tinha o viaduto das Olaias para acesso ao Bairro do Armador e à Freguesia de Marvila. Portanto era um tráfego enorme que passaria a estar todo ele concentrado numa única saída, e do ponto de vista técnico não acreditava que os serviços tivessem considerado que seria irrelevante a outra saída estar fechada ou não. Não acreditava nisso, portanto valeria a pena que fosse revista do ponto de vista técnico a solução a dar a essa questão. -----

----- Sobre a Moção/recomendação que apresentaram em relação à recolha selectiva de óleos alimentares usados, a sua utilização para a produção de biodisel e a progressiva introdução desse biocombustível na frota municipal, disse que essa perspectiva tinha uma tripla dimensão: por um lado, reduzia a emissão de poluentes, quer nas águas residuais, quer nas emissões para a atmosfera; por outro lado havia uma substituição e redução dos combustíveis fósseis usados como combustível na frota municipal, o que era uma preocupação de vários documentos internacionais com que Portugal estava comprometido, como seja das alterações climáticas, o Protocolo de Quioto, etc.; e uma terceira dimensão que era a vertente positiva da dinamização de um mercado, que era um mercado com expressão económica significativa, isto é, o tratamento de lixos e a sua reciclagem e utilização. -----

----- O que referiam na Moção/recomendação já estava a ser estudada a sua utilização por exemplo nos municípios de Oeiras e de Coimbra, e vinha na sequência de outras moções que têm apresentado e que só lamentavam que não tivessem sido concretizadas, em particular a da necessidade de um Plano Energético Municipal. Esta, aliás, seria uma iniciativa que, naturalmente, teria decorrido da existência de um Plano Energético Municipal que representaria uma redução de custos para o Município, que representaria uma política ambiental mais sensata, e era responsabilidade do Município também contribuir para essa dinâmica nacional e municipal. -----

----- Sobre as duas questões suscitadas pelo Deputado Municipal Anacoreta Correia, disse que estava a tentar saber se a Directiva já estava transposta, mas, mesmo não estando, ela era já uma Directiva Comunitária. E o que defendiam desde logo na Moção era que mesmo que não estivesse transposta os valores que a Directiva apontava deveriam ser entendidos como valores mínimos e não como valores máximos. Deveria ser uma ambição do Município e dos responsáveis pelo interesse público ultrapassar claramente as metas no sentido da redução dos impactes ambientais e na melhoria de eficiência energética nacional. -----

----- Por outro lado, quanto ao impacto económico desta medida, havia várias perspectivas em que isso poderia ser analisado. Desde logo podiam dizer que havia a possibilidade de introdução até 20% de biodisel no combustível porque isso não implicava nenhuma alteração ao nível do motor dos automóveis, havia mesmo alguns testes – a Carris também os fez – que demonstravam que os motores aumentavam o seu rendimento, havia a redução de custos nas ETARs para tratamento das águas e de alguns custos que estavam associados à manutenção da própria ETAR, para além dos impactes ambientais que hoje eram perfeitamente quantificáveis e com o Protocolo de Quioto sê-lo-iam muito mais. -----

----- Portanto, era um conjunto de benfeitorias que pensava que valia a pena que fossem aprovadas. -----

----- **O Deputado Municipal Borges de Carvalho (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a Moção apresentada pelo PEV encerrava em si questões de princípio que eram respondíveis. As pessoas aderiam, naturalmente, a uma Moção que tinha a intenção que essa apresentava. -----

----- De qualquer maneira, salvo melhor opinião, para a aprovação consciente – não queria dizer que a não fosse votar favoravelmente – de uma Moção deste tipo necessitariam de mais alguma informação. -----

----- Por outro lado, o processo de refinação de óleos usados era uma coisa que vinha sendo falada e feita desde o início dos anos oitenta, sobretudo no que se referia na altura a óleos mais industriais, óleos de automóveis, etc. Hoje em dia havia já empresas que faziam essa recolha e refinação, o processo estaria ainda em muitos sítios numa fase embrionária, mas felizmente tendia a alastrar. -----

----- Neste caso, pelo menos à primeira vista, parecia que fazer isso ao nível da Cidade de Lisboa para óleos alimentares à parte não parecia muito lógico. Se já havia empresas que recolhiam óleos por que não pô-las também a recolher óleos alimentares nos restaurantes e nas casas das pessoas? Porquê arranjar mais este serviço para a própria Câmara Municipal? Até que ponto poderia isso ser efectivamente económico, embora acreditasse que havia limite e no fim do processo se pudesse demonstrar a economicidade de uma proposta destas? -----

----- Só que parecia não haver à disposição dos Deputados Municipais elementos suficientes para poderem votar uma Moção como esta, com a informação que lhes era posta à disposição. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, depois de referir que discordava da perspectiva apresentada, disse que estavam numa Assembleia política e não um órgão técnico, mas a Câmara, naturalmente, tinha serviços técnicos que podiam fundamentar esta matéria. Aliás, permitia-se lembrar que existia a Agência de Energia, que esteve bloqueada durante dois anos neste mandato, que era evidentemente o órgão competente para fazer este estudo. Por exemplo, em Oeiras foi a Agência de Energia de Oeiras quem fundamentou e apresentou a proposta ao Município para desenvolver esse projecto. ---

----- Mas o que estavam a apresentar agora era apenas e tão só uma recomendação no sentido de que a Câmara encetasse diligências para a concretização desse projecto, em

primeiro lugar para reduzir os óleos usados despejados juntamente com os esgotos que iam parar às ETARs, o que obviamente tinha custos ambientais e económicos para o próprio tratamento das águas residuais, e, em segundo lugar, porque era uma evidência que a utilização na frota reduzia o consumo de combustíveis fósseis que, como se sabia, era um problema internacional e por isso politicamente valia a pena mudá-lo. Aliás, era de tal maneira uma evidência que havia uma Directiva Comunitária, seguramente sustentada tecnicamente, que motivava a preocupação de se estabelecer metas até 2005 e 2010 de progressiva substituição dos combustíveis fósseis por biocombustíveis, e com outras energias alternativas, e havia depois o impacte ambiental resultante da redução que a utilização dos biocombustíveis tinha nas emissões para a atmosfera. -----

----- Mas havia já experiências em curso, a Assembleia, obviamente, como órgão político que era não tinha que ter fundamentação técnica, nunca nenhuma recomendação ali foi apresentada com suporte técnico, mas era evidente que havia valores como a defesa do ambiente, a redução dos impactes ambientais nas linhas de águas, etc., que mesmo que custassem mais dinheiro justificava-se por si só a sua aprovação como recomendação. -----

----- Quanto à questão de haver empresas que recolhiam óleos, disse que era verdade mas também era verdade que a recomendação não dizia se era a Câmara que o fazia por administração directa ou se contratava com alguma empresa a sua recolha. O que dizia era que a Câmara devia estabelecer um plano de progressiva recolha de óleos usados, com associações por exemplo comerciais, com empresas de restauração, etc., podendo estabelecer protocolos no sentido de progressivamente vir a reduzir o lançamento de óleos alimentares usados nas linhas de esgotos e entregá-los para tratamento no sentido da sua conversão em biocombustível. -----

----- Por outro lado, também a Câmara deveria desenvolver um plano, fundamentado tecnicamente, para a progressiva introdução de biocombustível na sua frota, reduzindo com isso não só custos mas também emissões. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por se referir à inauguração da Alameda Roentgen, em Telheiras, no dia 21 de Dezembro de 2004, dizendo que a requalificação dessa via, implantada nas freguesias do Lumiar e de Carnide, contemplou uma área pavimentada de cerca de 10.000 m², diversos equipamentos recreativos e de lazer, cerca de 5.000 m² de área relvada e diversas árvores que foram plantadas. -----

----- Trata-se de uma requalificação de excelente qualidade, sendo por isso de toda a justiça salientar o empenho do anterior e do actual Presidente da Câmara Municipal, do Vereador responsável pelo Pelouro do Espaços Verdes e da Direcção Municipal do Ambiente Urbano por essa importante obra, que associada às requalificações urbanas do separador central da Av. Ventura Terra, Praça Central de Telheiras e saída do Metro, bem como a inauguração, em Dezembro de 2003, da Biblioteca Orlando Ribeiro, muito contribuíram para uma melhor qualidade de vida naquela zona da cidade, o que importava salientar. -----

----- Relativamente à Quinta das Conchas e dos Lilases, disse que também não podia deixar de referir que as obras iniciadas no início de 2004 estavam praticamente a ser concluídas, o que dignificava quem fez esse planeamento e também a Câmara que se abalançara a fazer essa obra que de há muito era necessária na cidade. -----

----- Acerca da revisão do PDM, que como era sabido estava ainda em curso, disse que havia uma questão que lhe parecia oportuno levantar, relacionada com a zona norte da cidade, designadamente Segunda Circular/Av. Padre Cruz/Av. Santos e Castro/Alameda das Linhas de Torres e o Eixo Norte-Sul na sua vertente local. Com efeito, o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, que tinha por objecto a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora tendo em vista a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações, estabelecia medidas de prevenção e controlo da poluição sonora que não estavam ainda implementadas naquela zona da cidade, verificando-se níveis de poluição acima dos valores normais definidos na lei, e sendo Portugal um Estado de Direito Democrático deveriam primar pelo cumprimento das leis que se publicavam. -----

----- Nesse sentido, recomendava à Câmara a inclusão de medidas de protecção ambiental nos trabalhos em curso quanto à revisão do PDM, tendo em vista o controlo da poluição sonora e a poluição atmosférica, sendo necessário também reforçar futuras acções de sensibilização das populações, em particular daquelas que todos os dias vinham para o centro da cidade em transportes próprios. -----

----- Disse, ainda, que pretendia alertar também para a quantidade de grafitos, de diversa índole, que se encontravam nas estações do Metro, aconselhando a que com urgência se pusesse termo a essa situação de modo a que se repusesse a qualidade nas estações desse meio de transporte tão usado pela população da cidade e pelos turistas que a procuravam. -----

----- Por fim, aludindo à tragédia natural ocorrida no Sudeste asiático, de que tinham hoje oportunos votos de solidariedade e pesar, a que se associava, disse que esse tipo de acontecimentos deveriam servir para que países como Portugal não esquecessem a necessária e útil existência de planos de protecção civil para serem accionados em caso de necessidade. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, depois de apresentar votos de um Bom Ano de 2005 a todos os presentes na Sala, disse que a Câmara Municipal de Lisboa, infelizmente, acabara mal o ano de 2004 e parecia querer continuar no ano de 2005. ---

----- E dizia que acabou mal porque no dia 15 de Dezembro encerrara o único e principal acesso à Calçada da Picheleira para ligação à Rua Barão Sabrosa, Alameda D. Afonso Henriques e Praça do Areeiro. A Câmara, ao encerrar esse acesso, provocara uma onda de contestação dos moradores, recebendo, num curto espaço de tempo, mais de mil assinaturas e fez-se uma concentração no local com mais de uma centena de moradores para reivindicarem apenas e tão só aquilo a que tinham direito: o acesso e não o entaipamento desse bairro que tem mais de 5.000 habitantes. -----

----- Disse, depois, que o Plano do Vale de Chelas, apresentado e exposto no Centro Comercial das Olaias, não previa a construção de qualquer lote encostado à empena

da Rua João Nascimento Costa, e esse era o único plano conhecido da população da Picheleira. -----

----- As perspectivas do espaço ser ocupado como área verde foram goradas pela posição da Câmara Municipal de Lisboa, as obras avançaram sem qualquer placa indicativa de licença de obra, e a Polícia Municipal chamada ao local pela população informou que as obras eram da Câmara Municipal de Lisboa. Mas tratando-se, como era informado, de um local privado perguntavam qual a razão por que era a Câmara a executar essas obras. -----

----- Pensavam que ainda era tempo de corrigir, e caso houvesse direitos de privados, como salientavam na Moção, a Câmara Municipal de Lisboa deveria encontrar um entendimento de forma a garantir o interesse público. Qualquer projecto de construção deveria passar por um entendimento com a Junta de Freguesia do Beato e com os moradores do Bairro da Picheleira. -----

----- A solução encontrada implicava perturbação de impacte ambiental negativo, como implicava problemas de acesso de socorros em caso de calamidade. Já ali se falou da prevenção que era necessário ter para a cidade, e neste caso também se colocava essa questão da prevenção, pelo que propunham a suspensão dos trabalhos e a reposição da situação anterior. -----

----- Em relação às moções apresentadas, disse que o PCP estava de acordo com as alterações sugeridas pelo Deputado Municipal Anacoreta Correia quanto àquela por si subscrita sobre a questão que acabava de referir. Quanto àquela que tinha a ver com a utilização de meios da Câmara Municipal, entendiam que a matéria deveria ser clarificada para que não existissem dúvidas sobre as questões que foram levantadas. E em relação à que se referia os acontecimentos no Sudeste asiático, naturalmente votariam a favor. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, disse que trazia consigo um documento escrito que solicitava que fosse passado na íntegra para a acta. -----

----- Leu então o aludido documento, que tinha o seguinte teor: -----

----- “Aguardou a Junta de Freguesia de Benfica que a Câmara Municipal de Lisboa honrasse os compromissos assumidos decorrentes dos protocolos assinados. -----

----- Contudo, apesar das indicações e promessas que a Câmara foi fazendo ao longo dos últimos meses, nenhuma das transferências em dívida, a que se obrigara, foi depositada na conta da Junta. -----

----- Assim, as Contas de 2004 da Junta de Freguesia de Benfica encerram com dívidas da Câmara no valor de cerca de 100.000 euros. -----

----- A situação é ainda mais grave se atendermos ao facto de se tratar de verbas que na sua maioria se destinam a fins de intervenção social, onde relevam o funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, que só não paralisou porque a Junta assumiu todos os encargos; a Acção Praia-Campo, iniciativa da Câmara com despesas pagas na íntegra pela Junta; e as acções decorrentes do protocolo no âmbito da Prevenção da Toxicodependência a que a Junta de Freguesia de Benfica deu cumprimento de acordo com os compromissos assumidos. -----

----- Além de grave, o comportamento da Câmara era inaceitável dado que a Câmara Municipal de Lisboa, em alguns casos, recebeu atempadamente da Administração Central as respectivas verbas, e reteve-as ou gastou-as em proveito próprio, como é o caso das verbas referente aos funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e das senhas de presença dos membros das mesas eleitorais, referentes às eleições realizadas em 13 de Julho do ano passado. Se a Junta não tivesse pago estas senhas imaginem as dificuldades que teríamos de enfrentar em 2005 com a constituição das mesas para os actos eleitorais previstos, além de um eventual referendo. É que estamos a falar de cerca de 40 mesas eleitorais e mais de 200 pessoas envolvidas. -----

----- Também ficam em dívida as verbas referentes à comparticipação da Câmara nas Iluminações de Natal, e as respeitantes ao reforço do protocolo no âmbito da Manutenção das Escolas do Ensino Básico, devido a pequenas obras de beneficiação, feitas a pedido da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Talvez este lamentável comportamento da Câmara tenha apenas origem na grave situação a que os responsáveis municipais conduziram as contas da Câmara, acumulando elevadíssimas dívidas de curto prazo. -----

----- Contudo, o quadro de completo abandono a que o actual Executivo municipal tem votado a Freguesia de Benfica, leva-nos a pensar que há filhos e enteados, conforme as cores partidárias. De facto, ao longo dos últimos três anos, apesar da disponibilidade inúmeras vezes manifestada pela Junta, e muitas vezes por escrito, a Câmara não reforçou nenhum dos protocolos, contrariamente ao que anunciara e era prática normal, aliás, em mandatos anteriores. -----

----- Só isso justifica, por exemplo, que ao longo deste mandato, a poucos meses do seu termo, não tenha sido possível ajardinar um simples metro quadrado de áreas abandonadas, no âmbito do protocolo de descentralização de competências, e, pior ainda, a Câmara não deixou fazer nem nada fez nos espaços que há mais de três anos já estava previsto ajardinar e assegurar a manutenção, designadamente a praca junto à Rua Lucília Simões, a Parada do Cemitério de Benfica, toda a urbanização junto à Estação do caminho-de-ferro, entre o Calhariz de Benfica, Travessa Sargento Abílio, bem como outras pequenas áreas de intervenção já programada. -----

----- Só isso justifica que a “vontade” da Câmara Municipal para Benfica, no âmbito da descentralização de competências e na área dos passeios, não tenha ultrapassado os 10.000 euros anuais, que mal chegam para pagar o trabalho de um calceteiro. -----

----- Só isso justifica o lamentável estado de conservação de muitos passeios, a deficiente limpeza das ruas da freguesia, a maioria das quais só a chuva lava, a ausência de novos projectos para a freguesia contrariamente ao prometido há mais de três anos. -----

----- Só isso justifica que nem a primeira fase da construção do Parque Urbano da Quinta da Granja tenha sido terminada, apesar da obra já estar em curso desde o início de 2002, privando-se a segunda freguesia da capital de um equipamento da maior importância para a qualidade de vida das populações. -----

----- Tudo isto conjugado com equipamentos encerrados, promessas muitas não cumpridas, completo desinteresse pela vida autárquica em Benfica. Em mais de três anos de exercício de funções autárquicas, apenas um Vereador visitou a Junta uma vez e se interessou em saber das necessidades por ali sentidas. -----

----- Por tudo isto, parece mesmo que a política municipal se tem feito, pelo menos em relação a Benfica, durante o actual mandato autárquico, de acordo com cores partidárias. É que se não for esse o caso, então será pura incompetência. -----

----- Fazemos votos que agora, pelo menos agora, a escassos nove meses de eleições autárquicas, entre mais *outdoors* e promessas, alguma coisa de concreto o actual Executivo da Câmara Municipal de Lisboa faça na segunda maior freguesia do concelho. Os moradores agradecem e a Junta de Freguesia de Benfica, que também ficará reconhecida, espera que em 2005 não volte a ser tão prejudicada na sua actividade pela Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por desejar a todos um Bom Ano de 2005, e que ele não fosse apenas bom para a realização pessoal de todos os que ali estavam mas que fosse principalmente um ano bom para os lisboetas e para os portugueses. Como já alguns Deputados Municipais ali disseram, 2005 seria um ano especial porque iriam ter eleições para o Governo para uma alteração da vida política em Portugal, e seria também o ano em que teriam eleições autárquicas para alteração da vida autárquica na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, só lhe restava desejar que nesses actos democráticos resultantes do 25 Abril, houvesse de facto alterações políticas sérias, positivas e boas para atenuar o ar cinzento, taciturno, cabisbaixo e triste com que andava a maioria das pessoas, principalmente aquelas que viam as suas vidas cada vez mais complicadas, porque cada dia que passava mais 150 famílias contavam nas suas casas com menos um salário, ou seja, sistematicamente todos os dias cada família tinha em casa mais um desempregado. Era 200.000 o número de desempregados em apenas quatro meses do actual desgoverno! -----

----- Portanto, só podiam fazer um voto! Que, no mínimo dos mínimos, os lisboetas e os portugueses pudessem no ano de 2005 passar a ter um ar mais feliz, mais contente, sobretudo de esperança para poderem dizer que iriam lutar por dias melhores. -----

----- Sobre as moções apresentadas, disse que o BE iria votá-las todas a favor, sendo que quanto à apresentada pelo PS relativamente ao jantar de Natal do PSD tinha a informar que apresentaram também um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia para fazer seguir para o Sr. Presidente da Câmara e ainda hoje, na Conferência de Líderes, solicitaram à Câmara que os informasse quais as conclusões a que se tinha chegado relativamente ao inquérito sobre as hipóteses que quanto a essa matéria foram lançadas pela comunicação social, e sobre as quais o Sr. Presidente da Câmara também se pronunciara na comunicação social, de que teria havido documentos, circulares ou quaisquer outros meios da Câmara Municipal de Lisboa para ajudar a convocar ou a realizar um jantar de Natal do PSD. -----

----- Era evidente que estando-se em campanha eleitoral era preciso haver clareza entre o Estado e os partidos. Os partidos tinham um papel importantíssimo na vida

política, cívica e democrática do País, mas o Estado era pago com o dinheiro dos contribuintes enquanto que os partidos eram pagos com as contribuições dos seus militantes mais as subvenções estatais que a lei previa. -----

----- E, por isso, não podiam estar de acordo que surgissem dúvidas na Cidade de Lisboa de que para o PSD realizar um mega-jantar de Natal se utilizassem os meios que eram pagos pelos contribuintes. -----

----- Não tinham a certeza que isso tivesse acontecido porque apenas ouviram na comunicação social e ouviram as declarações do Sr. Presidente da Câmara, mas porque também não tinham a certeza que isso não tivesse acontecido, queriam saber com rigor o que aconteceu ou o que não aconteceu. Portanto, queriam saber quais as conclusões do inquérito que o Sr. Presidente da Câmara anunciou, porque isso era uma questão essencial para a transparência no Município de Lisboa. -----

----- Relativamente à Moção/recomendação apresentada pelo PEV, disse que o BE lhe dava bastante importância porque entendiam que as questões do ambiente e da natureza tinham hoje a maior importância. Naturalmente estavam hoje todos contristados pela tragédia que recentemente se verificou, que não atingiu só a Ásia mas o mundo todo, um fenómeno natural que dizimou mais de uma centena de milhar de habitantes do mundo, provavelmente até mais de duas centenas de milhar, porque ainda não havia números certos. -----

----- Mas gostava de chamar a atenção de todos para uma entrevista feita, na televisão, a um professor de sismologia da Universidade dos Açores, que sendo confrontado sobre se havia ou não hipótese de se conseguir detectar, analisar, prever, tomar medidas cautelares em relação à natureza e àquilo que por vezes se fazia de mau com ela e as coisas que lhe eram próprias como os tremores de terra ou as deslocções das placas, dizia esse professor que se falou muito nos últimos anos, tratou-se muito e criaram-se enormes verbas para a luta contra o terrorismo mundial – e era necessário arranjar verbas e lutar contra o terrorismo mundial, ninguém tinha dúvidas disso – mas dizia esse professor que para se ter detectado e ter tomado medidas cautelares para conseguir prevenir as populações daquelas zonas do globo ou de outras zonas do globo, como por exemplo Lisboa onde já houve um maremoto também, que bastaria um décimo do dinheiro gasto nisso. -----

----- Portanto, alertavam para que as várias instituições, incluindo as da Câmara, tomassem as medidas que deviam ser tomadas para que pudessem prever todas as situações da natureza no sentido de protegerem ao máximo o bem mais sagrado que existia que era o bem da vida da população do mundo. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, depois de desejar a todos, Deputados Municipais, Câmara, funcionários e público presente um Bom Ano de 2005, disse que todos tinham hoje conhecimento, através da comunicação social, – ela própria veio para esta reunião da Assembleia de uma reunião de trabalho onde essa matéria foi debatida – do acordo entre as confederações patronais e sindicais, um acordo com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, visando a dinamização da contratação colectiva. -----

----- Esse acordo era inédito já que foi o primeiro de âmbito bilateral porque sem a presença do Governo, ou seja, era apenas entre as confederações patronais e sindicais. Era sumamente importante esse acordo de princípio que hoje foi feito e que seria agora ratificado pelas organizações e assinado na próxima sexta-feira, e independentemente do processo de concertação social ao nível da CGTP, que também representa, que a aposta para o desenvolvimento do País e para o desenvolvimento das empresas, portanto da produtividade, passava pela negociação bilateral. E passava pela negociação bilateral ao nível das empresas, ou seja, ao nível de quem estava interessado em resolver os problemas entre trabalhadores e empregadores. -----

----- Esperavam e acreditavam que houvesse boa-fé de todas as partes para que os direitos e os deveres estivessem aí consagrados. Não interessava que fossem somente consagrados no papel, mas importava que isso se efectivasse de facto nas empresas onde os problemas tinham mesmo que ser resolvidos. -----

----- Esta era a primeira vez que isto acontecia sem a intervenção do Governo, mas era mesmo para efectivarem. Cada um daria sempre o seu contributo na efectivação dessas soluções e, portanto, com certeza encontrariam um desenvolvimento para o País se todos quisessem. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 2 disse que o PSD a iria votar favoravelmente no sentido de se encontrar uma solução para o problema, mas era importante ter presente que a questão se referia a um projecto de loteamento aprovado em Julho de 2001. Portanto cabia agora à Vereação resolver o problema que foi acordado no quadro da gestão anterior, mas efectivamente fazia sentido um apelo da população com vista a encontrar alguns acessos que porventura poderiam ter ficado condicionados por força de um concurso internacional de execução de uma deliberação da anterior Vereação. -----

----- Em relação à Moção sobre a utilização abusiva dos meios municipais, disse que foram sugeridos também alguns contributos, que, aliás, tinham a ver com o seu pedido de esclarecimento entre a diferença do registo oral e do registo escrito por parte do PS, e se algumas dessas considerações forem aceites também à semelhança do que têm feito no passado noutras matérias e noutras festas partidárias em que levantaram esses problemas, naturalmente viabilizariam a Moção, isto é, se não houvesse a ideia pré-concebida como se insistia no texto em que quase era pedido um inquérito com uma conclusão já anunciada. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, depois de desejar a todos um Bom Ano de 2005, disse que esta sua intervenção era dirigida ao Sr. Presidente da Câmara a quem queria perguntar o que se passava com a EPUL, pois nos últimos seis meses passaram por essa empresa cerca de uma dezena de administradores e foram exonerados cinco. Começou pelo Presidente Sequeira Braga que há uns meses foi exonerado porque, ao que constava, se teria oposto à solução que a Câmara queria para resolver a situação do Parque Mayer. -----

----- Mas há cerca de quatro/cinco meses, a Câmara nomeou um outro administrador, Pedro Estácio Marques, que era tido como um bom gestor, um gestor qualificado,

mas, no entanto, passado esse tempo procedia à sua exoneração! Era uma exoneração inexplicável. -----

----- Mas porquê? Ele era competente quando foi nomeado e deixou de o ser passando a incompetente quando foi exonerado? -----

----- A EPUL, uma empresa fundamental para a Câmara Municipal de Lisboa e a mais antiga de todas as empresas do Município, estava sem rei nem roque. Era uma empresa que não estava a ser bem gerida porque, efectivamente, para uma empresa ter sucesso precisava de ter estabilidade na sua direcção e continuidade na sua acção, requisitos esses que realmente a empresa não tinha. -----

----- Recordou que a EPUL, aquando da gestão da coligação de esquerda tinha três administradores, embora pudesse ter cinco, e já nesta Vereação passara a ter cinco administradores e 19 directores. Quanto custava isso à Câmara? Cartões de crédito, carros, etc. Eram situações que realmente preocupavam grandemente. -----

----- E as indemnizações que eram dadas a esses administradores/delegados que eram exonerados?! -----

----- Portanto, toda essa instabilidade prejudicava gravemente a empresa, e assim se percebia a razão porque existiam alguns atrasos grandes nos programas que estavam definidos, mas toda essa desorientação, todo esse desnorte que se vivia na empresa, espelhava também falta de estratégia e de capacidade da Câmara. -----

----- Por fim, perguntou novamente o que se passava na EPUL e qual a sua situação financeira, porque essa matéria preocupava o PCP e deveria preocupar todos os lisboetas. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, perguntou à Câmara se pretendia intervir. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por aludir à questão colocada sobre a EPUL dizendo que não se estava propriamente a viver na empresa essa imagem de desnorte que acabara de ser transmitida. Como era sabido o Dr. Sequeira Braga foi substituído ainda na presidência do Dr. Santana Lopes pela Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, que assumira a presidência da EPUL, e numa situação de transição para a qual fazia sentido chamar uma figura prevista nos Estatutos da EPUL, que era a de administrador/delegado, foi nesse sentido que o Eng^o Estácio Marques foi chamado a exercer essas funções. -----

----- Mas passado que foi esse período de transição, em que o Eng^o Estácio Marques fez um bom trabalho à frente da reestruturação que estava a ser feita na EPUL justamente para eliminar algum exagero de contratação de pessoal dirigente fora dos quadros da empresa, a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão entendeu consagrar mais atenção e tempo para assumir a presidência da EPUL e deixava de fazer sentido a figura de administrador/delegado. Portanto, foi um processo natural de transição, não mais do que isso, mas todo o processo de reestruturação, que foi iniciado no mês de Julho/Agosto do ano passado, sob a presidência da Dra. Eduarda Napoleão e como administrador/delegado o Eng^o Estácio Marques, continuava a ser o mesmo, portanto um processo que continuava a ser feito com uma orientação clara para reestruturar a empresa e apetrechá-la para os grandes desafios que estavam pela frente. -----

----- Não foi nada mais do que isso, mas compreendia que para quem estava de fora pudesse parecer algo turbulenta essa transição, que não foi. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, depois de agradecer as explicações dadas disse que ficaram ainda por responder algumas questões que colocou. O Sr. Presidente da Câmara referiu que o Engº Estácio Marques procedeu a uma reestruturação – pessoalmente tinha conhecimento disso – e demitiu toda uma série de directores. Parecia que estava a fazer um bom trabalho no sentido de, como o Sr. Presidente da Câmara referiu, uma reestruturação que diminuísse os custos da empresa. No entanto, passado pouco tempo foi exonerado e não foi ele que pediu a exoneração. -----

----- Portanto, importava saber o que sucedeu para que depois de uma decisão recente, se ter tomado, passado pouco tempo, uma decisão contrária. -----

----- Mas não foi só por essa razão que subiu à tribuna para falar da EPUL, foi também por um conjunto de circunstâncias que realmente criavam grande instabilidade na empresa. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, disse que ouviu atentamente as explicações dadas à Assembleia, mas gostava que fosse feito o ponto da situação relativamente à EPUL. Referiu o Sr. Presidente da Câmara que continuavam a ter a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão como Presidente e o Engº Estácio Marques como administrador, e a sua pergunta era se continuavam a ter os Senhores directores que foram demitidos e que agora voltaram aos lugares. Ou seja, os Senhores directores que foram todos demitidos e que receberam nova carta a dizer que afinal a demissão ficava sem efeito, também já voltavam a ter esses directores? -----

----- Por outro lado, desejava também, mas eventualmente não agora porque não seria correcto da sua parte, que o Sr. Presidente da Câmara, se pudesse, enunciasse as razões das mudanças que estavam a ocorrer – 28, 29 e 30 de Dezembro – no Departamento Municipal de Trânsito com a mudança abrupta do Director Municipal e das chefias num período tão propício para festas. Era realmente estranho! -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que como bem referiu agora o Deputado Municipal Dias Baptista não houve mudança na presidência da EPUL mas sim a mudança de um administrador. Portanto, também por razões apresentadas pelo próprio foi entendido que tinha sido ultrapassado um certo período de transição, e que justamente num período anterior em que tinham sido contratados, fora do quadro da EPUL, um número relativamente grande de especialistas para assumirem cargos de direcção, foi entendido que nessa reestruturação da empresa seria excessivo esse organograma da empresa e, portanto, estava-se agora num processo, obviamente acompanhado do ponto de vista jurídico, para ou a assimilação de algumas dessas pessoas, ou para a rescisão por mútuo acordo, justamente para configurar um organograma de acordo com a empresa mais consonante com a preocupação dos objectivos que se pretendiam. -----

----- Relativamente à última pergunta do Deputado Municipal Dias Baptista, disse que não era nada de mais. O que podia dizer era que quando as coisas não estavam bem

mudavam-se, e mudavam-se sempre numa perspectiva de irem ao encontro de, como todos queriam, procurar que a Câmara desse melhor resposta às múltiplas questões que se colocavam no dia-a-dia. Portanto, não foi mudar por mudar, foi mudar para melhor. -----

----- **O Senhor Presidente** deu nota das alterações que foram introduzidas nas moções n.ºs 2 e 4, resultantes das intervenções que foram feitas ao longo do debate, alterações essas já introduzidas nos respectivos textos inseridos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia, após o que iniciou o processo de votação tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 1**, que era um Voto de Pesar pela morte do Engº Caldeira Rodrigues apresentado pelo Sr. Presidente mas também subscrito pelos Deputados Municipais Dias Baptista, do PS, Carlos Marques, do BE, Martinho Baptista, do PCP, Anacoreta Correia, do CDS-PP e Pedro Portugal, do PSD. -----

----- Finda a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 2**, subscrita pelo Deputado Municipal Joaquim Cunha, do PCP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 3**, subscrita pelos Deputados Municipais Sérgio Manso Pinheiro e José Luís Ferreira, do PEV. -----

----- **O Deputado Municipal José Domingos Gonçalves (PPM)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PPM há muitos anos que tem vindo a pugnar pela defesa do ambiente e esta Moção vem ao encontro das nossas preocupações. -----

----- Para além disso, devemos lembrar-nos todos que as energias fósseis são esgotáveis e, segundo alguns estudos científicos, daqui a muito pouco tempo haverá problemas no abastecimento com essas energias. -----

----- O PPM aproveita esta oportunidade para desejar que o ano de 2005, para além da intensidade com que tem que ser vivido, vos traga tudo quanto desejam. -----

----- E, mais ainda, o PPM saúda aqueles que, solidariamente, estão ao lado de todos aqueles que sofreram o problema do Sudeste asiático.” -----

----- Prosseguindo as votações, a Assembleia deliberou: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Miguel Coelho, do PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PSD e PPM, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 5**, que era um Voto de Solidariedade e Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PCP pelas muitas vítimas da tragédia recentemente ocorrida no Sudeste asiático, também subscrito pelos Deputados Municipais Dias Baptista, do PS, Carlos Marques, do BE, Pedro Portugal, do PSD, e Anacoreta Correia, do CDS-PP. -----

----- Terminada a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das vítimas da referida tragédia. -----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Estratégia para as Relações Internacionais da Assembleia Municipal.** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 875/2004** -----

----- **Ponto 3 – Proposta 886/2004** -----

----- **Ponto 4 – Proposta 926/2004** -----

----- **Ponto 5 – Proposta 932/2004** -----

----- **Ponto 6 – Proposta 933/2004** -----

----- **Ponto 7 – Proposta 935/2004** -----

----- **Ponto 8 – Proposta 936/2004** -----

----- **Ponto 9 – Proposta 938/2004** -----

----- **Ponto 10 – Proposta 939/2004** -----

----- **Ponto 11 – Proposta 940/2004** -----

----- **Ponto 12 – Proposta 941/2004** -----

----- **Ponto 13 – Proposta 942/2004** -----

----- **Ponto 14 – Proposta 943/2004** -----

----- **Ponto 15 – Proposta 736/2004** -----

----- **Ponto 16 – Proposta 962/2004** -----

----- **Ponto 17 – Proposta 931/2004** -----

----- **Ponto 18 – Proposta 934/2004** -----

----- **Ponto 19 – Proposta 966/2004** -----

----- **Ponto 20 – Proposta 963/2004** -----

----- **Ponto 21 – Proposta 799/2004** -----

----- Foi distribuído um aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 22 – Proposta 988/2004** -----

----- **Ponto 23 – Proposta 989/2004** -----

----- **Ponto 24 – Proposta 991/2004** -----

----- **Ponto 25 – Proposta 995/2004** -----

----- **Ponto 26 – Proposta 996/2004** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – ESTRATÉGIA PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

----- **MOÇÃO** -----

----- “1. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa nunca teve definida qualquer estratégia política de Relações Internacionais; -----

----- 2. Considerando que o município da cidade de Lisboa, em qualquer acção institucional internacional deve ter apenas uma única política diplomática, independentemente das opiniões políticas dos vários partidos que compõem a instituição em todos os seus níveis; -----

----- 3. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa não se pode pautar, nem por uma política pragmática, sem princípios de resposta a convites avulsos, nem por gastos exorbitantes dos contribuintes; -----

----- 4. Considerando que o município da cidade de Lisboa é o município fundador da U.C.L.A.; -----

----- 5. Considerando as responsabilidades de solidariedade histórica para com os povos independentes de língua oficial portuguesa; -----

----- 6. Considerando que a visita à República Popular da China não se enquadra nos anteriores considerandos. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 14 de Dezembro de 2004, decida: -----

----- 1. Concentrar, como primeira prioridade, as Relações Internacionais no âmbito da U.C.L.A., solicitando para o efeito, uma reunião a esta instituição, com o objectivo de concluir como e onde deverá ser útil a acção de representação internacional da Assembleia Municipal de Lisboa, apoiando desta forma a deliberação já tomada pela Conferência de Representantes; -----

----- 2. Que a anunciada viagem de uma Delegação desta Assembleia Municipal à República Popular da China não se enquadra nestes parâmetros, pelo que não será efectuada.” -----

----- (Apresentada pelo Bloco de Esquerda) -----

----- **PROPOSTA DE ESTRATÉGIA DE RELACÕES INTERNACIONAIS PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- “Nos últimos anos, assistiu-se a uma intensificação dos esforços das principais cidades de todo o Mundo em projectarem-se como poder de influência política e de actividade cultural e económica. -----

----- Lisboa, pela sua história, pelo seu património cultural e pelas suas características naturais tem um enorme potencial de influência, designadamente turístico, como de resto, os últimos anos têm vindo a demonstrar. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, verdadeiro “Parlamento da Cidade”, é a expressão autêntica da vontade política dos seus habitantes e não pode ficar alheia à necessidade (e vontade) de afirmar e valorizar a presença de Lisboa no Mundo. -----

----- A acção da Assembleia Municipal de Lisboa, predominantemente de carácter político e diplomático, coincidirá com as orientações estratégicas que correspondem à defesa dos interesses permanentes (1) do Estado Português e articular-se-á estritamente com o Executivo Municipal. -----

----- São consideradas como prioritárias as relações com as cidades dos Países Lusófonos – em particular, no âmbito da CPLP – assumindo e valorizando as responsabilidades que lhe advêm do facto de Lisboa ter sido a dinamizadora da criação da UCCLA. -----

----- As relações com as cidades ibero-americanas, dada a proximidade cultural existente, em cujo quadro institucional (2) a Assembleia Municipal já participa, são, também, do maior interesse. Da mesma forma, as relações com as cidades europeias, designadamente as cidades capitais, podem merecer a atenção da Assembleia

Municipal, dado o interesse em que o aprofundamento do processo europeu seja cada vez mais participativo, com acção efectiva da sociedade civil (3). -----

----- Por fim, a Assembleia Municipal de Lisboa deve procurar responder de forma efectiva ao estabelecimento de laços com as grandes cidades dos países, que embora não pertencendo às categorias consideradas prioritárias, são relevantes em matéria de relações internacionais (4). Uma atenção particular deve ser concedida às categorias de países onde existem significativas comunidades portuguesas (5). -----

----- **Nota:** (1) Língua, Cultura, Coesão Social e Económica, Segurança, Defesa das Comunidades Emigrantes de Lisboa; (2) União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI); (3) inserindo-se de preferência nas redes já existentes no quadro da União Europeia e Conselho da Europa (4) Estados Unidos, China, Rússia, Índia...; (5) África do Sul, Canadá, Austrália...” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que antes de dar a palavra ao Deputado Municipal Carlos Marques, proponente deste ponto da Ordem de Trabalhos, desejava dar algumas notas sobre a matéria. -----

----- Referiu, então, que estava já distribuída à Assembleia uma proposta de estratégia para as relações internacionais da Assembleia Municipal de Lisboa, elaborada no âmbito da discussão a que se procedera na Conferência de Representantes, e todos tinham esse documento na sua posse como tinham também vários documentos que a Mesa entendera fazer chegar aos Deputados Municipais para dar a ideia de como as coisas foram evoluindo. -----

----- E, por outro lado, dava também nota que na Assembleia Municipal, em termos de relações internacionais, receberam, desde 2003, um Alto Responsável pela Criação e Implementação do Poder Local em Moçambique, com consultas para preparação das eleições municipais nesse país; uma delegação da Assembleia Regional de Hiroxima; uma delegação da Assembleia Municipal Popular de Pequim; e, finalmente, uma delegação da Comissão Presidencial para a Descentralização da Coreia do Sul. -----

----- Para além de tudo isso, os Deputados Municipais tinham também as actas da Conferência de Representantes onde estas questões foram sendo tratadas, a proposta e a aceitação do convite, com excepção do Sr. Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, que desde o início manifestara a intenção de não participar na primeira reunião com a Comissão da Assembleia Popular Municipal de Pequim, e tinham a informação que foi prestada à Embaixada da China, a propósito de uma reunião que tiveram a mandato da Conferência de Representantes, indicando a configuração da delegação que se propunha visitar a China, incluindo um roteiro das cidades a visitar. -

----- Depois, mesmo na parte final, estava um ofício da Embaixada a dizer que a viagem estava em preparação, enfim, tudo informações que serviriam para equacionar devidamente o ponto que iam abordar. -----

----- A questão essencial era que a Assembleia Municipal de Lisboa é um órgão de Estado e recebeu um órgão de Estado de um outro país, apoiou-o na sua estada em Lisboa tendo aceite na sua globalidade, com excepção do BE, o convite para retribuir a visita. -----

----- Toda essa preparação foi motivo de discussão ampla na Conferência de Representantes, todos tinham em mãos matéria mais que suficiente para darem a este ponto a dignidade que ele merecia, e, portanto, desde já dava a palavra ao Deputado Municipal Carlos Marques para introduzir o debate. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que o BE propôs debater esta matéria no Plenário porque entendiam que se tratava de um assunto que merecia ser debatido por todos e que não devia ficar apenas pela Conferência de Líderes. -----

----- Isso não tinha a ver apenas com a opinião particular do BE sobre essa agendada viagem à China, mas tinha a ver, principalmente, com o problema de fundo que se colocava que era o facto da Assembleia Municipal estar perante um problema que não teve até ao presente, que era definir uma estratégia, um posicionamento sobre relações internacionais. -----

----- Fazia este ano doze anos que estava na Assembleia Municipal, durante oito desses doze anos foi Secretário da Mesa, receberam várias entidades internacionais, de Macau, de Timor, de vários países, e sempre as receberam com a dignidade que um órgão de Estado, como era a Assembleia Municipal de Lisboa, deveria fazê-lo ao representar os cidadãos que a elegeu. Mas nunca na Assembleia Municipal, até ao momento, se decidira ter relações internacionais do ponto de vista propositivo, ou seja, não só de receber quem a solicitava, mas de ela própria ir visitar outras instituições, outros Municípios, excepto na participação de fóruns internacionais. -----

----- E era justamente por isso que entendiam que era necessário debater na Assembleia Municipal que estratégia ela deveria ter em termos de relações internacionais, porque para isso era preciso haver um critério. E o critério não poderia ser, de acordo com o que disseram várias vezes na Conferência de Representantes, que fossem visitar quem os vinha visitar, porque quem os vinha visitar normalmente fazia-lhes o convite para irem lá, isso era normal, era protocolar, era diplomático, e então passavam a aceitar a ir lá. Isso ficaria sem estratégia nenhuma, porque vinha cá Burkina Fasso e a Assembleia ia a Burkina Fasso, depois vinha Brazzaville e a Assembleia ia a Brazzaville, e depois viria do Peru e a Assembleia ia ao Peru. -----

----- Não podia ser! Esse não era o papel da Assembleia Municipal nem tinha a ver com nenhuma estratégia. A questão era saber em que servia a Cidade de Lisboa e em que era útil para os lisboetas que a Assembleia Municipal dispusesse de meios, dispusesse dos impostos dos cidadãos em termos de relações internacionais. -----

----- Para que era isso útil? Essa era a questão que estava colocada se queriam ser representantes dos lisboetas para defender os seus interesses. -----

----- Por isso, em primeiro lugar, entendia que era importante definir uma estratégia e um posicionamento sobre a matéria. E a primeira coisa a ter em conta era que a Assembleia Municipal era um órgão de Estado, e como órgão de Estado teria de ser a estratégia que estava definida unicamente pelo Município de Lisboa, porque o Município de Lisboa, tal como o Estado Português, não podia ter duas estratégias ou duas políticas internacionais. Só tinha uma! Mesmo existindo três órgãos representativos nacionais: Presidente da República, Presidente Assembleia da

República e Primeiro-Ministro, os três tinham apenas uma única estratégia diplomática internacional, não podia haver três estratégias, independentemente de quem eram os titulares dos cargos, que partidos lá estavam ou as posições que cada um tinha ou defendia. -----

----- Recordou que quando veio a Lisboa o Presidente do Município de Pequim, disse na Conferência de Líderes que se estivesse na Mesa da Assembleia Municipal, enquanto órgão de Estado naturalmente o receberia porque se o Estado Português tinha relações diplomáticas com a China a Assembleia Municipal de Lisboa se vinha alguém da China como órgão de Estado teria que receber naturalmente, mas enquanto político, enquanto líder do Bloco de Esquerda, mesmo que o tivesse feito teriam feito o mesmo que fizeram que era tomar posição pública dizendo porque era que não concordavam com a situação política actualmente na China. -----

----- Mas havia um problema de critério de Estado e esse critério teria que ser único. Ou seja, não podia haver uma política da Assembleia Municipal diferente da política da Câmara Municipal da Lisboa, independentemente do seu partido, o BE, ser contrário ao partido que estava neste momento à frente da Câmara Municipal de Lisboa. E tinham toda a liberdade para no debate democrático, no jogo democrático, na luta política, exporem as suas opiniões completamente diferentes. -----

----- E então que critérios? O BE tinha um critério! Apresentaram uma proposta na Conferência de Líderes, que aliás fazia parte também de uma outra proposta que já foi aprovada na globalidade pela Conferência, esse seria o primeiro e critério e antes desse não deveriam passar ao segundo, apesar de efectivamente haver um segundo como constava da proposta aprovada em Conferência de Líderes que era o das cidades Ibero-americanas, com o que não estavam em desacordo porque havia aí uma proximidade específica e particular. -----

----- Mas nem a esse deveriam passar antes de tratar do primeiro critério. E o primeiro critério era que Lisboa é a cidade fundadora de uma organização internacional chamada UCCLA, que reunia as capitais de Língua Oficial Portuguesa, e perante isso tinham razões históricas, culturais, etc., para tratar desse assunto. O Presidente da UCCLA até é o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa! Quem principalmente financiava a UCCLA era a Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, não fazia sentido que agora andassem ali numa atitude pragmática de a quem vinha cá responderem que iam lá e não tratarem de uma organização que fundaram e perante a qual tinham responsabilidades históricas. -----

----- Poderiam ir a qualquer sítio do mundo! À China ou a qualquer outro lado, mas colocava o seguinte: tendo-se passado há pouco tempo uma situação bem difícil e bem particular num país irmão de Portugal como era a Guiné-Bissau, país que como era sabido estava encalhado numa zona geo-estratégica francesa e havia constantemente uma tendência para a ingerência política naquela zona geo-estratégica francesa de Língua Portuguesa, e era curioso que, perante essa situação, viam pouco da diplomacia portuguesa, viam pouco da UCCLA e viam pouco da Câmara Municipal de Lisboa sobre esse assunto. E sobre essa questão o BE entendia que era preciso que tomassem atitudes e fossem positivos. -----

----- Por exemplo, se a Assembleia Municipal de Lisboa decidisse ir a Bissau, à Cidade da Praia, a Luanda ou ao Maputo, de certeza que isso seria notícia em tudo quanto era comunicação social, de certeza que teriam um papel positivo no aumentar das relações entre a Cidade de Lisboa e essas cidades e respectivos países. -----

----- Mas de certeza que se fossem há China como queriam ir, no meio de um bilião de pessoas não sabia que notícia passaria a dizer que estiveram lá os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa e qual seria o papel positivo que lhe traria. -----

----- Por isso, entendia que era preciso uma estratégia, e o BE propunha-a muito concretamente: neste momento deveriam traçar uma política de relação privilegiada com os países da UCCLA. Depois poderiam dar outros passos, estavam de acordo com isso. -----

----- Continuando, disse que não estavam nada de acordo com a ida à China. Aliás, receberam hoje a informação da Embaixada da República Popular da China para a Assembleia Municipal onde se dizia que estava previsto chegar lá no dia 8 e voltar no dia 23 de Abril, ou seja, 15 dias para visitar Beijing, Xi'an e Xangai! -----

----- 15 dias na China? E ainda faltava saber se depois disso se incluiria a ida a Macau e a Hong-Kong porque era uma hipótese que foi ventilada na Conferência de Líderes! -

----- Mas olhando para isso, se pensarem que vão seis partidos, visto que o BE já disse por escrito que não ia, que não participava nessa viagem de finalistas da Assembleia Municipal, cada partido com uma pessoa são seis pessoas, mais as três da Mesa e um funcionário, só para pagar as despesas de representação aos Deputado Municipais estavam a falar de 16.000 euros, e só estava a pôr 17 dias, os 15 de estadia mais os 2 de viagem, e só estava a pôr 10 pessoas a irem e não 11 que também era uma hipótese. E se a isso acrescentarem a estadia, as viagens de avião, ofertas que era preciso levar para oferecer às pessoas que iam visitar, as retribuições de almoços ou jantares a instituições, se somarem todas essas despesas que seriam feitas com dinheiros públicos dos cidadãos portugueses, não podia deixar de perguntar para quê! Isso tinha eficácia prática, concreta e objectiva para benefício da Cidade de Lisboa? -----

----- Era evidente que para o BE havia ainda um terceiro critério. É que não estavam de acordo com o regime da China! Para o BE não era indiferente os regimes serem ou não serem democráticos, e estavam contra a hipocrisia dos que ali constantemente apregoavam que era preciso tratar dos ditadores em várias partes do mundo, que era preciso até fazer guerras onde não havia democracia nem partidos políticos como no Iraque. Para o BE não haver partidos políticos no Iraque era tão grave como na China, era tão grave não haver liberdade democrática na China como no Iraque, era tão grave as pessoas estarem presas sem advogados de defesa e sem tribunais independentes tanto na China como no Iraque, era tão grave haver fuzilamentos com espectáculos públicos tanto na China como no Iraque. -----

----- Eram contra a hipocrisia dos que só queriam o petróleo e o poder do dinheiro, essa hipocrisia que dava cabo da credibilidade dos políticos e que levava a que se dissesse que os políticos eram todos uns aldrabões. -----

----- Aliás, Lisboa tinha já uma experiência sobre o problema da China: o Presidente da República Popular da China visitou Lisboa e a posição que tiveram os Deputados

Municipais na altura foi que a Cidade de Lisboa estava a cumprir um papel de Estado, nessa altura tinha que cumprir um papel de Estado obrigatoriamente porque se tratava de uma visita a convite do Presidente da República Portuguesa, e portanto o Presidente da Câmara teria que o receber obrigatoriamente. E que posição tiveram nessa altura os partidos, nomeadamente os que então eram da oposição? -----

----- Curiosamente, o PP, que hoje era um partido defensor da visita à China porque o capitalismo era florescente naquele comunismo surrealista e como havia um capitalismo florescente num comunismo surrealista era evidente que o PP estava agora todo contente para ir à China. Mas a Câmara Municipal de Lisboa, onde estava também o PP, no dia 13 de Outubro de 1999, aprovou, por unanimidade, que a Câmara não devia receber o Presidente da República Popular da China e não lhe devia entregar a Chave da Cidade. -----

----- Mas queria fazer honra aos Vereadores do PSD que tiveram a coragem de, contrariamente à posição do seu partido, assumirem uma atitude clara sobre isso e terem estado na rua, como estiveram os membros do BE, junto da Amnistia Internacional dizendo que era preciso haver liberdade na China e que não esqueciam Tian aumen. -----

----- Por isso, passava a ler o que foi dito nessa Sessão de Câmara para que se conhecesse a verdade, porque já ouviu ali várias vezes dizer o ex-Presidente da Câmara, Dr. Santana Lopes, que lia e relia as actas da Assembleia Municipal e nunca o viu ler ali nenhuma, Mas ele trazia para ler, porque era melhor: -----

----- “A título pessoal, disse o Sr. Vereador António Prôa, que se sentia chocado com a atribuição dessa honra ao Presidente da República Popular da China, uma vez que na posição oficial dos representantes da China nos órgãos internacionais tinha sido contrária ao esclarecimento que tinha acontecido em termos de desrespeito dos direitos humanos em Timor-Leste. Lembrou que se comemorava neste ano os dez anos do massacre dos jovens na Praça de Tian aumen, e disse que via com repugnância a atribuição dessa honra por Lisboa, que era uma cidade que sempre defendeu as liberdades e os direitos humanos, pelo que votaria contra a proposta.” -----

----- Fazia isto porque nas suas convicções pessoais e profundas de marxista e comunista só assim defendia o socialismo. Não conseguia conceber socialismo nem conseguia defender o ideário socialista que tinha há muitos anos nas suas convicções pessoais, se não defendesse a liberdade. Aprenderam isso com a queda do Leste, e querer esconder isto hoje era querer continuar a manchar o socialismo e o caminho para uma meta a que inevitavelmente haveriam de chegar. Não sabia quando nem como, mas esse seria o caminho! Mas se a isso tirasse a liberdade e os direitos humanos, então não estaria a trilhar esse caminho mas, pelo contrário, a fazer com que ele viesse cada vez mais tarde. -----

----- Por fim, disse que se a Câmara tinha dinheiro para isso fazia-lhe uma sugestão: era que estando-se perante uma tragédia gravíssima que a todos emocionou, na zona da Ásia, que esse dinheiro fosse entregue, como donativo, às vítimas dessa tragédia, em vez de ser gasto numa viagem de finalistas dos Srs. Deputados Municipais à China. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que queria agradecer ao Deputado Municipal Carlos Marques ter trazido ao Plenário esta matéria, e agradecia porque se não fosse a sua atitude talvez muitos dos Deputados Municipais desconhecêssem toda a intenção da deslocação à República Popular da China. Passar-lhes-ia ao lado por distração, porque naturalmente teria sido resolvida em Conferência de Líderes e muitas vezes não iam às reuniões preparatórias, e a aí a culpa era de cada um, mas passaria ao lado porque não seria discutida em Plenário, onde efectivamente devia ser discutida porque a Assembleia era o órgão com competência para decidir uma coisa dessas. Não via que a Conferência de Líderes tivesse competência para tomar uma posição e decidir, objectivamente, esse tipo de deslocações, principalmente quando elas tinham a controvérsia que já ali foi assinalada. -----

----- Disse, depois, que este tipo de viagens faziam-se por três motivos: motivos turísticos, motivos económicos e motivos políticos. -----

----- Naturalmente excluía à partida os motivos turísticos, porque não estava na mente de todos aqueles que foram os eleitos para se deslocar à China qualquer pretensão de que essa deslocação teria motivos turísticos. Portanto, sobravam dois motivos! -----

----- O segundo seria o motivo económico, que também não fazia grande sentido na medida em que não acompanhava a delegação que se ia deslocar à China, pelo menos que soubesse, um conjunto de empresários, um conjunto de pessoas ligadas à vida económica, que pudessem lá estabelecer contactos e, eventualmente, arranjar negócios que fossem úteis para a economia nacional. -----

----- Além disso, soubera hoje mesmo que o Senhor Presidente da República se ia deslocar à China, ainda este mês, com uma delegação, essa sim comercial, com empresários, com dirigentes de grandes empresas, a fim de estabelecerem protocolos e acordos de natureza comercial. -----

----- Portanto, não sendo turístico – Deus os livre de pensar nisso, algumas pessoas presentes gostariam de fazer compras, mas eram as que não iam, porque as que iam de certeza não iam com essa intenção – e também não sendo económico, era político! ----

----- Por conseguinte, era de facto a motivação política que regia esta deslocação à China. Mas se se deslocavam à China por motivos políticos, era porque tinham que receber alguma lição da China em termos políticos! Não fazia outra intenção nas pessoas que se iam deslocar, naturalmente queriam obter informações sobre aquilo que se passava na China, ou até, em contraponto, manifestar a sua posição em relação às actividades políticas na China, em relação ao processo político chinês, em relação àquilo que foi, como já ali foi dito e muito bem, Tiann aumen, aquilo que eram os fuzilamentos públicos, aquilo que eram as condições de trabalho dos trabalhadores chineses, aquilo que era o direito à greve na China, enfim, todas essas coisas que o Srs. Deputados Municipais, nomeadamente ligados àquelas áreas sócio-profissionais, fossem da CGTP, da UGT, dos TSDs ou dos Trabalhadores Democratas Cristãos, naturalmente defenderiam ou iriam aprender. -----

----- De facto, não percebia o que iriam lá fazer! Iriam chegar lá e dizer que estavam abertamente contra toda essa atitude chinesa em relação aos Direitos Humanos? Bom,

se fossem fazer isso e manifestar a sua posição aberta e absolutamente contrária em relação àquilo que se passava na China em termos de Direitos Humanos!? Mas que significado teria isso? Que valoração teria isso para a Cidade de Lisboa? Qual era o interesse que isso tinha para Lisboa. Ainda por cima a China podia dar alguma lição de democracia? Poderiam lá aprender algum método especial que pudesse favorecer depois o trabalho que faziam enquanto Deputado Municipais? -----

----- Tinha muitas dúvidas sobre isso, portanto também o motivo político não fazia sentido sequer. Já foi ali expresso, e muito bem, pelo Deputado Municipal Carlos Marques, que essa viagem não fazia sentido. Portanto, o que era que iam fazer à China? -----

----- Quanto a si essa viagem era um grande disparate, desde logo porque não competia à Assembleia Municipal, que não era um órgão executivo, ter relações internacionais fosse com quem fosse, a menos que seja, como foi ali dito, com organismos a que a Câmara pertencesse e estivesse integrada nos seus corpos sociais, como era o caso da UCCLA. Se por acaso fosse uma viagem no âmbito da UCCLA ainda faria algum sentido, porque de resto não faria sentido nenhum. E era com o dinheiro dos contribuintes! -----

----- E a propósito de dinheiros recordou a impossibilidade que houve em chegar a acordo quanto ao Orçamento e Plano de Actividades para 2005, e que o argumento então utilizado pela oposição foi que o Orçamento era despesista, que era demagógico porque antevia receitas que não faziam sentido, e agora, de repente, encontraram-se receitas e todos estavam de acordo em gastar um balúrdio para uma viagem à China. O Deputado Municipal Carlos Marques não fez as contas, mas eram uns largos milhares de contos para irem à China fazer a tal viagem de interesse político, já que não era económica nem turística. -----

----- Por alma de quem? Seria que a Assembleia estava de acordo com isso? Em consciência os Deputados Municipais presentes, na sua globalidade estavam de acordo que se gastasse esse balúrdio só para que alguns, de entre eles, que nem sequer foram designados pela Assembleia, pudessem deslocar-se à China para visitar uma série de cidades durante cerca de 15 dias? Isso fazia algum sentido? Isso era surrealista! -----

----- Quando se dizia que não havia dinheiro, quando se dizia que havia despesas sumptuosas da parte da Câmara, agora a própria Assembleia, a sua maioria, já estava de acordo que se gastassem milhares de contos para se deslocarem à China? Haja tino!

----- A terminar, disse que a Assembleia Municipal se deveria pronunciar, aberta e declaradamente, contra essa deslocação. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que em relação ao assunto em debate, a estratégia de relações internacionais, desejava ali afirmar que os contactos e experiências com outros povos eram pelo PCP considerados de importância, e era evidente que esses contactos deveriam ser efectuados com o carácter de troca de experiências sociais, culturais e outros objectivos de interesse local, isto é, que fossem

de interesse para a própria Cidade de Lisboa, tendo em conta que são o seu órgão representativo. -----

----- Disse, depois, que a Cidade de Lisboa é a Capital do País, e os seus órgãos, Câmara e Assembleia Municipal, deviam analisar os convites que lhes eram efectuados e depois decidir sobre eles. -----

----- E neste momento estavam perante um convite! A Embaixada da República Popular da China, quando da visita da Assembleia Popular Municipal de Beijing, apresentara um convite que foi aceite pela Conferência de Líderes. Portanto, não era uma decisão de ânimo leve tendo em conta que a Conferência teve condições para analisar, discutir e pronunciar-se favoravelmente sobre essa visita à China. -----

----- Por isso, os passos dados para a realização dessa visita o PCP considerava que estavam correctos. Ouvia-se a Câmara Municipal, que aliás também está representada na Conferência de Líderes, e posteriormente foi acertado com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Pedro Pinto. -----

----- Quanto à questão da estratégia da Assembleia Municipal para as relações internacionais, disse que o PCP era pela abertura de relações internacionais com todos os povos, e não pelo isolamento. Viviam num mundo da globalização, como se costuma dizer “o mundo é a minha aldeia”, e nesse caso o PCP considerava que as questões das relações internacionais não podiam estar relacionadas como um absoluto apenas a uma questão. -----

----- Nesse sentido, entendiam que em matéria de relações internacionais a Assembleia deveria funcionar de acordo com essa ideia da globalização, em que o mundo, de facto, era “a minha aldeia”. -----

----- Portanto, em termos de relações internacionais o PCP era pela abertura total em relação aos povos, mas também consideravam que poderia haver prioridades nessa matéria. E quando se dizia que a Assembleia Municipal deveria privilegiar os países que faziam parte da UCCLA estavam de acordo. Aliás, foi isso que a Conferência de Líderes decidira, houve pronunciamentos de todos os líderes e tudo se encaminhou nesse sentido, sendo a UCCLA colocada em primeiro lugar em termos de relações privilegiadas. -----

----- De resto, nesse debate da Conferência de Líderes até se falou da questão cronológica das visitas a serem realizadas, como seja o caso das cidades ibero-americanas, cidades europeias, e o resto do mundo. Ou seja, nada ficou fechado na Conferência. Portanto, para o PCP era esse o caminho: as relações internacionais poderiam ter um aspecto cronológico das visitas, mas não deveria ser uma caixa fechada. Aliás, eram contra o sentido do “orgulhosamente sós”, e por conseguinte entendiam que deveriam apontar para a ideia de que as relações internacionais, sempre que fossem consideradas de interesse, deveriam ser efectuadas. -----

----- Aliás, a Cidade de Lisboa, recentemente, pela voz do Sr. Presidente da Câmara, anunciara a sua candidatura aos Jogos Olímpicos, e sendo precisamente na República Popular da China que se iam efectuar os próximos Jogos, haveria ou não interesse para a Cidade de Lisboa que depois dessa proposta do Sr. Presidente da Câmara da candidatura de Lisboa à realização dos Jogos Olímpicos, manter desde já relações no

sentido de procurar que essa candidatura pudesse vir a ser apoiada por vários países, neste caso concreto pela República Popular da China, país que neste momento preparava a realização dos Jogos Olímpicos. -----

----- Portanto, se nada mais houvesse, esse já seria motivo mais que suficiente para o PCP apoiar uma visita deste género. -----

----- Disse, ainda, que na fase em que estavam o PCP entendia que as questões das relações internacionais não deveriam ficar expressas no absoluto, como dizia o Deputado Municipal Carlos Marques, pois nem sequer entendiam qual era essa posição. Aliás, parecia-lhes ter havido uma grande mudança desde o bando dos quatro, em que a UDP se referia, havia uma mudança extraordinária a partir desse momento pelo que nem sequer entendiam o tipo de intervenção que era hoje colocada pelo aludido Deputado Municipal, agora em representação do BE. -----

----- Portanto, disse a terminar, o PCP iria votar contra o documento apresentado pelo BE pelo facto de ele colocar a questão do absoluto. Absoluto, só ali! Não, a Assembleia Municipal de Lisboa deveria olhar mais largo do que isso, essa era a perspectiva do PCP e era isso que propunham em relação a essa questão da deslocação à China, porque consideravam que era de interesse para a cidade tendo em conta as questões que já referiu. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por referir a importância da discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos, sob um prisma que lhe parecia que ainda não foi tocado e que era importante, que tinha a ver com o facto de, pela primeira vez, a Assembleia Municipal de Lisboa estar a pretender assumir um papel dinâmico naquilo que dizia respeito às relações internacionais. Esta parecia-lhes ser uma *nuance* que deveria ser registada e realçada. -----

----- E desejava começar exactamente por aí esta intervenção, porque do ponto de vista do Grupo Municipal PS esta era a primeira questão central deste tema e não tanto a eventual deslocação à China, como ali foi referenciada, diria até com alguma maledicência mas não ia por aí. -----

----- Porque é que era importante que se situassem no contexto da importância do papel da Assembleia Municipal no que respeitava às relações internacionais? Porque através dessa nova postura que a Assembleia Municipal estava a tomar, estavam a conseguir assumir um protagonismo que não tem existido, e era importante que retivessem o porquê da sua relevância. -----

----- Recordou que a Assembleia Municipal tinha vindo a ter um papel evolutivo naquele que vinha sendo o seu desenvolvimento. Era uma matéria que normalmente era registada e realçada pelos participantes exteriores à própria Assembleia, mas que, curiosamente, diria mesmo estranha e anormalmente, não era reconhecida pelos próprios Deputados Municipais. Essa era uma primeira questão que achava que teriam de assumir de uma vez por todas. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa não era uma Assembleia Municipal qualquer, e essa era uma matéria que importava registar e realçar, porque algumas das intervenções a que estavam a assistir relevavam de uma visão pequenina da coisa pública. Pedia imensa desculpa ao Eng^o Carlos Marques, de quem é amigo, pedia

imensa desculpa ao Dr. Victor Gonçalves, de quem também é amigo, mas, politicamente, estavam a falar de coisas completamente diferentes e importava situar aquilo que era importante nesta matéria. E o que era importante nesta matéria era realçar o peso político que a Assembleia Municipal queria ter. E queriam ter! -----

----- E importava também dizer que a Assembleia Municipal era um órgão que tinha vindo a ganhar vida própria, era um órgão ao qual os seus titulares têm tido a capacidade, como as sucessivas Mesas da Assembleia têm tido nisto um protagonismo muito importante, designadamente numa matéria fundamental que era sair para fora daquilo que era a actividade normal da Assembleia Municipal. E esta parecia-lhe ser uma matéria que não podia ser escamoteada com se estava a procurar escamotear nesta discussão. -----

----- Esta era a primeira questão que indubitavelmente importava realçar, e que o Grupo Municipal do PS queria realçar. -----

----- O PS estava de acordo com a importância do papel da Assembleia Municipal no que respeitava às relações internacionais. Este era um primeiro ponto que já percebiam que os dividia, mas era a posição do PS! E era uma posição que tinham perfeitamente assumida e sem qualquer tibieza. E também desejavam dizer que era preciso falar claro e com sinceridade, sem medo das palavras e sem grande demagogia. Não queria utilizar termos muito fortes, sobretudo muito acintosos, pelo respeito que lhe mereciam os ilustres colegas que o antecederam, mas realmente ouviram ali algumas coisas que raiavam a demagogia, diria até que raiavam o populismo. -----

----- E explicava porquê! -----

----- Primeiro: era ou não interessante que se reconhecesse que a Assembleia Municipal deveria ter um papel importante nas relações internacionais? Muito bem! Nas coisas de Lisboa já assumiram que era importante, era bom. Era bom porque estavam a dar ali um passo! -----

----- Segundo: uma nota que importava precisar e que tinha a ver onde deviam actuar, onde devia a Assembleia Municipal focalizar a sua actuação. Dizia o BE que em absoluto naquilo que eram as relações da UCCLA, ao que diria que se calhar estavam a ser demasiado limitados, se calhar estavam a autolimitar-se de uma forma absolutamente excessiva. E por isso perguntava se a Assembleia Municipal, se queria ter um papel interventor no que respeitava às relações internacionais, se excluía de qualquer intervenção no âmbito da União Europeia! Fazia sentido isso? Quanto a si não fazia, mas importava que discutissem. Fazia sentido que a Assembleia Municipal, que já arrumaram que queria ter um papel importante no âmbito das relações internacionais, mas União Europeia não! Isso era lógico? Parecia-lhe, sinceramente, que não. Parecia-lhe, sinceramente, que não tinha qualquer razoabilidade! -----

----- Portanto, a primeira premissa da Moção do BE era uma premissa que não podia ter o voto favorável do PS. -----

----- Até porque foi-lhes ali referenciado que se deviam situar exclusivamente no âmbito da UCCLA porque era aí que poderia haver alguma mais-valia, e quanto a isso perguntava se o Município – Câmara e Assembleia Municipal – não tinha excelentes

relações no âmbito das cidades ibero-americanas. Tinham ou não tinham? Tinham! O Município tinha, e ainda bem que tinha, era fundamental que tivesse! Mas não, a Assembleia Municipal não, a Assembleia Municipal não queria, a Assembleia Municipal queria ter relações internacionais, mas não ibero-americanas, mas não no âmbito da União Europeia. -----

----- Isso fazia sentido? Não fazia sentido! E era bom que se entendessem sobre o que era que estavam a discutir. Estas eram as questões centrais, e por isso o PS dizia que iria votar contra o 1º ponto da Moção apresentada pelo BE. -----

----- Mas também por outra razão, que era a razão relacionada com a viagem à China, viagem de turismo conforme foi referenciada pelo Engº Carlos Marques e pelo Dr. Victor Gonçalves. Mas não era! Não era porque, como todos sabiam ... -----

----- A um aparte respondeu: “Não, não é. Eu estou à vontade porque aquilo que importa é ter uma visão do que se pretende, e a visão do que se pretende o Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves tem-na, e elencou bem”. -----

----- Por exemplo, em termos comerciais a visita à China de uma delegação da Assembleia Municipal, ou seja do Município, não era importante? Era! Todos sabiam que era! -----

----- Então teriam que se entender sobre uma matéria. Em todo o mundo, hoje, todas as grandes cidades, todas as grandes organizações, começavam a estar com uma enorme ansiedade por ter relações cada vez mais fortes com a China. A Assembleia Municipal de Lisboa, que tinha essa oportunidade, não queria, estava ao contrário do resto do mundo e dizia: “não, com a China não queremos nada”! Essa era uma visão completamente fechada! Já houve tempo em que, se bem se lembravam alguns dos presentes, era o “orgulhosamente sós”, mas esse tempo, felizmente, já passou. -----

----- No seu entender, aquilo de que teriam que ter ambição para Lisboa, e estavam ali todos porque todos ambicionavam o melhor para Lisboa, era que conseguissem alargar os horizontes, e nesse alargar de horizontes, quer quisessem, quer não, obviamente que um mercado como a China seria um mercado fundamental. Aliás, na discussão que foi sendo feita na Conferência de Líderes, chegaram a aflorar a possibilidade de conseguir, por um lado, ter a participação da Câmara Municipal na delegação exactamente porque reconheciam a importância de alargar o máximo possível o âmbito, e, por outro, chegaram a equacionar a possibilidade de convidar entidades externas ao Município para se integrarem na delegação, exactamente para que fossem capazes de potenciar o estabelecimento de laços e pontes. -----

----- E sobre essa matéria alguém poderia ali dizer-lhes, de boa-fé, que essa visão da Assembleia Municipal era um erro? Não acreditava, e não acreditava sobretudo se estivessem ali a falar de algo que não estivesse numa lógica de total sinceridade, porque numa lógica de total sinceridade quando dizia que estavam a ser utilizados alguns termos que manifestamente eram excessivos, e um termo excessivo era que não fizessem a viagem e utilizassem esse dinheiro para dar a alguns países, todos sabiam que essa proposta dessa forma não era exequível, todos sabiam que ela enfermava de irregularidades e ilegalidades. Mas caía bem, soava bem porque todos perceberam a reacção na Sala e os aplausos que gerara, porque era evidente que numa

altura como esta, em que estavam todos com uma enorme sensibilidade e com uma dor crescente sobre o sofrimento daquelas pessoas, era óbvio que uma proposta destas calava fundo. Mas era uma proposta que devia ser vista sob um outro prisma. -----

----- Disse que já ali ouviu hoje referir, e bem, que não eram uma Assembleia técnica mas uma Assembleia política, e era exactamente por serem uma Assembleia política que entendia que merecia a pena decidir politicamente, e decidir politicamente era importante para o Município de Lisboa que se fizesse essa viagem. -----

----- Contudo, do ponto de vista do Grupo Municipal do PS, havia um problema neste momento que queriam focar desde já e que tinha a ver com o facto do Orçamento de 2005 não ter sido aprovado. Essa situação era um constrangimento de facto, era uma situação que, sem qualquer tipo de demagogias, obrigava a uma reponderação do que estava em causa, essa sim era uma situação que merecia que equacionassem o que é que era possível fazer. -----

----- Não era que o PS não defendesse que se fizesse a viagem, aliás entendiam que ela era politicamente importante para o Município, logo para a Assembleia Municipal, mas não tendo o Orçamento de 2005 aprovado questionavam como era que a Assembleia Municipal poderia fazer essa viagem, já que, como era sabido, estavam hoje a viver com o Orçamento que vigorava no final de 2004 e nesse Orçamento não havia cobertura orçamental para esta deslocação. -----

----- Por essa razão, entendiam que deveria ser ponderada a razoabilidade da viagem neste momento, ou seja, se sem Orçamento seria ou não possível fazer esta deslocação. Mas esta questão que acabavam de colocar, levava-os a dizer também, de uma forma clara e sem qualquer dúvida, que iriam votar contra os dois pontos da Moção do BE porque não se reviam neles. -----

----- **O Senhor Presidente**, a propósito do que foi referido na parte final da intervenção anterior, disse que logo após a votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, teve uma reunião com o Sr. Director do Departamento e a informação que obteve é que era possível viabilizar a viagem. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que chamar populista a uma intervenção em que se manifestara contra a deslocação à China, era ridículo, no mínimo. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Dias Baptista tentara, com algum esforço, justificar a teoria das relações internacionais, que eram, na sua óptica, as mais adequadas. Mas até nisso tinha sido infeliz porque referindo-se àquilo que dizia a Moção do BE, quando acentuava que as relações internacionais da Assembleia Municipal tinham que ser as exercidas pela Câmara, portanto por aquele que era o órgão executivo do Município e não fazia sentido que a Assembleia Municipal tivesse uma política de relações internacionais distinta daquela que tinha a Câmara Municipal, citando, naturalmente, que aquilo que neste momento maior relação tinha com a Câmara, em termos internacionais, era a UCCLA, o Deputado Municipal Dias Baptista referia-se a dois incomensuráveis esquecimentos: “e então os países ibero-americanos com os quais mantemos laços de Língua e de relações, através do turismo e através de outras iniciativas?”, “e então os países da União Europeia, esta

Assembleia vai-se esquecer deles?”, “que lapsos incomensuráveis, o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques esquecer-se disso!” -----

----- Mas a China vinha agora a propósito de quê? A União Europeia vinha pelos laços que tinham com ela, os países africanos vinham pelos laços que tinham na UCCLA e os países ibero-americanos vinham pelos laços normais, e então a China vinha a propósito de quê? -----

----- Terminou perguntando como justificava o Deputado Municipal Dias Baptista os laços especiais com a China, sem ser naquilo que era, única e exclusivamente, uma actividade de passeio turístico. E era uma vergonha! Era uma vergonha para Lisboa e para a Assembleia Municipal se essa acção se viesse a executar. A Assembleia seria ridicularizada, mas para o Deputado Municipal Dias Baptista não, e folgava estar de acordo com a maioria. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, como bem se percebera pela segunda intervenção que fez, não tinha dúvidas em relação ao que disse na sua intervenção, porquanto apenas entendera repisar alguns dos seus argumentos em relação aos quais estavam em discordância. Só que o facto de estarem em discordância não queria dizer, por um lado, que não tivesse percebido o que ele tinha dito, e, por outro, que ele tivesse sido confuso. -----

----- De facto, viu-se que o Deputado Municipal Victor Gonçalves percebera muito bem, porque aquilo que quis frisar, e ia explicar de novo, foi que seguindo à letra aquilo que estava inserido na Moção do BE, significava – e estava lá dito – concentrar em absoluto a actividade da Assembleia Municipal na UCCLA, e em face disso chamou a atenção para que, a partir daí, os países ibero-americanos como os da União Europeia não seriam abrangidos. -----

----- Quanto à pergunta porquê a China, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves sabia muito bem, aliás aflorou isso, que tinha fundamentalmente a ver com relações de óptica comercial ... -----

----- A um aparte responder: “diz V. Exa., mas é evidente que estamos em presença daquele que é um gigante que vai despertar e obviamente para a Cidade de Lisboa era importante estar ligado a ele. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que havia duas alterações na Moção do BE: no ponto 3, onde lia “nem por ganhos”, ganhos era uma gralha e portanto passava a ler-se “nem por gastos”, e no ponto 1 da parte deliberativa, logo no início onde se lia “concentrar em absoluto”, passaria a ler-se concentrar como primeira prioridade”. -----

----- (Estas alterações já estão introduzidas no texto da Moção, transcrito nesta acta no início do debate deste ponto) -----

----- **O Deputado Municipal Anacoreta Correia (CDS-PP)**, no uso da palavra, começou por chamar a atenção que estavam em discussão duas questões, das quais, a primeira, era uma estratégia para as relações internacionais da Assembleia Municipal de Lisboa, e a segunda era uma questão derivada, uma questão complementar, uma questão que podia ser urgente mas que a seu ver era muito menos importante que a

primeira questão, a tal da estratégia para as relações internacionais, que era o problema de ir ou não ir à China. -----

----- Referiu que interveio nessa questão da definição da estratégia das relações internacionais, quando o problema da ida à China foi posto em Conferência de Líderes – os Deputados Municipais tinham o processo que o Sr. Presidente fez o favor de mandar distribuir – chegou-se à conclusão que havia necessidade da Assembleia Municipal ter um documento de orientação, um conceito estratégico, um documento sobre a estratégia. Prontificou-se para fazer essa estratégia, ela foi presente à Conferência de Líderes e foi por ela adoptada para ser hoje submetida ao Plenário. O único partido que não teria estado presente nessa reunião teria sido o BE. -----

----- E dessa estratégia que se propunha para a Assembleia Municipal de Lisboa, pedia que as questões fossem discutidas com a maior calma e que a partir de certa altura não fossem prisioneiros do próprio entusiasmo e de palavras que disseram. -----

----- A primeira questão era que uma estratégia da Assembleia Municipal de Lisboa tinha forçosamente que estar em sintonia com a estratégia seguida pelos interesses fundamentais do Estado Português e com os interesses seguidos pelo Município de Lisboa. Se não seria uma antiestratégia, seria algo que não potenciava ou que não criava sinergias, e chamava a atenção da palavra sinergia porque as relações internacionais da Assembleia Municipal não se justificavam por si só, mas justificavam-se pondo em contacto e pondo em movimento ou valorizando outro tipo de relações internacionais, fossem justamente as do Estado ou fossem justamente as da Câmara Municipal. -----

----- Uma outra questão que lhe parecia importante era que a Assembleia Municipal de Lisboa devia hierarquizar – não tivessem medo do nome – as suas relações internacionais, e, obviamente, as mais importantes eram as relação com a UCCLA, por laços de proximidade, por laços de sangue, por necessidade dessas capitais, por aquilo que era mais importante para estrategicamente defenderem no mundo que era a Língua, porque foi a Câmara Municipal de Lisboa que fundou a UCCLA, porque a Câmara Municipal de Lisboa era uma referência dentro da UCCLA, por todas essas razões entendia que se impunha por si que a primeira prioridade fosse as relações com os países lusófonos. -----

----- A segunda prioridade seria com os países ibero-latino-americanos, com os quais existia uma tradição ao longo dos vários Presidentes da Câmara, a própria Assembleia Municipal tinha uma prática de cooperação e de contactos nesse domínio. Ainda recentemente um conjunto de Deputados Municipais estiveram presentes numa reunião em Valladolid e, portanto, era consagrar essa linha de cooperação que tinham e situá-la no devido lugar, atrás das relações com a UCCLA, mas imediatamente por questões de identidade. -----

----- Como terceira prioridade propunham-se as relações com as cidades da União Europeia, designadamente as cidades capitais. -----

----- A Assembleia tinha hoje dois documentos em alternativa, um apresentado pela Conferência de Líderes e outro pelo BE, e realmente nesses três patamares de relações o que interessava, sobretudo, eram relações com entidades que já existiam e

funcionavam em rede. A UCCLA é uma rede, a União de Capitais Latino-americanas, é um rede, e a União Europeia tinha numerosíssima rede sobre vários temas, alguns dos quais a Assembleia Municipal tinha a sua preocupação através das Comissões, e seria bom que, dentro de uma política de *bench marking* activo, estivessem em relações com redes. -----

----- Por exemplo, quem estava ligado à Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa sabia que ela tem tirado partido das suas relações com as cidades capitais de estuários, as cidades estuarinas, onde os problemas que punham os estuários, as frentes marítimas, as frentes ribeirinhas, o comércio, a animação, todos esses problemas eram tratados e do mesmo modo havia redes de cidades europeias que se dedicavam aos problemas da toxicodependência, aos problemas dos serviços de proximidade, como se tratavam dos problemas da terceira-idade, etc., etc. Era para isso que existiam as relações internacionais. Dar um sinal político, dar um sinal diplomático, aprender com os outros, dar testemunho. -----

----- Portanto, esta foi a estratégia que foi apresentada, e deixou-se em quarta e última prioridade, as situações que, caso por caso, tinham que ver com oportunidades, com questões que surgiam num determinado momento, e era aí que se inseria o problema do convite que foi dirigido à Assembleia Municipal de Lisboa, por Beijing. -----

----- Saudou o Deputado Municipal Carlos Marques pela oportunidade que teve de ter transmitido este recado, mas devia dizer-lhe que não era por causa da China estar no auge do capitalismo que o CDS-PP apoiava esta visita. Podia estar tranquilo quanto a isso! Pelas relações económicas sim, mas por um conjunto de outras relações. -----

----- Mas porque conhecia a China e tem seguido este *dossier*, dava ao Deputado Municipal Carlos Marques um conjunto de razões, esperando que ele as ouvisse com a calma com que tinha ouvido as dele, e com as quais esperava, pelo menos em parte, mudar a sua posição. -----

----- Primeiro, porque um convite que era dirigido pela capital de um país que tem mais de mil milhões de habitantes, não podia ser encarado da mesma forma, com o pragmatismo e com a liberdade que a estratégia lhes dava na quarta posição da hierarquização, que era o caso por caso, como se fosse um convite para retribuir a visita do Agadugu, do Alto Volta. Não podia! Procurar pôr em plano de igualdade aquilo que não se situava no plano de igualdade seria injusto. -----

----- Por outro lado, porque efectivamente as visitas de cariz diplomático tinham um papel facilitador, tinham um papel de apresentação em relação aos interesses económicos, e os interesses económicos eram de Portugal, significavam emprego, exportações, melhoria do nível de vida e não apenas mais-valias capitalistas, o Deputado Municipal Carlos Marques podia ficar tranquilo. Era evidente que não podiam ignorar um país que tinha um crescimento económico superior a 9% durante vários anos, em certas zonas entre os 14% e os 19%, que significava neste momento 30% do investimento a nível mundial e que tinha pautado o aumento das exportações das matérias primas, o que era responsável pela melhoria da situação económica em alguns países do terceiro-mundo que passaram a vender as suas matérias mais caras,

um país que neste momento tinha 200.000 votantes na Europa, um país que justificou pelo seu intercâmbio comercial a reabilitação do porto de Nova Iorque. -----

----- Enfim, quando o Presidente Lula ia à China levava com ele 500 empresários, e quando a China ia à Conferência ao Pacífico via-se que fazia acordos com a Argentina, comerciais e de investimento, de 15 mil milhões de euros, mas porque no caso da América Latina não se situava apenas a China nos interesses da Argentina e do Brasil, a China tinha, por exemplo, acordos com Cuba no que dizia respeito à reestruturação da exploração de crómio no valor de 23 mil milhões de dólares, e, no fim de contas, em Angola as pessoas que seguiam mediamente a política angolana sabiam que neste momento a China era responsável por uma linha de crédito de 2 mil milhões de dólares e que estava muito interessada na reabilitação de infra-estruturas. --

----- Para a Assembleia Municipal de Lisboa o que era que isso podia significar de interesse? Havia várias coisas, e passava a dar argumentos. -----

----- Primeiro, a China estava mais interessada na lusofonia do que às vezes a ignorância auto-suficiente que ali tinham pensava. O fórum para as empresas lusófonas estava sediado em Macau e a China pretendia fazer de Macau, da tradição portuguesa, – notar que não se verificaram nenhum dos pressupostos dos profetas da desgraça quanto ao património português em Macau, que tem sido conservado e valorizado, ver a reportagem que há duas semanas saíra no Público – uma porta de entrada. E Macau fazia parte da UCCLA! -----

----- Por outro lado, havia um dado que lhe parecia extremamente importante naquilo que podiam tirar dos contactos indirectos em relação à China. Desde logo, e já foi ali dito, Lisboa tinha a pretensão de ser candidata aos próximos Jogos Olímpicos, e não se era candidato à realização de uns Jogos Olímpicos como não se era candidato à realização de uma Exposição Mundial se não se fizesse uma acção internacional de promoção, de *lobbys* se quisesse, – não tivesse medo dos nomes – e o que sucedia era que a próxima cidade que ia organizar os Jogos Olímpicos, porque o problema dos Jogos Olímpicos era de cidades e não de países, era Pequim. E que não se tivesse dúvidas que por si só, pelos países, pelas coisas todas, que Pequim podia ser uma grande aliada de Lisboa se efectivamente Lisboa queria ser candidata aos Jogos Olímpicos. -----

----- Depois havia uma razão de natureza económica, não tinha medo de o dizer. Os estudos todos previam que a China fosse o maior mercado emissor de turismo do mundo no ano de 2020. E a China já celebrara acordos em relação ao futuro turismo, por exemplo com a Argentina, com o Brasil, com a Espanha, e Portugal continuava isolado nesta matéria à espera que os turistas chineses viessem cá sem que fizessem qualquer esforço nesse sentido. -----

----- E pessoalmente entende que se a Assembleia Municipal for a Beijing deveria levar um programa de actividades, deveria tratar da escola chinesa em Lisboa, deveria tratar dos estudantes chineses em Lisboa, deveria tratar do problema dos Jogos Olímpicos, deveria tratar de Lisboa ser inserida numa rede de circuitos porque o turista chinês vinha em circuitos, sendo que Lisboa tinha condições únicas para o turismo chinês. Desde logo pela sua situação porque era uma das poucas cidades do

mar, até porque ia ter um grande museu de questões do oriente, que era o museu feito pela Fundação Oriente, havia inúmeros institutos interessados, enfim, havia muitas razões que podiam interessar até por razões históricas, porque se o Deputado Municipal Carlos Marques se lembrava os chineses impuseram 1997 como a data para a negociação da transferência de Hong-Kong, mas Macau foi negociado em 1999, dois anos depois que a poderosa Inglaterra obteve para Hong-Kong, com dois argumentos: primeiro tinha que ser antes do ano 2000, e por isso mesmo foi em 20 de Dezembro de 1999, e o segundo era que queriam ser gentis com um país que nunca tinha feito guerra à China, que era Portugal. -----

----- Estas, disse, eram as razões. -----

----- Sobre os Direitos Humanos, disse que o Deputado Municipal Carlos Marques tinha efectivamente razão, a situação na China não era exemplar mas era um facto que estava muito melhor. Como em muitas outras coisas na China, também nessa área a situação tem evoluído muito rapidamente. Hoje as próprias medidas de boicote que foram votadas pela União Europeia estavam a ser flexibilizadas, bastava ver as últimas declarações que foram feitas. -----

----- Estava de acordo que a situação hoje ainda não era inteiramente satisfatória, mas nessas questões não podiam ser absolutos. O Presidente Nuno Abecasis era um homem do centro direita tal como ele próprio, um democrata cristão, e quando deu o impulso à UCCLA não teve qualquer medo por a situação dos Direitos Humanos nos países a quem se dirigia nessa altura estar longe de ser exemplar. Era preciso em certas alturas ousar lutar e ousar vencer. A frase era um bocado maoista, mas era preciso, era preciso haver alguma ousadia e haver algum sentido de que os interesses se jogavam também indo ao contrário e tendo alguma ambição, e não ficarem ali agarrados a um canto a choramingar porque estavam mal, porque eram mais pobres, etc., etc. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que de facto a Conferência de Líderes não detinha o monopólio nestas matérias, pelo que a solicitação do BE para debater esta matéria em Plenário tinha todo o acolhimento, matéria essa que como o Deputado Municipal Victor Gonçalves referiu, comentando até alguma ausência interna do PSD também teve o cuidado de falar no interior da bancada no pressuposto sempre do que foi discutido na Conferência de Líderes e que aliás o Deputado Municipal Anacoreta Correia, que foi brilhante na sua exposição, ali sintetizara muito bem os vários passos que foram sendo dados e o nível da discussão que deveria ser tida. -----

----- Disse que a Assembleia Municipal já recebeu várias delegações, lembrava-se, por exemplo, de uma de Timor, no mandato anterior, e portanto era natural que houvesse contactos internacionais e consequentemente parecia-lhe de total adesão a definição de uma estratégia para as relações internacionais da Assembleia Municipal. Portanto, aí, com a liberdade que internamente havia dentro do partido, e por maioria de razão com todos os outros Deputado Municipais, naturalmente a posição que defendeu em Conferência de Líderes e na reunião preparatório do PSD, foi no sentido da adesão a uma política de relações internacionais que a Assembleia Municipal deveria

progressivamente abarcar e conseqüentemente sufragar, portanto aderir a essa dinâmica das relações internacionais. -----

----- Depois vinham os planos secundários, ou os planos das respectivas prioridades, onde aparecia a questão da China que, quanto a si, foi adulterada na ordem de importância da discussão desta matéria hoje. Isto é, e mais uma vez faria suas as palavras do Deputado Municipal Anacoreta Correia, que foi brilhante na síntese que fez, porque não havia dúvida que o que foi discutido a propósito do problema da China, que efectivamente foi o problema que despoletou uma questão mais vasta, mas foi colocado de facto diverso nível de hierarquia, e não se recordava de ter ouvido qualquer referência nas intervenções já feitas a um pormenor importante que tiveram na discussão em Conferência de Líderes quanto à necessidade então de alargar a Macau precisamente para uma tentativa de síntese e de compatibilização entre a prioridade UCCLA e conseqüentemente dar resposta ao pedido concreto da retribuição da visita da República Popular da China. -----

----- Mas tal como o Deputado Municipal Dias Baptista referira, não havia dúvida nenhuma que, em termos de orçamentais, todo o pressuposto de raciocínio foi feito num determinado quadro que não existia na altura em que foi chumbado o Orçamento, e independentemente do Sr. Presidente da Assembleia ter ali informado sobre a possibilidade de com um arranjo orçamental a viagem se poder realizar na mesma, pensava que politicamente a viagem merecia agora uma reflexão mais profunda em função desse dado novo. -----

----- Isto é, estavam perante uma iniciativa da Assembleia Municipal, a confirmar-se a deslocação à China, que seria uma visita extraordinária, excepcional, que fugia largamente à regra daquilo que tem sido a actividade normal da Assembleia, e exactamente num ano em que não existia o instrumento financeiro de suporte de execução da vida do Município, não lhe parecia compatível, do ponto de vista estritamente político, que se assumisse uma deslocação excepcional sem a medida necessária do suporte financeiro, ainda que ela orçamentalmente pudesse arranjada, mas não havia o instrumento de compatibilização entre uma coisa e outra. -----

----- Portanto, esse dado novo trazido pelo PS, e que também subscrevia, merecia uma ponderação mais profunda, porque essa sim parecia-lhe ser a questão determinante em função do problema ali hoje trazido a propósito da deslocação. Ou seja, uma medida excepcional que não tinha o respectivo suporte da medida política, concretamente o Orçamento para 2005. -----

----- Isso, portanto, seria motivo suficiente para a inviabilização da deslocação no quadro daquilo que deveria ser a opção política. -----

----- Em tudo o resto estavam de acordo que a UCCLA deveria ser a primeira prioridade, foi discutido várias vezes esse assunto, e a tentativa da conciliação com Macau era naturalmente a concretização da resposta ao pedido concreto da retribuição da visita a Pequim, não prejudicando precisamente a perspectiva consensual, diria mesmo unânime em Conferência de Líderes e também no Plenário, de que deveria ser dada prioridade às relações com a UCCLA e conseqüentemente poder obter essa referida conciliação. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, começou por reiterar o posicionamento do PCP para o aprofundamento desta matéria, acrescentando que pela primeira vez, como experiência, era importantíssimo para a Assembleia o desenvolvimento dessa capacidade de poder ter um papel dinamizador e capaz de impulsionar também o Município e a Cidade de Lisboa, tendo em conta a importância que Lisboa tem como Capital do País e do ponto de vista político, económico, cultural, social. -----

----- Disse que em relação a esta estratégia desde há muito o PCP considerava os países de Língua Oficial Portuguesa e as suas cidades capitais como uma prioridade em termos de relações, mas isso não queria dizer em absoluto que essa posição pudesse impedir toda uma estratégia, do ponto de vista global, nas relações internacionais. -----

----- Aliás, o PCP concordava plenamente com a estratégia e a argumentação que a suportava, expendida na brilhante intervenção do Deputado Municipal Anacoreta Correia, e, portanto, a proposta estratégia apresentada para as relações internacionais da Assembleia Municipal, o PCP subscrevia-a inteiramente. -----

----- Num dos fundamentos da própria proposta referia-se “afirmar e valorizar a presença de Lisboa no mundo” o que consideravam que era uma questão estratégica e fundamental para a cidade. -----

----- Sobre o que já foi dito nalgumas intervenções, referiu que deveria merecer algum reparo o nível com que estavam nesta discussão, nomeadamente quando à forma ofensiva com que se apelidavam outras opiniões e outros posicionamentos. Portanto, nesse exercício de cidadania que estavam a ter e que era responsabilidade da Assembleia ter também, achavam que esse tipo de intervenções não deveria ser feito até porque tal punha em causa a credibilidade da Assembleia que, como se sabia, tinha uma visibilidade pública bastante grande e conseqüentemente deveria merecer essa preocupação de todos. -----

----- Por outro lado, conviria dizer também que presunção e água benta cada um toma a que quer, pelo que o processo de intenções em relação às opiniões dos outros cada um ficava com as suas. Portanto, viagens turísticas e outros considerandos ofensivos eram de baixo nível, não mereciam a credibilidade da Assembleia. -----

----- Disse, ainda, que os interesses partidários não poderiam comandar as relações internacionais e institucionais. Isto é, não podia ser ao sabor do interesse político, ideológico ou de posicionamento de cada força política que em cada momento essas relações pudessem servir esses interesses. E, por essa razão, o PCP estava completamente em desacordo com a forma como o BE tem tomado posição sobre esta questão. -----

----- Por outro lado, era preciso ter em conta a credibilidade da Assembleia, ela não podia cair no descrédito. A Assembleia, como já ali foi dito, é um órgão de Estado, não estava sozinha nestas dinâmicas quando convidava a Câmara e outros organismos estatais, fazia *démarches* junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e as coisas iam-se desenvolvendo nesse sentido, e agora, no final, dizer que a viagem não se ia fazer por estas ou aquelas razões, quando já se aceitara o convite de uma forma

institucional e com uma responsabilidade de Estado, na sua opinião já não poderiam alterar. Se algo esteve mal no processo que se assumisse! A Conferência de Líderes, representava os partidos, aliás, aproveitava para dizer ao Deputado Municipal Victor Gonçalves que desautorizara a direcção da sua bancada quando fez a intervenção que fez, o que não credibilizava a bancada e também a forma de estar em política. -----

----- Do ponto de vista financeiro, disse que a não aprovação do Orçamento não obstava à deslocação. Poderia haver aí um posicionamento político, estava de acordo com isso, pelo facto da Assembleia ter rejeitado o Orçamento, mas o argumento de que não havia condições financeiras para a viagem essa era uma questão política de prioridade. -----

----- Portanto, tratando-se de uma questão que já foi assumida e cuja não concretização traria descrédito à Assembleia, o PCP entendia que ela deveria ser assumida até ao fim com a efectiva realização da viagem à China. -----

----- Por fim, quanto aos custos, disse que era tudo uma questão de contas, porque, se calhar, os custos com a deslocação de uma delegação à China seriam comparáveis à realização de uma ou duas reuniões da Assembleia, o que não era demais tendo em conta o que estava em causa. Portanto, para o PCP essa não era uma razão de fundo tendo em conta a importância política da questão. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, disse que independentemente de todo um conjunto de questões que poderia levantar, desejava saber, em primeiro lugar, quem mandatou o Sr. Presidente, e eventualmente a Conferência de Representantes, para todas as diligências que foram feitas, conforme o documento que foi distribuído. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia tinha uma função que o Regimento definia bem, e o Regimento não lhe conferia o direito de tomar este tipo de iniciativas sem que estivesse mandatado pela Assembleia. -----

----- Por outro lado, a Conferência de Representantes também não tinha poderes de decisão. Nos termos do Regimento era um órgão de apoio ou aconselhamento do Presidente da Mesa da Assembleia, pelo que gostava de ser informado com que direito tomou o Sr. Presidente todas essas iniciativas. -----

----- Quanto a si, só depois de clarificado esse ponto se devia discutir o documento que lhes foi distribuído: discutir a estratégia a seguir em termos de relações externas da Assembleia Municipal. -----

----- É que se esse ponto não fosse esclarecido corriam o risco de saírem por aí fora com iniciativas à margem da Assembleia e apenas com o seu conhecimento *a posteriori*, como era aquele com que estavam confrontados, o que, dizia e reafirmava, era inaceitável. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tinha que fazer o apanhado das actas das reuniões da Assembleia Municipal onde desde logo noticiou a vinda da delegação da Assembleia Popular Municipal de Pequim e a decisão da Conferência de Representantes de participação e de apoio, em conjugação com a Câmara Municipal, à visita dessa delegação. -----

----- A aceitação do convite partira da delegação que reunira com a delegação de Pequim, que foi discutida e constava das actas da Conferência de Representantes, que fez questão de distribuir, onde estava a discussão clara de tudo aquilo que foi sendo acompanhado pela Conferência, e a Conferência de Representantes era a Mesa da Assembleia, Presidente e dois Secretários, os representantes dos Grupos Municipais e a Câmara Municipal, portanto, foi passo a passo informado na Assembleia, esperava que os representantes dos Grupos Municipais tivessem também informado os respectivos Grupos, escreveram à Câmara, por proposta da Conferência, a convidar a Câmara a integrar essa delegação, escreveram ao Presidente da UCCLA, e ainda não obtiveram resposta, para terem uma reunião preparatória sobre essa política de relações internacionais da Assembleia Municipal. Portanto, a par e passo foram discutindo as questões, foram assentando, e ele próprio foi informando a Assembleia Municipal das matérias que estavam em cima da mesa. -----

----- Disse que a aceitação do convite era legítima por parte da representação dos Grupos Municipais e da Mesa, e o seu tratamento foi devidamente discutido e tratado quotidianamente no âmbito da Conferência de Representantes. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que ouviu atentamente aquilo que o Sr. Presidente acabava de dizer, mas isso não invalidava o que tinha dito, porque logo que recebido um convite deveria ter sido posto o problema à Assembleia para ela dizer se estava de acordo ou não que se prosseguissem as diligências, já que nem o Sr. Presidente nem a Conferência de Representantes, era bom que isso ficasse claro, tinham poderes deliberativos. A Assembleia é que poderia mandar a Mesa ou a Conferência de Representantes para tomarem iniciativas. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Ferreira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a pergunta que tinha a fazer era se o orador anterior com a sua intervenção pretendia dissolver a Conferência de Líderes, porque, se calhar, de acordo com a sua intervenção não se justificava a sua existência. -----

----- É que aquilo que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa estava a pôr em causa era a existência da Conferência de Líderes. Competia aos representantes que estavam na Conferência de Líderes informar as respectivas bancadas, ou seria que não informavam? Se não informavam era um procedimento democrático cujo respectivo partido teria que saber disso. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, começou por aconselhar o Deputado Municipal Abílio Ferreira a ler o Regimento, porque bastava fazer isso para perceber onde estava. Pelos vistos não o teria lido ainda, porque a Conferência de Líderes não tinha poderes de decisão em coisa nenhuma, nem a Assembleia era informada através dos líderes partidários. Os assuntos eram postos à Assembleia para serem discutidos e votados, e mandatado quem devia ser mandatado para representar a Assembleia. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que independentemente de se considerar que

deviam discutir a estratégia a definir para a Assembleia Municipal em termos de relações internacionais, no seu entender – e dizia isto com plena liberdade e plena responsabilidade – seria de bom-senso retirar a viagem à China pelos argumentos já aduzidos e, inclusive, porque a maioria da Assembleia não aprovou o Orçamento e teriam que ser coerentes com isso. A Câmara não tinha Orçamento, regia-se pelo Orçamento de 2004. -----

----- Por outro lado, havia prioridades, e a si, como membro da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, incomodava-a, mas incomodava-a interiormente e não era populista nem estava ali a fazer demagogia, que fosse tida como primeira prioridade a visita a um país onde os trabalhadores eram explorados, onde as crianças eram mal vistas, nomeadamente as meninas, onde não se queria que as crianças se desenvolvessem condignamente, era má prioridade, era mau trabalho e não deveriam fazê-lo. -----

----- Portanto, propunha que se retirasse a ida à China e se analisasse, posteriormente, a ida a Barcelona ou a Madrid, por exemplo, para ver como se geriam essas cidades. --

----- **O Deputado Municipal Pinto Trindade (PSD)**, no uso da palavra, disse que muito de que pensava dizer foi já dito pelo Deputado Municipal Anacoreta Correia. Na realidade, perante a situação momentânea do assunto, a delegação da Assembleia Municipal deveria ir à China. Não interessava agora olhar para trás se houve ou não houve erros, porque com a ida à China, quer se quisesse quer não, devia aprender-se sempre qualquer coisa, e era justamente nesse aprender que via uma justificação correcta para que houvesse a deslocação. -----

----- Por exemplo, hoje estiveram exactamente duas horas a discutir o período de Antes da Ordem do Dia, há cerca de hora e meia estavam a discutir este ponto e perguntava se hoje estiveram a discutir os problemas reais de Lisboa e dos lisboetas! Estiveram? Julgava que não. -----

----- Por essa razão, quando alguém se deslocava a outra parte do mundo, se fosse com olhos de ver – que era o que com certeza iria acontecer com esta delegação, que segundo pensava iria envolver também alguém da Câmara Municipal – iriam com certeza absoluta trazer qualquer ideia, qualquer equipamento ou qualquer situação que seria útil para aplicação em Lisboa. Obviamente se fossem às cidades capitais da Europa avançada, com certeza iriam tirar mais ideias, mas isso não significava, avaliando os prós e os contras, que ficaria até mal à Cidade de Lisboa se a delegação da Assembleia Municipal não fizesse esta viagem. -----

----- Desejo boa viagem, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que ouviu com atenção as intervenções de todos os Deputados Municipais, e aquela que mais estranhou, lamentava dizê-lo, foi a do Deputado Municipal Dias Baptista. E estranhara porque essa intervenção parecera-lhe aquela situação do ladrão que dizia “agarra que é ladrão”. -----

----- Isto porque o Deputado Municipal Dias Baptista disse que houve ali demagogia, populismo, nomeadamente referindo-se à sua intervenção, ou que falara de viagem de

turismo, quando efectivamente não falara em nada disso. Era preciso que fizessem a história dos factos para que fossem objectivos. -----

----- E a história dos factos era a seguinte: -----

----- A certa altura a Assembleia Municipal foi confrontada com a solicitação do Presidente da Assembleia Popular Municipal de Pequim de vir a Lisboa e ser recebido pela Assembleia Municipal de Lisboa. E muito bem a Assembleia Municipal de Lisboa entendera receber e cada partido tomou a posição que entendeu. Ao ser recebido, o Presidente da Assembleia Popular Municipal de Pequim fez o convite diplomático, normal, como já acontecera várias vezes à Assembleia, para que houvesse uma retribuição e esse assunto foi depois posto na Conferência de Líderes. --

----- E quando chegou à Conferência de Líderes a posição que o BE assumiu não foi a de discutir a viagem à China mas sim que se iam ter relações internacionais, e o BE entendia que se se devia ter relações internacionais, teriam que discutir primeiro isso. Portanto, estavam a ter uma atitude positiva contra o isolamento, o Deputado Municipal Joaquim Cunha podia falar do “orgulhosamente sós” mas de certeza não era para o BE, nunca tiveram essa atitude, aliás nem do ponto de vista ideológico nem político, ideologicamente eram internacionalistas como era evidente, e do ponto de vista político achavam que o intercâmbio entre os povos e as nações era das coisas mais importantes que havia, ainda por cima no mundo da globalização. -----

----- Mas o que efectivamente se disse foi “então vamos discutir esse assunto”. Foi o BE que propôs isso! Não foi o PS que chegou lá e disse “então vamos discutir as relações internacionais”. Teriam que dizer concretamente como as coisas foram! -----

----- Depois, propuseram um critério para tratar desse assunto e disseram: “se vamos ter relações internacionais propomos então que tenhamos como prioridade a UCCLA”. -----

----- Sobre o “exclusivo” que estava na proposta disse que, como já foi anunciado, retiraram esse termo para que não houvesse qualquer dúvida, passando a ser “como primeira prioridade” porque tinha dito na sua intervenção inicial que estava de acordo com os critérios apresentados na Conferência de Líderes. Primeira prioridade a UCCLA, segunda prioridade as cidades ibero-americanas, terceira prioridade as cidades europeias e quarta prioridade outros acontecimentos, nomeadamente as redes. -

----- Mas era tal a posição do BE sobre essa matéria das relações internacionais, que acharam que era preciso debater a questão em Plenário, e era isso que estavam a fazer. Para alguns Deputados Municipais estavam a perder tempo, mas na opinião do BE estavam a tratar de uma coisa com seriedade que era definir uma estratégia internacional para a representação da Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, teriam que retirar o resto do debate, porque não tinha interesse, não servia. -----

----- E que se retirassem também do debate os problemas ideológicos. Quer o Deputado Municipal Martinho Baptista, quer o Deputado Municipal Joaquim Cunha, que também prezava muito e de quem é amigo, referiram que o BE levantava esta questão por causa dos problemas ideológicos. Mas não, não era por isso! Não

definiam as relações internacionais com os países por causa dos problemas ideológicos, porque senão estariam no “orgulhosamente sós” como era evidente. -----

----- Não! O que estavam a discutir era quais as prioridades que serviam à Cidade de Lisboa, o que era um assunto diferente. E gostava de ter os aludidos Deputados Municipais do seu lado a desfazer a ideologia “dos senhores daquele lado” quando iam à tribuna defender a guerra do mundo e do império e a necessidade de se estar no Iraque porque não havia lá liberdades, não havia lá partidos e não havia lá democracia porque havia lá fuzilamentos. -----

----- Tinham que desfazer isso, e para desfazer isso tinham que ter autoridade de dizer que eram a favor da legalidade democrática, que eram a favor da liberdade dos partidos, que eram a favor de que os tribunais fossem independentes e todos os réus tivessem direito a defesa, que eram contra a pena de morte, que eram contra os fuzilamentos públicos. Tinham que dizer isso tudo, porque se não dissessem isso tudo ficariam a certa altura numa água meia misturada com “os senhores ali daquela banda”. -----

----- A vários apartes respondeu que estava a falar de factos concretos, porque na Assembleia, quer o BE, quer outros partidos, nomeadamente o PS e o PCP, já ali apresentaram várias moções contra a guerra do Iraque, e, curiosamente, nenhuma dessas moções teve o acordo da direita. Portanto, estava a ser claro sobre o assunto. É que quando ali diziam que eram contra a guerra do Iraque, era porque essa guerra era feita à procura de uma coisas incontravéis até hoje, e já lá iam alguns anos, era porque essa guerra era precisa para acabar com um ditador e com uma ditadura terrível no mundo, mas quando propunham essas soluções a coerência da direita desaparecia porque não era a favor dessas moções. -----

----- Continuando, disse que achava muita piada que todos dissessem que estavam de acordo que a primeira prioridade fosse a UCCLA, a segunda as cidades ibero-americanas e a terceira as cidades da Europa, porque isso fazia-lhe lembrar que quando ali apresentaram o orçamento participativo uma parte das bancadas não estava de acordo, e o Dr. Pedro Santana Lopes chegou ali e disse: “se eu estivesse aí desse lado, eu que sou a favor da descentralização, votava a favor da proposta do BE porque sou a favor do orçamento participativo”. Mas passaram-se três anos e não havia orçamento participativo nenhum! -----

----- Ou seja, estavam de acordo que a primeira prioridade era a UCCLA, que a segunda era as cidades ibero-americanas e a terceira as cidades da Europa, mas iam à China! -----

----- Esta é que era a questão! Este é que era o problema! É que estavam todos de acordo com as prioridades mas quando chegavam ao concreto, o concreto era: “vamos à China”! Tal como estiveram todos de acordo e aprovaram por unanimidade que deveria haver um orçamento participativo, e depois não havia orçamento participativo. Essa é que era a realidade! -----

----- Disse que o Deputado Municipal Joaquim Cunha referira que a UDP mudou, que ele tinha mudado, etc., e isso era verdade, mudara mesmo e a UDP também mudou mesmo! Porque mudaram muitas coisas no mundo! Não mudara os seus ideais nem a

sua filosofia, mas aprendera com as derrotas que a humanidade teve, a classe operária e os povos tiveram no mundo para aprender que se tinha que mudar de posições se se queria ganhar, se não se queria continuar a perder e a ter derrocadas no mundo, porque isso foram anos de atraso para a humanidade. No seu entender e nas suas opiniões, que provavelmente não seriam as mesmas que as do Deputado Municipal Joaquim Cunha, mas era assim que se travava o debate político e se tentava avançar. --

----- Aliás, estava perfeitamente convencido que hoje a melhor defesa do comunismo e do socialismo era defender que teria que haver um Estado Socialista de Direito, porque sem isso não conseguiriam ganhar! Esta era a sua convicção, isto foi o que aprendeu com as lições que tirou da derrota do Leste. -----

----- Esse era um debate que poderiam travar, estava disposto a travá-lo quando o Deputado Municipal Joaquim Cunha quisesse, mas agora não era o momento porque nem era um problema ideológico que estava em debate. Estavam a discutir outra coisa. -----

----- Quanto às despesas com a deslocação, disse que só falou do que ia entrar na conta de cada Deputado Municipal que for à China, que eram os 93,40 € vezes os 17 dias. Agora, porém, com Macau e Hong-Kong já não seriam 17 dias mas sim 21 dias, três semanas, e se depois multiplicassem isso pelas 10 ou 11 pessoas que se deslocavam teriam o tal valor a que há pouco se referira. Mas era preciso também contar que eram 11 viagens, que era preciso pagar hotéis, os membros da Assembleia para manter a dignidade dum órgão de Estado não podiam ir para residenciais, teriam que ir para hotéis e as diárias nesses hotéis não eram nada baratas. Enfim, podiam fazer essas contas todas, mas garantia que numa viagem como esta se gastariam dezenas de milhar de contos. Não era o custo de uma reunião da Assembleia Municipal, eram dezenas de milhar de contos! -----

----- Bastava fazer uma conta muito simples: se cada viagem andar perto dos 1.000 contos, só nisso estavam logo 11.000 contos; se, bem negociado, conseguissem uma diária de hotel na ordem dos 40 contos, se se multiplicar isso por 11 pessoas e depois por 15 dias, eram mais uns milhares de contos. E podiam continuar a fazer contas. Mas não era esse o problema de fundo. -----

----- O problema de fundo era debaterem ali profundamente qual era a estratégia para Assembleia Municipal passar a ter um acto positivo de relações internacionais. Queriam debater isso? Se queriam ainda bem, mas então teriam que debater seriamente. E debater seriamente era dizer que se o primeiro critério era a UCCLA então teriam que começar por esse critério, e não pura e simplesmente dizer, porque foram convidados pelo Presidente da Assembleia Popular Municipal de Pequim, que agora iam à China. -----

----- A propósito da intervenção do Deputado Municipal Anacoreta Correia, disse que tem achado interessantíssima a unidade de pontos de vista entre o PCP e o PP. Aliás, se alguma coisa saíra de novo desta reunião da Assembleia Municipal era que o PCP acabara de assumir, publicamente, que estava disposto a apoiar o Sr. Presidente da Câmara na disputa para que a Cidade de Lisboa fosse sede dos Jogos Olímpicos. Era um dado novo que desconheciam, ainda nem sequer discutiram na Assembleia

Municipal se estavam de acordo com isso e quais eram os considerandos para esse ponto de vista que achava interessantíssimo que tivesse sido colocado. -----

----- E ainda achava mais interessantíssimo que uma viagem da Assembleia Municipal a três cidades chinesas fosse ponto fundamental para tratar disso. Não era o Senhor Presidente da República, não era a delegação comercial que iria com o Senhor Presidente da República, não eram os membros do Governo que iam com o Senhor Presidente da República à China que iam tratar disso, seria uma delegação da Assembleia Municipal de Lisboa! -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Anacoreta Correia disse que entendia o problema dos negócios, pessoalmente vivia neles, vivia no mundo dos negócios apesar da sua consciência ideológica política, entendia que eram precisos negócios, entendia que deveriam estar todos relacionados internacionalmente, mas estava a considerar se não perdiam o pé da realidade, se percebiam onde era que estavam, que estavam na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Ainda sobre o “orgulhosamente sós”, dirigindo-se aos Deputados Municipais Dias Baptista e Joaquim Cunha, disse que quando surgiu uma informação nos *dossiers* dos líderes que ia haver uma Cimeira Ibero-americana de Municípios sobre a Participação, foi o primeiro a propor que se debatesse na Conferência de Líderes quanto é que isso custaria e como era que poderiam ir lá. Foram, e ainda bem que foram porque foi muito importante a participação nesse fórum internacional, e continuaria a defender a participação em fóruns internacionais porque esses debates interessavam ao Município. -----

----- Recordou que na altura travou-se uma discussão tão simples quanto isto: “porque é que não vamos de avião daqui para Valladolid”. Só havia a Portugália e levava 150 contos por pessoa, e houve alguém que lhe disse a si, que naturalmente não ia ali nomear, “ó Carlos mas porque é que tu és um chato? Ainda não percebeste que não és tu que vais pagar isso? Ainda não percebeste que não é o Bloco de Esquerda que vai pagar isso?”. Era exactamente isso, é que não era o BE nem era ele, eram os cidadãos de Lisboa que iam pagar, e o que era preciso saber é se era eficaz, se era bom para os cidadãos de Lisboa que gastassem dezenas de milhar de contos naquilo que não era a prioridade que definiram politicamente. -----

----- Esta é que era a questão que estava colocada! Definiram uma prioridade e faziam outra coisa, isso é que lhe parecia que estava fora da realidade e por isso não estavam de acordo. -----

----- Mas desejava dizer que o problema principal que ali os trouxe não era a viagem à China. O problema principal que ali os trouxe, e isso era muito positivo, era que a Assembleia Municipal aprovasse ter uma política de relações internacionais com base em determinados critérios. Só que se estabeleciam critérios teriam que ser coerentes com o que estabeleciam, porque não se podia dizer que os critérios eram uns e depois fazia-se outra coisa a seguir. Isso não seria coerente nem dignificava a política. -----

----- Dirigindo-se novamente ao Deputado Municipal Anacoreta Correia, disse que com a consideração que tinha por ele queria esclarecer que o que disse que não dignificava os políticos era que conforme as alturas tivessem atitudes diferentes. -----

----- O que não dignificava era que o PP, na Câmara Municipal de Lisboa, quando era Presidente o Dr. João Soares, que teve a coragem de dizer que entregava a Chave da Cidade dizendo ao Presidente da República Popular da China que essa chave para ele tinha o significado de abrir as portas das prisões da China e a porta da democracia, frase esta que estava nas actas das reuniões da Câmara, e estava a fazer um acto de Estado a que era obrigado porque estava em Portugal e não lá, o que era diferente, nessa altura o PP tivesse dito que era contra, inclusivamente votaram em bloco contra, e agora, se calhar porque os negócios estavam aí a dar, iam a correr até à China e o que foi dito naquela altura já não tinha interesse. -----

----- A China estava a mudar! Pois estava a mudar, não tinha outra hipótese! Todo o mundo ia mudar! Mas sobre isso respondia o que um dia lhe respondeu a si, pessoalmente, o falecido líder da OLP, Arafat, quando a tomar o pequeno almoço, em Lisboa, estavam ambos com um jornalista e o jornalista perguntou-lhe: “e você continua a acreditar que a Palestina vai ser um dia um Estado independente?” e ele respondeu: “eu sei qual é o sentido da história, da independência dos povos e da humanidade, quando lá chegamos não sei, só estou a dar o meu contributo para que esse dia venha mais depressa possível”. -----

----- Que o mundo ia mudar e que tudo ia mudar sobre isso não tinha dúvidas, se as tivesse há muito não estaria ali, e estava a lutar para que o mundo todo mudasse, incluindo a China, incluindo Portugal, naturalmente. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para um protesto e um pedido de esclarecimento, começou por dizer que o orador anterior, há pouco, falou de uma separação de águas com uma atitude em que ao referir “quem estava daquele lado”, como fazia menção com o seu olhar amplo, estava a procurar dizer que quem estava daquele lado não era defensor dos direitos humanos, e não queria deixar de repudiar essa afirmação, esperando inclusivamente que o Deputado Municipal Carlos Marques ainda fosse à tribuna reconhecer que teria sido um *lapsus lingue* porque, efectivamente “daquela lado” estavam pessoas que ao longo dos anos têm participado em acções de defesa dos Direitos do Homem, e algumas delas tinham participado activamente e têm sido membros activos da Amnistia Internacional. Aliás, ele próprio fez parte de algumas comissões da Amnistia Internacional e, portanto, sentia-se ofendido pela afirmação acabada de fazer. -----

----- No entanto, se a separação das águas, fazendo menção àquilo que referiu há pouco sobre a guerra do Iraque, tinha a ver apenas com uma outra questão que era a de à semelhança daqueles que da sociedade das nações achavam que quando Hitler chegara ao poder e estava a imaginar a invasão da Europa nada se devia fazer e foi o que se viu, se daí extraíssem a ilação em relação à intervenção no Iraque então estavam noutras águas porque já tinha percebido que o Deputado Municipal Carlos Marques aí ia pela via daqueles que na sociedade das nações achavam que nada se devia fazer, porque no Iraque nada devia ser feito. Efectivamente não estavam com esses que achavam que se devia manter tudo na mesma, quando era necessário intervir, como foi no Iraque, estavam efectivamente de mãos dadas para que a

situação ali mudasse e não acontecesse o que aconteceu na Europa nos finais dos anos trinta e princípios dos anos quarenta. -----

----- Passando ao pedido de esclarecimento, disse que porque acabara por não perceber o que foi dito, desejava saber se o Deputado Municipal Carlos Marques teria alguma coisa contra que os Jogos Olímpicos algum dia se pudessem realizar em Portugal. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por dizer que se a discussão se centrasse em quem deveriam ou não deveriam visitar, a primeira pergunta que fazia, sabendo-se como se sabia que alguns países da UCCLA tinham algumas atitudes duvidosas em termos de funcionamento, era onde achavam a fronteira. Ou seja, quem eram os países com quem mantinham relacionamento ou não. As relações internacionais não podiam ser medidas por essa bitola, mas certamente o Deputado Municipal Carlos Marques esclareceria melhor essa situação até para saberem quais eram os países que, no âmbito da UCCLA, deveria ou não visitar. -----

----- O segundo pedido de esclarecimento tinha a ver com a coerência, porque era preciso alguma coerência no debate. Todos estavam de acordo que era preciso uma estratégia e o que estavam a debater era uma estratégia, e era consensual o âmbito da estratégia, ou seja, estabelecerem prioridades de relacionamento no âmbito das relações internacionais a começar pelos países da UCCLA, enfim seguindo um pouco a proposta que era feita pela Conferência de Líderes e que o Deputado Municipal Anacoreta Correia bem lhes expôs ali. E a questão que colocava era que nessa coerência não se podiam isolar de todo e qualquer convite que lhes fosse feito ao nível internacional, só visitavam a casa dos outros quando os convidavam e no caso concreto nenhum país da UCCLA convidou a Assembleia, quem a convidou foi a Assembleia Popular Municipal de Pequim. -----

----- Portanto, a questão era tão simples como isto. O que estava para além do relacionamento estratégico era a existência de um convite que poderiam ter aceite ou não. Mas aceitaram-no logo no início quando aceitaram receber a delegação da Assembleia Popular Municipal de Pequim, e a partir desse momento estavam criadas as condições para estabelecerem uma relação internacional, pelo que a partir daí dificilmente se poderia estabelecer um processo de recusa face a uma relação que se pretendia com bases de cooperação. -----

----- Por fim, disse que a China do passado, ou da Revolução Cultural, se calhar seria encarada de forma diferente. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, em resposta ao protesto e aos pedidos de esclarecimento, começou aludir ao protesto dizendo que não se referira a nenhum dos Deputados Municipais que ali representavam o centro-direita e a direita, como normalmente se assumiam, do ponto de vista pessoal. Além de ter amigos nessas áreas sabia que havia várias pessoas que tinham lutado pela liberdade e pelos Direitos Humanos, mas não era isso que estava em causa. -----

----- O que pôs em causa quando falou do lado direito e do lado esquerdo da Assembleia – esclareceu – é que foi argumento mundial para se proceder à invasão do

Iraque de que se tratava do país de um ditador, que era uma tirania, que não havia partidos, que estava tudo preso, que eram fuzilamentos públicos, etc., e agora esse mesmo argumento era esquecido quando falavam da China onde também não havia partidos, não havia democracia, também havia gente presa sem causa formada e sem julgamentos, houve tanques que passaram por cima de gente em Tiann aumen tal como no Iraque. Portanto só fez essa comparação: para um lado tinham um critério e para o outro lado outro critério. Era tão simples quanto isso. Se estavam todos de acordo que a guerra do Iraque era uma coisa errada, era só votar a favor das moções que o BE apresentava contra essa guerra! -----

----- Ainda sobre o Iraque e a pergunta sobre se a sociedade das nações deveria tomar atitudes, disse que naturalmente a comunidade internacional tinha que tomar atitudes, e era importante que as tomasse. Mas neste caso não estava a propor que a atitude fosse invadir a China! Não estava de acordo com a atitude que tem assumido PSD sobre o Iraque, e não estava a propor que se fosse invadir a China porque estaria contra isso fosse quem fosse que o propusesse. Agora, estava de acordo que se tomassem atitudes políticas para pressionar o poder na China e apoiar solidariamente a luta que o povo chinês travava pela sua liberdade. -----

----- Sobre a Revolução Cultural, disse que foi uma coisa que defendeu, assumia-o, não tinha problema nenhum em dizer isso porque era de carne e osso como qualquer ser humano e fez muita coisa errada na vida. A única coisa que procurava era não ser burro, portanto aprender, e a Revolução Cultural da China teve enormes aspectos que foram uma calamidade, tinha hoje clareza sobre esse assunto, não tinha dúvida nenhuma. -----

----- Portanto, teriam que ter clareza sobre esse assunto exactamente para poderem separar águas sobre o que aprenderam ou não aprenderam, porque o mundo mudava e tinham que aprender quando ele mudava. -----

----- Não mudara um vírgula dos seus ideais, procurara voltar a ler as coisas todas, por acaso foi ler coisas que já tinha lido e não tinha percebido. Nem quando numa velha polémica do Lenine com o Trotsky quando dizia uma coisa muito simples que os países nem na China ainda hoje perceberam. A questão era quem exercia o poder, se era o Soviete ou se eram os sindicatos, e o Lenine tinha nesse seu livro escrita uma coisa tão importante quanto isto: “É preciso que não sejam os sindicatos para que os sindicatos sejam constantemente a forma da classe operária se defender do seu próprio poder”. Isso estava escrito, não estava a inventar frases, mas era por isso que os sindicatos no Leste ficaram sempre calados em todo o sítio, e hoje estavam calados na China. -----

----- Enquanto não percebessem isso não defenderiam nunca o socialismo, esquecer-se-iam e perderiam a batalha ideológica com a direita. Esse era um problema sério que importava colocar. -----

----- Sobre as relações internacionais disse que elas não eram estabelecidas em função do regime do país, mas sim em função da relação internacional. Esse é que era o problema que estava colocado! -----

----- Portanto, não colocara a questão da ida à China por causa da situação internacional, mas colocara-a porque aqueles que têm ido à tribuna defender que tinham que ir para o Iraque porque havia lá isto e aquilo, porque era um ditador, porque não havia democracia, etc., esses agora queriam ir à China. Era essa hipocrisia que estava a denunciar. -----

----- De facto, ou já tinham mudado em relação ao Iraque, como ele próprio também mudara em relação a várias coisas, ou então se não mudaram não podiam ter a atitude que estavam agora a ter em relação à China, onde já tudo era possível. -----

----- Não referia onde começavam e terminavam as relações internacionais da Assembleia, elas estavam definidas pelo Estado, tinham opinião sobre elas, e portanto entendia que se deviam relacionar com todos os países, tomavam atitudes políticas e defendiam-nas conforme achavam que devia ser mais prioritário ou menos prioritário.

----- Em relação ao Iraque naturalmente achava que era necessário tomar medidas, mas não invadir o país, a propósito de quinhentas mil invenções, para ir lá sacar o petróleo para o império americano mandar no mundo, porque com isso já não estavam de acordo. Aliás, quem defendera isso ainda hoje estava para explicar onde estavam essas mortíferas armas maciças que tanto se procuravam e não se encontravam apesar da muita tecnologia que esse império tinha. Mas o problema era que estavam milhares de pessoas a morrer todos os dias, e isso era o que os devia preocupar a todos. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Carlos Marques denunciara ali a sua evolução ao longo dos tempos em relação ao seu pensamento ideológico, com o que só tinha que se congratular porque efectivamente veio para o bom caminho, o caminho daqueles que pensam que a democracia, com todos os defeitos que tinha, era o único e o melhor caminho para a liberdade e para o desenvolvimento dos povos. Mas finalmente veio para o bom caminho e ainda bem, esperava que continuasse. -----

----- Essas distinções meio acintosas do lado esquerdo e do lado direito não lhe ficavam lá muito bem, mas de resto já estava bem encaminhado e naturalmente iria desenvolver um futuro de evolução permanente, e esperavam vê-lo mais de acordo no futuro. Era uma questão de evolução, era o caminho normal, começou mal mas iria naturalmente endireitando o seu pensamento e daqui a alguns tempos já estaria bastante melhor. -----

----- Recordou, depois, que começou a sua primeira intervenção por se congratular com a proposta que o Deputado Municipal Carlos Marques fez relativamente a esta questão, que nunca julgaria que demorasse tanto tempo a ser discutida em Assembleia. Mas ainda bem que demorou porque havia coisas que eram importantes, era bom que debatessem com profundidade as questões que eram colocadas, e esta, referente às relações internacionais da Assembleia Municipal, merecia. -----

----- Foi ali dito que deveriam discutir a estratégia dessas relações internacionais, e havia uma unanimidade com aquilo que o Deputado Municipal Carlos Marques disse: tinham que estar identificados com aquilo que o Executivo da Câmara Municipal tinha como objectivo em termos de relações internacionais, ponto fulcral; a Assembleia, dentro daquilo que perspectivava de que seriam as relações internacionais e os

contactos externos do Executivo, verificava, sem dificuldade, que de facto era a UCCLA, as cidades ibero-americanas e cidades da Europa, e isso seria, de facto, aquilo que em termos de estratégia ali deveriam definir. -----

----- E depois discutiriam um convite da Guiné-Bissau, um convite de Luanda, um convite do Chile, etc., enfim, todas as perspectivas de acordo com essa estratégia. Mas andavam com o carro à frente dos bois: primeiro iam à China, e depois discutiam a estratégia! Não sabia se para algumas pessoas que ali estavam a Coreia do Norte estaria em primeira prioridade em relação à China, mas estaria lá perto, talvez Cuba também para alguns fosse mais importante, sinceramente não sabia, o Iraque também, porque não, mas a China não tinha prioridade no âmbito da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Poderia ter imensa importância, como o Deputado Municipal Anacoreta Correia referiu, em termos da sua explosão comercial e económica, em termos daquilo que era a evolução do seu PIB que era de facto extraordinária, em termos do que era um processo surrealista, pelo menos diferente daquilo que era habitual em termos de desenvolvimento capitalista. Mas para a Assembleia Municipal de Lisboa?! -----

----- Era o Deputado Municipal Dias Baptista, era o Deputado Municipal Pedro Portugal, era o Deputado Municipal Anacoreta Correia, era o Presidente ou a Deputada Municipal Virgínia Estorninho que iam lá definir e discutir com os líderes chineses qual era a evolução e como era que iria ou não iria ser as relações comerciais que iriam ter e qual a hipótese de haver empresas portuguesas a implementarem-se na China ou a fazerem transacções comerciais com a China? São os Senhores? -----

----- Isto quando agora mesmo, dentro de dias, ia à China uma delegação política e comercial, chefiada pelo Senhor Presidente da República, que integrava ministros, dirigentes de associações empresariais, presidentes de grandes empresas e o Comité Olímpico Português. O Deputado Municipal Joaquim Cunha referiu que se podia discutir lá a problemática da posição da China em relação à pretensão da Cidade de Lisboa à candidatura aos Jogos Olímpicos, mas se já lá ia o Presidente do Comité Olímpico iriam levá-lo depois outra vez? Ou levariam quem? O Gilberto Madaíl? Afinal quem era que iam levar? Quem acompanhava a delegação da Assembleia Municipal para poder dialogar com as autoridades desportivas da China a eventualidade de apoio aos Jogos Olímpicos, que, como se sabia, era um desiderato que apenas competia aos comités olímpicos nacionais? Teria que haver um contacto com o Comité Olímpico da China, por parte de alguém competente para o fazer, e esse alguém seria um dirigente do Comité Olímpico Português. Levariam alguma associação empresarial para negociar a eventualidade de negócios? -----

----- Lembrou que inicialmente referira que havia três razões: a turística, a económica e a política. A política já a discutiram e de facto a China não merecia ter qualquer prioridade em relação às intenções para as relações externas. Economicamente não iam fazer nada. Turisticamente talvez, mas não era competência da Assembleia pagar viagens turísticas fosse a quem fosse. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que era importante que analisassem esta questão da ida à China pela positiva. Ela, para o

PCP, nem sequer era uma questão de obsessão, obviamente. Onde houvesse guerra, onde houvesse fome, onde houvesse falta de exercício de liberdade dos Direitos Humanos, naturalmente eram contra. -----

----- No entanto, havia muitos países com os quais os partidos representados na Assembleia se relacionavam, e nem por isso deixavam de apelar e de promover esses mesmo Direitos Humanos que lá faltavam. Naturalmente as trocas de experiências também podiam ajudar, e acreditava que gota a gota o rio enchia e também caminhava para o mar. Acreditava nas potencialidades de cada ser humano. Mais ou menos, não era mais nem menos, era diferente e por isso mesmo era capaz de acrescentar algo mais a outro ser humano, fosse ele do continente europeu, asiático ou africano. Por isso mesmo estavam na globalização económica! -----

----- E então o que faltava fazer? Do ponto de vista do PCP faltava a globalização da solidariedade, faltava a globalização social e humana. A Cidade de Lisboa e a Assembleia Municipal de Lisboa tinham muito a dizer sobre isso e podiam também dar bons contributos. Tinham coisas que de facto ainda não conseguiram concretizar, com certeza que não, havia aspectos que tinham que desenvolver ainda melhor, com certeza que sim, mas tinham coisas muito boas e também experiências que poderiam partilhar acrescentando a essa rede que há pouco, em termos de estratégias, tão bem definiu o Deputado Municipal Anacoreta Correia. -----

----- Disse que não podiam subestimar a China, que se lembrassem dos têxteis, do que se estava a passar em Portugal e que repercussão isso tinha na indústria têxtil que era uma grande fatia de emprego e das pessoas que menos ganhavam em Portugal. -----

----- Uma delegação da central sindical onde é dirigente, a CGTP, ainda recentemente fez uma visita à China. Pessoalmente não se deslocou mas teve a informação, essa informação foi disseminada, foi partilhada, e pensava que os poderia ajudar a ter outros horizontes. -----

----- Quanto à questão da liberdade e da promoção dos Direitos Humanos, acentuou que eram a favor da promoção dos Direitos Humanos em qualquer parte do mundo, portanto também na China. Por isso podiam partilhar, ajudarem-se uns aos outros, até porque a China de há dez anos atrás não era a China de hoje e não seria a China de daqui a vinte anos. -----

----- Portanto, seria bom que fossem realistas e que enquadrassem toda essa questão que era global, e que a globalização fosse pautada para aquilo que faltava fazer que era a globalização social e humana, porque isso ainda não existia. Estavam a dar passos, naturalmente, mas muitos outros teriam que ser dados. Era nesse plano que deveriam caminhar, e com certeza também aí encontrariam consensos. -----

----- **O Deputado Municipal Anacoreta Correia (CDS-PP)**, novamente no uso da palavra, disse que quando há pouco iniciara a sua intervenção entendeu que devia fazer uma chamada de atenção à Assembleia que havia duas questões que estavam a ser discutidas: uma relativa à estratégia das relações internacionais, outra, que menos importante, que era o problema da visita à China. E também nessa altura disse que essa questão que era menos importante arriscava-se a submergir a outra, e foi um pouco isso o que aconteceu. -----

----- Pensava que estavam perfeitamente de acordo que o documento que os líderes adoptaram, três prioridades – UCCLA, países latino-ibero-americanos, Europa, e análises casuísticas em termos de oportunidade de outras questões, reunia suficiente consenso e essa era a questão importante. -----

----- Mas o facto de pessoalmente definir como primeira preocupação, permanente e fundamental, a UCCLA, não impedia que num determinado momento e numa determinada circunstância pudesse considerar que estavam reunidas condições excepcionais que justificassem que se tomasse uma outra atitude que teria justamente carácter de excepcionalidade e que estava em terceira ou quarta prioridade. -----

----- Portanto, fazia ali um apelo a toda a calma na discussão da matéria, que não se procurasse fazer lógicas de tipo manicaísta, onde elas não deveriam existir. Para si a questão importante era a adopção de uma estratégia internacional, e isso não tinha nada de incoerente. Se a Assembleia decidir ir à China trata-se de uma questão de oportunidade, aproveitando uma questão essencial que é um convite e este momento ser um momento propício. E a partir daí não fazerem jogos floreados que prejudicavam essa questão. -----

----- Continuando, disse que o Deputado Municipal Carlos Marques, que também estimava muito, parecia ter ficado incomodado por ter havido consenso entre si, Deputado Municipal do CDS-PP, e os Deputados Municipais do PCP. Gostou muito da intervenção feita há pouco pela Sra. Deputada Municipal do PCP que disse que era dirigente da Intersindical, e, pelos vistos, houve coisas que ele ali disse que os Deputados Municipais do PCP gostaram e estavam de acordo, e isso era um bom sinal. Era um bom sinal que o PCP estivesse disposto a apoiar a proposta do Presidente da Câmara para que Lisboa fosse a sede dos Jogos Olímpicos, porque o contrário é que seria de admirar. Tinham que se habituar a ter muitas mais vezes esse exercício de convergência de vontades, em vez de estarem com os manicaísmos estreitos que têm levado o País à clivagem que tem levado e com o qual era muito difícil construir. -----

----- Disse, depois, que quem teve alguma vez contacto com a China sabia que a China era um país que reagia muito mais a pequenos sinais, a pequenos gestos, a subtilezas, do que a lógicas de tipo cartesiano, de tipo francês: “eu sou a favor dos Direitos Humanos, vou para a China mas vou com um cartaz a gritar pelos Direitos Humanos!” Não era assim! O melhor trabalho que pudesse fazer de sensibilidade era feito em tipo de discrição e nos momentos adequados. -----

----- Agora, a China tem dado sinais adequados a Portugal. O Presidente chinês, no dia 20 de Dezembro, foi assistir a Macau à cerimónia dos cinco anos da passagem de testemunho de Macau para a China, mas nunca foi, em sete anos, a Hong-Kong que representava, económica e financeiramente, para aí 70 ou 80 vezes o potencial económico de Macau. Mas havia uma estima, era o tal fórum da lusofonia, era a preservação do património, havia toda uma série de sinais que só não os entendia quem não queria ou quem não era capaz. -----

----- Sobre a questão de mudar, disse que gostava muito que o Deputado Municipal Carlos Marques mudasse, o Deputado Municipal Victor Gonçalves já ali saudou essa

mudança dizendo que estava no bom caminho, pessoalmente não estava certo disso, mas pedia-lhe que desse ao CDS-PP também o direito de num determinado número de coisas não terem exactamente, quimicamente em termos de papel químico, a mesma atitude que tiveram há oito anos quando veio a Lisboa o Presidente da China. Tinham esse direito! Se o tivessem convidado para ir ao Tibete teria dito que não. Na Assembleia da República esteve com todas as delegações chinesas que lá foram, mas na visita da delegação do Tibete não esteve presente. -----

----- Essas coisas todas não se podiam tomar por igual, não era como uma formação militar de alinhar pela direita ou alinhar pela esquerda, isso era um bocado mais subtil.

----- Disse que não gostaria de estar ali a falar em galões próprios, mas em 1986 foi o terceiro português a ir a Timor e produziu um relatório para a Assembleia da República. Nessa altura certas forças políticas consideraram que era extremamente negativo, que ir a Timor significava abalização do regime indonésio, etc., etc. Para essas pessoas foi consolador ter ouvido, há ano e meio, o Presidente Xanana Gusmão dizer em Lisboa o que tinha sido importante para os timorenses ter havido um Deputado português que foi lá mostrar que Portugal ainda se interessava por Timor. --

----- No oriente as coisas funcionavam por sinais mais subtis. Em Portugal isso funcionava por lógica cartesiana, sobretudo os chineses faziam aos portugueses muitas perguntas, e isso era muito interessante porque nas respostas poderiam estar questões muito importantes sobre os direitos humanos, como nas perguntas que os chineses punham há 10 ou 15 anos iam respostas muito importantes sobre a economia de mercado. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que se estava a discutir uma matéria que tinha a ver com a ida de uma delegação da Assembleia Municipal à República Popular da China, e pessoalmente entendia que se deviam preocupar, essencialmente, em desempenhar as funções que constavam da Lei das Autarquias Locais, e a Assembleia tomar as posições que devia tomar relativamente à Cidade de Lisboa para que nela tivessem a melhor qualidade de vida, as melhores condições, etc. -----

----- Mas porque esteve durante seis anos na Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, a quem D. João IV deu o título de “A Mais Leal”, não queria deixar de abordar essa questão para dizer que os portugueses estiveram lá pelo Oriente desde o princípio do século XVI, chegaram a Macau com Jorge Álvares nessa altura e fixaram-se naquela zona em 1537. Desde então e até ao final do século XX fixaram-se naquelas paragens e por isso agora tinham obrigação de saber um pouco como pensavam os chineses e como foi que também os portugueses sobreviveram, durante quatro séculos, naquela zona. -----

----- Disse, depois, que recebeu um processo com o convite que foi feito para serem visitados por uma delegação da Assembleia Municipal de Pequim, e também as diligências já efectuadas para uma delegação da Assembleia Municipal de Lisboa se deslocar à China. Tem sido ali dito que primeiro deveria ser discutida a questão da estratégia de relações internacionais da Assembleia, e isso era um facto porque qualquer delegação da Assembleia não devia excluir a Câmara Municipal e devia

haver grande concertação entre os dois órgãos nessa matéria, como deviam ser estabelecidas prioridades em termos daqueles que fossem os principais objectivos da Assembleia. Desde logo tinham um que era no âmbito da UCCLA, e aí convinha salientar o sentido de Estado e a dignidade com que os Presidentes da Câmara têm representado o Município de Lisboa nessas funções. -----

----- Porém, punha-se o problema de que não foi ainda definida a estratégia, houve a aceitação de um convite e agora faziam-se as diligências para ir à China. Os chineses têm a frase “não perder a face” e havia ali já decisões que foram tomadas e que estavam agora a ser contestadas no sentido de se seria ou não a Assembleia a autorizá-las em primeiro lugar. -----

----- Mas relativamente à China não queria deixar de dizer, enfim, sabiam como estavam os sistemas políticos, mas também sabiam que em 1981 foi alterada a Constituição chinesa para permitir absorver Macau e Hong-Kong, e os portugueses que saíram de Macau com dignidade encerraram o império com dignidade no final do século XX, concretamente no dia 20 de Dezembro de 1999. -----

----- Custava-lhe estar ali a verificar, por questões de lana-caprina, que se estava a pôr o problema da ida à China quando a Assembleia deveria decidir o que é que era importante, quando, quer a Assembleia, quer a Câmara, se deslocavam em missão oficial a determinados locais. -----

----- Era evidente que o Governo e o Presidente da República tinham funções que não poderiam ser ultrapassadas. A Assembleia Municipal teria algumas funções e a Câmara também dentro de coisas específicas que tivessem a ver com os Municípios e neste caso concreto da ida à China foram já assumidas algumas responsabilidades. -----

----- Mas parecia-lhe que se estava a verificar que não havia condições. Aliás, o Grupo Municipal do PS já colocou a questão de não haver Orçamento aprovado. Realmente causara-lhe alguma estranheza não se ter aprovado o Orçamento, o que seria até uma questão inédita, como inédito também era haver uma maioria na Câmara e outra na Assembleia Municipal, eram muito raros esses casos. Era um facto que a Lei das Autarquias Locais previa essas situações, e nessa questão da não aprovação do Orçamento era óbvio que a Assembleia tomava as posições que entendesse. -----

----- Só que isso tinha reflexos, e um dos reflexos, por exemplo, poderia ser desde já a deslocação da delegação da Assembleia Municipal à China. Mas se o reflexo era esse que se decidisse desde já qual era a melhor solução, e se o Sr. Presidente entendia que não tinha condições para a delegação ir à China nestas circunstâncias, que pusesse o problema à Assembleia para que fosse ela a deliberar se devia ou não devia ir. -----

----- Pessoalmente, como português, como pessoa que esteve em Macau durante seis anos, que verificou a actuação dos chineses, que verificou que os chineses disseram a Margaret Thatcher quando ela quis ficar em Hong-Kong negociando o problema dos territórios e lhe disseram “aguarde aí um momento que nós vamos ver como é que é” Margaret Thatcher foi-se embora e os chineses quiseram fazer finca-pé de dizer que Portugal, aquela pequena nação que esteve ali cerca de quatro séculos, haveria de ser a última a abandonar os territórios da China. A China fê-lo, cumpriu isso, pelo que

agora também teriam que saber respeitar determinadas circunstâncias, definindo, concretamente, o que era que afinal iriam fazer a Pequim. -----

----- Se o Sr. Presidente e os líderes das bancadas entendiam que não havia condições, apesar de terem dado essa autorização, que pusessem o problema à Assembleia para que ela decidisse se a delegação deveria ir ou não. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, novamente no uso da palavra, depois de referir que a discussão deste ponto se estava a arrastar por demasiado tempo mas que o PCP não era responsável por isso, disse que as questões postas vinham sendo colocadas de forma a desviar os objectivos que norteavam a discussão da matéria, porque aqueles que se colocavam numa posição contrária quanto à questão das relações internacionais, neste caso concreto a vista de uma delegação da Assembleia Municipal à China, avançavam, sistematicamente, com questões que nada tinham a ver com o ponto em discussão. -----

----- De facto, a propósito disso, chamaram à colação a guerra do Iraque. Mas quem era que estava a favor da guerra do Iraque? Por que motivo é que chamaram essa questão à colação quando estavam a discutir uma matéria concreta que não tinha a ver com isso? Quem era que estava a favor da guerra? Quem era que estava a favor da pena de morte? O PCP estava contra a pena de morte fosse em que sítio fosse, já o afirmaram muitas vezes e continuavam a firmar que estavam contra a pena de morte nos Estados Unidos, em Cuba, na China, enfim, em todo o lado estavam contra a pena de morte. O Deputado Municipal Victor Gonçalves não seria pelo facto de falar várias vezes em açúcar que ficava com a boca doce, porque não ficava mesmo. -----

----- Em relação a intervenções feitas, disse que desejava salientar a do Deputado Municipal Nuno Roque, do PSD, que ali colocara as questões que efectivamente definiam a coerência e a seriedade das pessoas. De facto, havia compromissos assumidos, houve um trabalho que foi desenvolvido no âmbito da Conferência de Líderes, onde efectivamente o assunto foi tratado. Se os partidos tinham dificuldades de relacionamento isso era um problema deles próprios, porque os seus líderes colocavam as questões para que no seu seio as discutissem no sentido de ser assumida uma determinada posição com a qual se não estavam de acordo, poderiam rectificá-la na próxima reunião da Conferência. Como é que deixaram arrastar esta questão tanto tempo, deixaram que fossem assumidos compromissos e depois a colocavam da forma que estava a ser colocada? Essa era uma forma incorrecta de analisar as suas próprias responsabilidades que assumiram como políticos e como representantes da população da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Carlos Marques referira que o PCP estava a apoiar a posição do Sr. Presidente da Câmara, e quanto a isso queria dizer-lhe que o PCP assumia as suas responsabilidades, quando falava do anúncio da candidatura da Cidade de Lisboa à realização dos Jogos Olímpicos estavam à espera de ver a proposta, porque consideravam que a realização dos Jogos Olímpicos em Lisboa era positivo. Quando a proposta viesse iriam analisá-la, sendo certo desde já que consideravam que a realização desse evento na Cidade de Lisboa era positivo. Isso era ou não um interesse da cidade? Era aí que exibiam a sua própria coerência! É

que quando entendiam que as questões eram de interesse para a cidade, estavam de acordo com elas e apoiavam-nas. -----

----- Portanto, o Deputado Municipal Carlos Marques que não viesse com essas questões dos escritos do Lenine, não sabia onde teria lido o que citou mas pronto, era uma questão que se calhar teria sido escrita “por vocês”, mas se calhar noutra altura poderiam discuti-la porque muitas vezes lançavam ali determinadas frases que queriam que estivessem escritas, mas que efectivamente não estavam: -----

----- Por isso o Senhor aprenda para na próxima intervir de outra forma, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que o seu colega de bancada, Deputado Municipal José Luís Ferreira, era quem participava na Conferência de Líderes mas não pôde estar até ao fim da discussão desta questão. --

----- A verdade era que estavam agora confrontados com um dado absolutamente novo. Tinha ideia que em nenhum outro mandato se discutira a saída de delegações da Assembleia Municipal para fora do seu território, como também antes, e poderia ser um mérito deste debate, nunca foram confrontados sobre qual o papel da Assembleia Municipal de Lisboa nas relações internacionais e na parceria que representava necessariamente no papel das relações internacionais. Esta, quanto a si, era a primeira das grandes questões que valeria a pena espremer e que certamente teriam que continuar porque com certeza não chegariam agora ao ponto definitivo. -----

----- A primeira coisa que desde logo ressaltava do debate e que parecia consensual, mas que para si não o era, é a assunção dos critérios para o papel da Assembleia Municipal nas relações internacionais. Pareceu ter sido consensual, quer pela Moção apresentada pelo BE, quer pela intervenção do CDS-PP, a ideia de que a prioridade começaria pela UCCLA, depois as cidades ibero-americanas, etc., porque se inicialmente entendera que era uma metodologia correcta depois começando a tentar sistematizar o papel da Assembleia questionara-se se o critério deveria ser geográfico, e se o critério da definição das relações internacionais deveria passar pelo princípio geográfico dos parceiros prioritários, ou se antes deveria assentar na lógica das deslocações da Assembleia quais os fins que se pretendiam obter. -----

----- Pessoalmente admitia a participação em congressos e conferências, e essas podiam ser importantes pelo tema e não pelo local onde se realizassem. Ou seja, se quisessem discutir a Agenda Local XXI, que lhe parecia um tema de actividade local e de aferição sobre as políticas locais, se se realizasse nos Estados Unidos não poderiam deixar de ir porque tinham outras prioridades da UCCLA? Se houvesse necessidade da Assembleia ser parte da estratégia e da política municipal no seu todo, o que passava, entre outros exemplos, pela valorização do turismo, pela valorização da Língua Portuguesa, mas também por candidaturas a congressos e encontros internacionais, como os Jogos Olímpicos ou outros, se se entendesse que era útil a Assembleia fazer uma deslocação a um qualquer outro país, incluindo a China, valeria a pena se calhar ter feito, pelo que mais do que as prioridades em função da geografia ou do parceiro prioritário, que também poderia ser um dos critérios, poderia fazer parte a definição sobre qual a mais-valia e qual o papel da Assembleia Municipal na

definição da estratégia internacional para valorização da cidade e valorização do País no quadro da evolução internacional. -----

----- Portanto, para si não tinha ficado muito claro qual era o papel da Assembleia e em que era que a Assembleia podia contribuir com ganhos nas relações internacionais.

----- Por outro lado, a definição das fronteiras teria que deixar sempre em aberto a análise para alguns casos circunstanciais particulares. -----

----- Mas nesta discussão da Assembleia sobre as relações internacionais, era necessário que a Assembleia não só definisse esses critérios como também estabelecesse um plano anual de acções e prioridades e a afectação de recursos para isso. Ou seja, os recursos não eram infinitos, iam afectar esses recursos a uma viagem à China, seria que isso era uma prioridade ou por terem ido à China iriam deixar de poder fazer todas as outras prioridades que tinham. Portanto, tinham que ter uma perspectiva sobre quais os recursos que iriam ter para um ano e quais eram as prioridades nesse ano, e a avaliação da ida ou não à China teria que caber no quadro dessas definições. -----

----- Por conseguinte, a avaliação que teria que ser definida era que a Mesa, ou eventualmente a Conferência de Líderes, apresentasse uma proposta de estratégia anual que consolidasse esses objectivos. -----

----- Uma outra questão que tinha sido colocada e da qual discordava em absoluto, era que as questões internacionais não consubstanciavam em nenhum momento o apoio ou o reconhecimento dos regimes políticos com quem se relacionavam, e, portanto, essa confusão que surgira ali em termos de se ir ou não ir à China era legítimo em função do regime, pessoalmente desejava deixar bem claro que em nenhum momento se identificava ou se revia no regime chinês, e isso não iria tolher a sua capacidade de decisão sobre se, nas decisões internacionais, Portugal, e Lisboa em particular, podia ou não visitar a China e receber os órgãos chineses. -----

----- Em relação a outra das questões que teria que fazer parte das decisões sobre o papel internacional, era que quando a Assembleia Municipal participava nessas coisas teria que haver um relatório a apresentar à Assembleia que incluísse também a avaliação e o saldo que se fizesse da iniciativa em que se participara. -----

----- Referiu, ainda, que não subscrevia o ponto 1 da Moção do BE que definia como primeira prioridade o critério UCCLA, porque entendia que valeria a pena procurar outros critérios já que muitos deles não partiam da definição prioritária do parceiro mas sim da definição dos objectivos. -----

----- E em relação ao segundo ponto, a credibilidade da Assembleia Municipal na participação nesta viagem à China, neste momento e nestas circunstâncias, não lhe parecia ter ganhos imediatos, ou seja, não lhe parecia haver uma urgência imediata que justificasse aos olhos do País, tendo em conta o retrocesso económico ou as enormes dificuldades, que a Assembleia Municipal definisse a sua segunda viagem deste mandato, à China, como prioritária e no quadro de uma não definição de políticas e de objectivos concretos muito imediatos em relação a esta matéria. -----

----- Portanto, o PEV, eventualmente iria também votar esse ponto, não pela razão apresentada pelo Bloco que era a da prioridade não coincidir com a da UCCLA, mas

por considerarem que, no quadro actual, a Cidade de Lisboa não saía valorizada o suficiente nesta visita à China. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, disse que estava extremamente confuso com tudo o que se estava a discutir, porque tinha à sua frente uma carta da Embaixada da República Popular da China, em Portugal, que em resposta a uma carta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal dizia o seguinte: -

----- “A Assembleia Popular do Município de Beijing vai acolher com alegria a delegação da Assembleia Municipal de Lisboa, que visitará a China de 8 a 23 de Abril de 2005. O Gabinete dos Assuntos Estrangeiros do Governo Municipal de Beijing vai elaborar um programa de visita a Beijing. Este Gabinete vai ajudar a elaborar programas de visita às cidades de Xi’an e Xangai.” -----

----- A sua confusão, portanto, era se depois disso seria possível dizer-se à China que já lá não iam! -----

----- Isso não poderia provocar um incidente diplomático de grande gravidade? -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que anteriormente a esse ofício da Embaixada da China havia um ofício da Assembleia Municipal com a indicação dos nomes dados pelos Grupos Municipais e da Mesa para participarem, e sobretudo o roteiro que foi discutido em Conferência de Representantes, foi aí acordado e dado como informação a solicitação da Embaixada. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmiento (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que apenas para que ficasse registado em acta pretendia referir que o Sr. Presidente da Câmara, apesar de não ter intervindo, esteve presente quer no Período de Antes da Ordem do Dia, quer no ponto 1 da Ordem de Trabalhos. Não sabia se isso era inédito, mas era pelo menos raro que tal acontecesse. Por isso pretendia que para o futuro isso ficasse registado. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, disse que se ia passar à votação dos documentos apresentados. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PSD)**, em ponto de ordem à Mesa, perguntou que documentos iam votar. -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu dizendo que era exactamente isso que ia referir. Havia uma proposta de estratégia de relações internacionais para a Assembleia Municipal de Lisboa, elaborada pelo Deputado Municipal Anacoreta Correia com o entendimento da Conferência de Representantes, e que constava do primeiro *dossier* que foi distribuído já duas vezes. Portanto, esse seria o documento votado em primeiro lugar. -----

----- Depois votariam a Moção apresentada em 14 de Dezembro de 2004, pelo BE, que tinha dois pontos e que também constava dos *dossiers*. Os dois pontos, conforme foi solicitado, seriam votados em separado. -----

----- Dados os esclarecimentos, submeteu à votação a Proposta de Estratégia de Relações Internacionais para a Assembleia Municipal de Lisboa, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Submeteu depois à votação da Moção do Bloco de Esquerda, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, e BE, votos contra do CDS-PP e PPM, e a abstenção do PEV. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com 17 votos a favor (8 PS, 7 PSD, 1 PEV e 1 BE), votos contra do PCP, PS, CDS-PP e PPM, e abstenções do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Sr. Presidente, a declaração de voto é também para dar algum esclarecimento a V. Exa. e à Assembleia, porque das intervenções feitas inicialmente faria prever-se que nomeadamente eu votaria contra o ponto n.º 2 e acabei por me abster. -----

----- Acabei por me abster e queria deixar aqui claro a razão de ser desta abstenção. ---

----- E a razão de ser da alteração para a abstenção é a seguinte, e daqui recolhamos também alguns ensinamentos para o futuro. -----

----- Sentimos durante o debate que a situação se enquadra no seguinte sentido. Esta Assembleia deveria ter sido efectivamente consultada anteriormente a termos chegado a este imbróglio, e, portanto, qualquer decisão tomada em sede de líderes de bancada deve ser entendida sempre como uma decisão indicativa sujeita a aprovação no local próprio que é esta Assembleia. -----

----- Entendemos, no entanto, que, fruto dessa decisão tomada junto dos líderes de bancada e com a Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal realizou alguns contactos que faziam pressupor que essa deslocação de uma delegação desta Assembleia se iria fazer à República Popular da China a convite da Assembleia Municipal de Pequim. -----

----- E como entendemos que tendo assumido essa situação, era difícil a esta Assembleia efectivamente assumir uma situação diferente. -----

----- Dizia há pouco um colega meu de bancada aquela expressão de salvar a face, e com a nossa abstenção, Sr. Presidente entenda, quisemos salvar a face do Presidente desta Assembleia que efectivamente assumiu em nome dela, sem estar – permita-me o à-vontade – devidamente mandatado, um compromisso. E por isso nós entendemos corrigir o nosso sentido de voto para a abstenção no sentido de salvar a face do Presidente desta Assembleia.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que não houve uma decisão nem um tratamento individual para esta questão, foi um tratamento claramente acompanhado. Aliás, quando o convite foi formulado na primeira reunião, e estavam ali pessoas que participaram nessa reunião no Teatro Romano, foi entendido de imediato, e no jantar que se seguiu, como altamente positiva por várias intervenções nessa reunião. E todo esse trabalho estava perfeitamente comentado nas actas da Conferência de Representantes. -----

----- Portanto, o que podiam retirar, e ele próprio retiraria, desta discussão era que à luz obviamente também das questões orçamentais, tudo ficaria para análise posterior na Conferência de Representantes. -----

----- Como já tinha dito, com toda a clareza, depois da rejeição do Orçamento discutira com o Dr. José Bastos essa questão da reorganização do Orçamento e a informação que tinha era aquela que transmitiu, ou seja, que era possível manter a

visita. Mas obviamente iriam ver isso, ele próprio iria tratar das questões na Conferência de Representantes. -----

----- Estava apenas encerrado este debate mas nada estava encerrado, tinham uma estratégia aprovada e iriam analisar a situação como lhes competia. -----

----- Seguidamente submeteu à votação a prorrogação desta Sessão por mais uma reunião, tendo a Assembleia deliberado aprovar a referida prorrogação, por unanimidade. -----

----- Depois deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 11 de Janeiro, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 45 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . --

----- O PRESIDENTE -----